

**PRODUÇÃO FORÇADA DE UM NOVO  
ESPAÇO PARA VIVER: O Caso Do  
Reassentamento Rural Coletivo Km 27 –  
RRC, em Vitória Do Xingu/Pará**



**Nathany Melo Machado Arcanjo**

**Orientador:** Prof. Dr. José Antônio Herrera



**Universidade Federal do Pará –  
UFPA**

**Programa de Pós-Graduação  
em Geografia – PPGEO**

Área de concentração:  
Organização e Gestão do Território

2022





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PRODUÇÃO FORÇADA DE UM NOVO ESPAÇO PARA VIVER: O CASO DO  
REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 – RRC, EM VITÓRIA DO  
XINGU/PARÁ**

**NATHANY MELO MACHADO ARCANJO**

Altamira /PA

2022

**NATHANY MELO MACHADO ARCANJO**

**PRODUÇÃO FORÇADA DE UM NOVO ESPAÇO PARA VIVER: O caso do Reassentamento Rural Coletivo km 27 – RRC, em Vitória do Xingu/Pará**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Organização e Gestão do Território e na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia como requisito à obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. José Antônio Herrera

Altamira /PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

A668p Arcanjo, Nathany Melo Machado.  
PRODUÇÃO FORÇADA DE UM NOVO ESPAÇO PARA  
VIVER: O caso do Reassentamento Rural Coletivo km 27 – RRC,  
em Vitória do Xingu/Pará / Nathany Melo Machado Arcanjo. —  
2022.  
109 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antônio Herrera  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. Amazônia paraense; Espaço; Grandes projetos  
hidrelétricos; Deslocamento; Reassentamento Rural.. I. Título.

CDD 910.1333

---

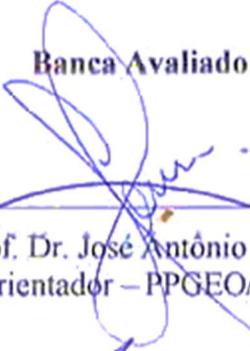
Elaborado por:

NATHANY MELO MACHADO ARCANJO

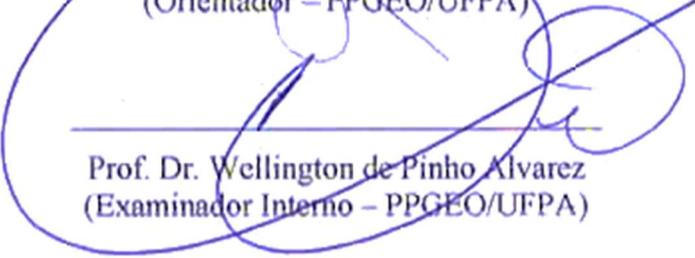
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Organização e Gestão do Território e na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia como requisito à obtenção do título de Mestre.

**Apresentado em: 29/08/2022**

**Banca Avaliadora**



Prof. Dr. José Antônio Herrera  
(Orientador – PPGEO/UFPA)



Prof. Dr. Wellington de Pinho Alvarez  
(Examinador Interno – PPGEO/UFPA)



Prof.ª Dr.ª Darlene Silva da Costa  
(Examinador Externo)

Altamira - Pará  
2022  
**DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, esposo e filho.

## AGRADECIMENTOS

Levei muito tempo para perceber que entendo pouco sobre a vida, apesar dos meus 30 e poucos anos. No entanto, tenho certeza de que a vida se torna consideravelmente melhor quando começou a expressar gratidão por tudo, inclusive pelas coisas que não agradaram, como os dias tristes, que nos satisfazem os dias felizes.

Em primeiro lugar, sou grata a Deus por tudo, pois sem Ele nada seria possível em minha vida. Agradeço a Ele constantemente, pois é por meio do amor de Deus que estou aqui. Sou grata aos meus pais, que me educaram e cuidaram de mim, e são parte fundamental da pessoa que sou hoje. Em especial a minha mãe que apesar de qualquer coisa é uma mulher guerreira e que me ensinou a buscar pelos meus sonhos.

Em especial, expresso minha gratidão ao meu filho, Wendrel Matheus Arcanjo Costa, que nome longo, não é, mamãe? Ele é a pessoa mais importante da minha vida, e não poderia deixar de ser grata por tê-lo como meu tesouro. Cada conquista que compartilhamos me enche de alegria. Atualmente, estou vivendo um sonho acadêmico não apenas por mim, mas principalmente por ele, pois é ele quem me dá forças todos os dias. É maravilhoso ouvir dele: “Mamãe, tenho muito orgulho de você”. E por você, meu filho, eu desejo sempre ser um exemplo de força e dedicação. Você é minha inspiração para ser uma pessoa forte e dedicada. Vivo para ser seu orgulho.

Expresso minha gratidão ao meu esposo, que se dedica a cuidar de mim e da nossa família. Ele é meu apoio, meu pilar mais forte. Sou grata por Deus ter colocado um homem amoroso, protetor e afetuoso em meu caminho. Sem você, Robson, a vida seria mais difícil e árdua. Agradeço por você ser o amor da minha vida e por ter me acompanhado ao longo de todos esses anos. No momento mais triste da minha vida, você esteve presente e me protegeu. Sou eternamente grata por segurar minhas mãos nos momentos de crise e choro. Você foi e continua sendo a pessoa que conheceu minha vulnerabilidade e me ajudou a fortalecer o lado mais forte.

Expresso minha gratidão à minha amiga Darlene. É incrível como ela me alfabetizou e me ensinou a escrever meu belo nome. Ela era conhecida como tia Darlene, e, depois de anos sem nos vermos, nos reencontramos no campo da geografia. Ela me apresentou ao meu objeto de estudo, sendo pioneira nesse aspecto. A você, minha amiga, sou grata por tantas coisas que apenas nós sabemos. Obrigada por estar presente em diversos momentos da minha vida. Você

é uma pessoa muito especial para mim, um ser humano admirável que merece todo o amor e carinho que sinto por você.

Agradeço aos meus amigos da faculdade (Jaylim, Brena, Yamara, Bruna e) e aos do Laboratório de Dinâmicas Territoriais na Amazônia, (Marcos Vinicius, Leonardo, Lucas, Roni, Italla, Edilane e Gleiciane). Obrigada por seus abraços que me acolheram, por seus ombros que secaram minhas lágrimas. Vocês são minha segunda família, agradeço o apoio pessoal. Gratidão ao LEDTAM enquanto instituição, pois pertencer a esse laboratório é algo que somente quem está aqui compreende. Estive presente nesse lugar durante 6 anos e espero permanecer por muitos mais.

Agradeço também as famílias reassentadas do RRC, por todas as vezes que fui a campo me trataram muito bem e sempre foram cordiais comigo. Obrigada por dividir comigo um pouco da história de cada um.

Quero expressar minha gratidão à Fundação CAPES pela bolsa de pesquisa que me auxiliou durante meu mestrado. Agradeço também aos meus professores da faculdade de geografia, que foram fundamentais para o meu aprendizado como professora e como ser humano.

Gostaria de agradecer em especial ao meu professor José Antônio Herrera, meu querido orientador, meu mentor na faculdade e amigo na vida. Herrera, sou grata a você por todos esses anos, pelo caminho que me ajudou a trilhar. Você nunca soltou minha mão, mesmo quando eu mesma já não queria segurá-la. Agradeço por todos os conselhos, broncas, abraços e palavras de conforto. Agradeço por sempre me ouvir. Você é um exemplo de pessoa, uma fonte de inspiração na faculdade e na vida. Durante esses 6 anos de convivência, aprendi muitas coisas com você, e por isso sou grata. Obrigada, prof.

A todos que mencionei nesta jornada, vocês foram essenciais. Obrigada a todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha vida acadêmica. Deus sabe o quanto lutei, mas reconheço que as pessoas ao meu redor foram a base para eu chegar até aqui. Gratidão a todos.

*Recomece! Se refaça! Relembre o que foi bom.*

*E se um dia lá na frente, a vida der uma ré,*

*Recupere a sua fé, e recomece novamente.*

*Bráulio Bessa*

## RESUMO

O crescimento econômico do Brasil está fortemente baseado na exploração dos recursos naturais, especialmente na região amazônica. No entanto, essa exploração altera as dinâmicas socioespaciais das comunidades locais. O aumento da demanda por energia, impulsionado pelo discurso político de desenvolvimento do país, tem levado à implementação de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense. Um exemplo é a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) construída na Volta Grande do Xingu, que resultou no deslocamento compulsório de várias famílias que viviam nas áreas atingidas pela materialização desse grande objeto técnico, acarretando deformações nos modos de vida tradicionais dos sujeitos ribeirinhos, descaracterizando suas origens e, obrigatoriamente, transformando-os em indivíduos citadinos ou em agricultores/trabalhadores rurais, aqueles que antes eram reconhecidos como famílias ribeirinhas, dada a condição do espaço em que viviam e suas relações direta com o rio, agora são caracterizados como famílias reassentadas, ainda sobre a condição do espaço que os transfiguram para reassentados do Reassentamento Rural Coletivo. Tendo em vista estas transformações dadas na região, objetivou-se em pesquisa compreender a produção do espaço do Reassentamento Rural Coletivo do km 27, situado em Vitória do Xingu, Pará (RRC). Esse reassentamento é concebido por agentes externos com o propósito de oferecer condições equivalentes ou superiores às que as famílias tinham antes da construção da Usina Hidrelétrica. Para o levantamento dos dados primários foram realizadas entrevistas semiestruturadas tanto com as famílias reassentadas como as famílias moradoras do Reassentamento nos anos de 2017, 2018, 2019, 2021 e 2022, permitindo compreender a produção do espaço do RRC, bem como a apreensão da realidade das famílias realocadas, além da inserção em campo, foram analisados os documentos oficiais da Norte Energia, como os relatórios consolidados entre outros, referentes ao objeto de estudo. Verificou-se que as famílias deslocadas, obrigatoriamente, procuram estabelecer novos modos de produção, novas estratégias e novas dinâmicas socioespaciais no novo espaço, tentando a adaptação àquilo que os agentes externos impuseram como auxílio de reprodução para suas novas condições de vida.

**Palavras-chave:** Amazônia paraense. Grandes projetos hidrelétricos. Deslocamento Compulsório. Reassentamento Rural.

## ABSTRACT

Brazil's economic growth is heavily reliant on the exploitation of natural resources, particularly in the Amazon region. However, this exploitation disrupts the socio-spatial dynamics of local communities. The increasing demand for energy, driven by the country's political discourse on development, has led to the implementation of large hydroelectric projects in the Paraense Amazon. An example of this is the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant (UHEBM) on the Volta Grande do Xingu, which resulted in the compulsory displacement of several families living in areas affected by the realization of this large technical object, resulting in deformations in the traditional ways of life of riverine subjects, de characterizing their origins and necessarily transforming them into urban individuals or farmers/rural workers. Those who were once recognized as riparian families, given the condition of the space in which they lived and their direct relationship with the river, are now characterized as resettled families, still under the condition of space that transfigures them into resettled individuals from the Rural Collective Resettlement. In view of these transformations in the region, the research aimed to understand the production of space in the Collective Rural Resettlement of km 27, located in Vitória do Xingu - PA (RRC), this resettlement is conceived by external agents with the purpose of providing conditions equivalent or superior to those that the families had before the construction of the hydroelectric plant. For the primary data survey, semi-structured interviews were conducted with both the resettled families and the families living in the Resettlement in the years 2017, 2018, 2019, 2021, and 2022, allowing an understanding of the production of the RRC space, as well as the apprehension of the reality of the relocated families. In addition to fieldwork, official documents from Norte Energia, such as consolidated reports and others related to the object of study, were analyzed. It was verified that the relocated families obligatorily seek to establish new modes of production, new strategies, and new socio-spatial dynamics in the new space, trying to adapt to what external agents have imposed as reproductive assistance for their new living conditions.

**Keywords:** Pará Amazon. Large hydroelectric projects. Displacement Compulsory. Rural Resettlement.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do RRC - km 27.....	22
Figura 2: Reunião com reassentado, 2021. Foto: LEDTAM.....	23
Figura 3: Gráfico - Quantitativo da pesquisa em entrevistas com reassentados. ....	26
Figura 4: Mapa: Localização da UHE Belo Monte e o Arranjo geral de Belo Monte.....	43
Figura 5:UHE Belo Monte, 2018. Foto: LEDTAM. ....	44
Figura 6: Localização das áreas adquiridas pela Norte Energia.....	53
Figura 7: Placa do Reassentamento Rural Coletivo – km 27, 2017. Foto: Arcanjo.....	55
Figura 8: Páginas 5 (A) e 6 (B) do manual do proprietário – Ilustração “seu novo local de moradia”, 2019. Foto: LEDTAM. ....	56
Figura 9: Entradas para o RRC, área I a esquerda e área II a direita, 2017. Foto: Arcanjo. ....	59
Figura 10: Placa do posto de fiscalização do IBAMA (A) e Serraria (B), 2017. Foto. Arcanjo. ....	59
Figura 11: Página 07 do manual do proprietário - Ilustração das benfeitorias, 2019. Foto: LEDTAM. ....	60
Figura 12: Centro comunitário (A e B), 2018 e 2021. Foto. LEDTAM.....	61
Figura 13: Campo de futebol comunitário (A e B), 2018. Foto Arcanjo. ....	62
Figura 14: Espacialização dos lotes no Reassentamento Rural Coletivo - km 27.....	67
Figura 15: Casas (A, B e C) padronizadas pela Norte Energia, 2017 e 2018. Foto: LEDTAM. ....	68
Figura 16: Atividades produtivas, (A, B e C) 2018. Fotos: LEDTAM. ....	69
Figura 17: Sementes entregues ao reassentados pela Norte Energia, A e B, 2018. Foto: LEDTAM. ....	70
Figura 18: Gráfico Profissão dos reassentados. 2017 a 2019.....	71
Figura 19: Estufas abandonadas (A e B) respectivamente, 2018 e 2019. Fotos: LEDTAM....	71
Figura 20: Gráfico Qualitativo - Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATEAS. 2017-2021. ....	73
Figura 21: Mapa de Uso e cobertura do RRC km27. ....	75
Figura 22: Áreas de antiga pastagem, A e B. 2018 e 2019.....	76
Figura 23: Gráfico: Qualidade do solo para plantio de acordo com os reassentados, 2017-2019. ....	77
Figura 24: Agricultura em meio ao capim. 2019. Foto: Arcanjo. ....	78
Figura 25: Cartografia das áreas de lavoura cacaueteira, 2018. Foto: LEDTAM.....	79

Figura 26: Gráfico da Distribuição Espacial Anterior das Famílias Realocadas para o RRC, 2017-2019.....	83
Figura 27: Gráfico da Dinâmica da Pesca no Território anterior, 2019. ....	84
Figura 28: Gráfico de representação dos moradores que sentem falta do rio.....	85
Figura 29: Casas do RRC modificadas pelos reassentados. A- 2018 e B - 2019. Fotos: LEDTAM .....	87
Figura 30: Extensões de diferentes casas dos reassentados. A - 2018, B e C - 2019. Fotos: LEDTAM. ....	88
Figura 31: Pontes construídas pelo reassentado em seu lote. A e B - 2018. Foto: LEDTAM. ....	89
Figura 32: Tanque de peixe reorganizado pelo reassentado. 2018. Foto: Arcanjo. ....	90
Figura 33: Áreas de lazer e produção de farinha, A, B e C - 2018. Fotos: Arcanjo.....	91
Figura 34: Gráfico exponencial da retirada das famílias reassentadas.....	94
Figura 35: Gráfico Dificuldades enfrentadas no RRC.....	95
Figura 36: Gráfico Argumentos de Permanência. ....	96
Figura 37: Unidades agrícola em desenvolvimento, A e B. 2019. Fotos: LEDTAM. ....	96
Figura 38: Criação diversificada de animais, A, B, C e D - 2019. Fotos: LEDTAM .....	97
Figura 39: Produção de mandioca - A, e B - casa de farinha, 2019. Fotos: LEDTAM. ....	98

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Síntese dos entrevistados durante os anos de 2017 a 2022. ....25

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Dados das entrevistas e informações coletadas. ....25

Tabela 2: Apresentação Ministério público do Estado do Pará. Norte Energia/11º Relatório consolidado de Andamento do Plano Básico de Atendimento (PBA). Adaptação Arcanjo (2019). ....54

Tabela 3: Estrutura do Reassentamento Rural Coletivo – RRC, 2019. Adaptação: Arcanjo. Fonte: Defensoria Pública do Estado do Pará. Plano de Atendimento à População Atingida, 2015. ....58

### **Lista de Siglas**

ADA- Área Diretamente Afetada

APP - Área de preservação Permanente

ATES - Assessoria técnica social e ambiental

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEDTAM - Laboratório de estudos das Dinâmicas territoriais da Amazônia

LT- Lote

MN - Morador Novo

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA - Plano Básico Ambiental

PIN - Programa de Integração Nacional

RAR - Reassentamento individual em área remanescente

RC - Relatório Consolidado

RIMA- Relatório de impacto

RRC - Reassentamento Rural Coletivo

RT – Reassentado

UHBM- Usina Hidrelétrica de Belo Monte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>1. CAPÍTULO I - PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM OLHAR A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS.....</b>	<b>28</b>
1.1. Um conceito chave para compreender a produção do espaço da Amazônia paraense.....	30
1.2. Grandes Projetos hidrelétricos na Amazônia Paraense.....	35
1.3. Geração de energia na Volta Grande do Xingu: Usina Hidrelétrica de Belo Monte.....	40
<b>2. CAPÍTULO II – REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 - VITÓRIA DO XINGU PARÁ.....</b>	<b>45</b>
2.1. Deslocamento compulsório: Ações mitigadoras ou compensatórias?.....	48
2.2. Projeto de Reassentamento Rural.....	51
2.3. O Projeto de Reassentamento Rural Coletivo Km 27 – Vitória do Xingu – Pa.....	55
<b>3. CAPÍTULO III – PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 PELAS FAMÍLIAS REALOCADAS.....</b>	<b>64</b>
3.1. Reassentamento Rural Coletivo: Reestruturação das famílias reassentadas, uma nova dinâmica socioespacial.....	66
3.2. Famílias Ribeirinhas Reassentadas: a Produção forçada de um novo espaço para viver.....	81
3.3. A contradição da permanência no Reassentamento Rural Coletivo.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho trata a respeito da produção do espaço do Reassentamento Rural Coletivo km 27 – RRC – localizado no município de Vitória do Xingu – Pará, o qual foi elaborado para suprir a necessidade de realocar as famílias impactadas diretamente pela inserção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHEBM – na volta grande do rio Xingu, no Pará. A implantação deste grande objeto ocasionou a desconfiguração da dinâmica socioespacial das comunidades pré-estabelecidas historicamente na escala local.

As famílias que antes moravam no entorno da volta grande do rio Xingu, foram realocadas para áreas distintas dos seus territórios de origem, ocasionando assim uma reconfiguração da dinâmica socioespacial das comunidades ribeirinhas do Xingu. Deste modo, esta pesquisa foi guiada a partir da forma como estes ribeirinhos foram obrigados a se adaptarem a sua nova realidade, metamorfoseando a realidade anterior de ribeirinhos para a atual de sujeitos do rural.

A primeira interação com o Reassentamento Rural Coletivo dá-se a partir do ano de 2017 através do Grupo De Estudos das Dinâmicas Territoriais da Amazonia – GDTAM, atualmente Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais da Amazônia – LEDTAM. Anos anteriores, a propensão desta pesquisa, as famílias já estavam no processo de realocação, dando início a reconfiguração da dinâmica socioespacial dessas famílias antes mesmo de serem realocadas no RRC no ano de 2015, é importante ressaltar que a desconfiguração da dinâmica socioespacial das mesmas, inicia-se a partir da inserção de um grande objeto técnico, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no ano de 2011.

O processo de expansão do capitalismo a partir da geração de energia produz novas dinâmicas no espaço geográfico, impondo novas necessidades e demandas para a produção e a circulação de bens e serviços. A energia, neste sentido, pode ser vista como a força motriz por trás da expansão do capitalismo e da transformação das paisagens ecológicas e sociais, impondo uma nova organização do espaço e apresentando uma reorientação do local para o global.

A construção de hidrelétricas na Amazônia paraense é uma questão controversa. Os governantes apresentam a geração de energia hidrelétrica como uma fonte de energia limpa e renovável, que pode ajudar a reduzir a dependência de combustíveis fósseis e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

No entanto, a construção de hidrelétricas gera diversos impactos tanto ambientais quanto sociais. Na Amazônia, muitas das hidrelétricas planejadas estão localizadas em áreas protegidas ou habitadas por populações tradicionais, cujos meios de permanência e culturas são seriamente afetados pelos projetos. Além da edificação de barragens interromper o fluxo das águas e sedimentação dos rios, há a construção de estradas, linhas de transmissão e outras obras associadas às hidrelétricas que também causam impactos significativos na região.

Essas contrafações na Amazônia são triviais, constantemente a região sofre alterações em benefício de um desenvolvimento pautado no discurso de ampliar, melhorar, desenvolver e integrar a região ao restante do país, desconsiderando as suas especificidades amazônicas, suas populações tradicionais e suas particularidades.

As usinas hidrelétricas são exemplos do processo de produção capitalista, e por conseguinte, em discursos, são associadas à melhoria da qualidade de vida da sociedade, quando na verdade são “objetos [que] não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação” (Santos, 2013, p. 107). É o estranho chegando em um espaço arraigado de tradição que torna-se invalidado ao ser considerado um espaço de valor areal.

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 2013, p.107).

Essa é uma visão territorial que se baseia no espaço areal e que atende aos interesses de acumulação de capital durante a reprodução do sistema capitalista, o espaço é produzido pelas alterações desse sistema perverso. Essa concepção não leva em conta a dimensão relacional do espaço, esconde o processo histórico e obscurece as relações socioespaciais originárias das dinâmicas espaciais que foram pré-estabelecidas pelas populações tradicionais do local.

O aporte da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), represou o rio Xingu e modificou a paisagem e a dinâmica espacial de maneira drástica e irreversível. As famílias ribeirinhas que moravam as margens do rio foram forçadas a deixar suas casas, suas terras e suas comunidades, muitas vezes sem ter para onde ir, o que acarretou uma série de consequências, incluindo a perda da comunidade e alterações na identidade cultural, causando o rompimento nas relações tradicionais com o rio e com a floresta.

A construção da UHE Belo Monte interferiu diretamente nos modos tradicionais de vida dos sujeitos do local, a “[...] a implantação desse grande projeto contribuiu (provocou) a desapropriação e espoliação das famílias residentes na área de influência do empreendimento [...]” (HERRERA; SANTANA, 2016, p. 252), gerando um deslocamento compulsório das populações tradicionais, que foram obrigadas a se retirarem de seus antigos territórios. Essas populações sofreram impactos irreversíveis, tendo em vista que o deslocamento compulsório é processo complexo, haja visto que não ocorre somente a perda de bens materiais.

Neste sentido, as ações mitigadoras na perspectiva da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) são aquelas que visam minimizar os impactos socioambientais gerados pela construção e operação da usina. Essas ações são implementadas com o objetivo de reduzir os danos causados ao meio ambiente e às comunidades locais afetadas pelo empreendimento. Nessas ações, os reassentamentos tanto urbanos quanto rurais, são medidas que oferecem a realocação das comunidades afetadas pela inundação causada pelo reservatório da usina, e estimam, garantir condições adequadas de moradia, acesso a serviços básicos e a manutenção de suas atividades econômicas e culturais.

Além disso, é de suma importância que os programas estabelecidos pela empresa ofereçam treinamentos e capacitações profissionais para assegurar que os moradores possam se adaptar às novas condições de vida, encontrar novas fontes de renda e ter acesso a mercados e serviços. Essa ação tem como expectativa minimizar as rupturas socioculturais, preservar a cultura local e evitar o desmantelamento das redes sociais e familiares.

Entretanto, na prática a realidade está distante dos objetivos e das expectativas elaboradas pelos agentes externos ao local. Destarte, a pesquisa está voltada a analisar inquietações que surgiram diante da realidade e do cotidiano alterado com a chegada da construção de Belo Monte. Conduzindo assim, a produção acadêmica desta dissertação, auxiliando na compreensão da produção do espaço do Reassentamento Rural Coletivo km 27, Vitória do Xingu – Pará (RRC).

Haja visto que o Reassentamento Rural Coletivo surge exclusivamente após a inserção do capital na Amazônia Paraense, através da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), logo tem-se como afirmação que a criação do RRC ocorreu exclusivamente como uma ação compensatória e não uma ação mitigadora preventiva dada pela imposição das forças exógenas.

## METODOLOGIA

Com a interferência dos grandes projetos hidrelétricos na Amazonia a realidade do sujeito local se desconfigura e passa a ser organizada aos moldes dos agentes externos, a pesquisa aqui elaborada, busca compreender o real a partir da leitura dos fatos. Para tanto, é essencial utilizar um método que auxilie na interpretação dessa realidade complexa e observada. Nesse sentido, o método do materialismo histórico-dialético é o que norteia esta pesquisa, pois está nas gêneses dos processos e movimentos contraditórios, corroborando com Oliveira Neto (2014, p. 25):

No que se refere ao método em Quani, especialmente na utilização da dialética, nos mostra como há um movimento intrínseco a ideia de espaço. Este movimento está ligado à transformação operada pelo ser humano sobre a natureza transformando-a a partir da história, como sua negação constituinte da formação do ser espacial (Oliveira Neto, 2014, p. 25).

A partir de uma perspectiva crítica e contextualizada, busca-se analisar as transformações sociais resultantes da intervenção dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense. Dessa forma, é possível examinar os impactos desses projetos nas condições de vida das comunidades locais, nas relações sociais e no meio ambiente.

A pesquisa adota o método do materialismo histórico-dialético para uma compreensão mais profunda e abrangente dos processos em curso na escala local, considerando os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais envolvidos. Isso contribui para uma visão crítica e informada sobre as consequências dos grandes projetos hidrelétricos.

A apreensão do real nos permite compreender esse movimento contraditório em que os processos geográficos se materializam. Conforme Santos (2014, p. 71), “a história é uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem concomitantemente para produzir cada novo momento”. É nessa busca pelo real e na apreensão dos movimentos contraditórios que se fundamentam os estudos sobre o Reassentamento Rural Coletivo (RRC). Assim, o uso do método do materialismo histórico-dialético fortalece a análise da pesquisa, oferecendo uma abordagem crítica para compreender a realidade complexa e contraditória gerada pela interferência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A chegada da UHE Belo Monte na volta grande do Xingu, no estado do Pará, gerou severos impactos, causando o deslocamento compulsório das populações tradicionais e resultando na perda do espaço construído pelas famílias ribeirinhas às margens do rio Xingu. Com a inserção dessa estrutura, Belo Monte reordena o espaço geográfico e cria outros a partir das condicionantes e ações coletivas das populações locais, movimentos sociais e Ministério

Público. Essa situação deu origem ao Reassentamento Rural Coletivo (RRC), que é o foco desta pesquisa.

O objetivo é compreender a produção desse espaço, verificando as contradições dos processos geográficos e compreendendo como os reassentados estão produzindo e reproduzindo esse espaço. Além disso, busca-se evidenciar a produção do espaço amazônico a partir dos grandes projetos hidrelétricos; descrever o Reassentamento Rural Coletivo como projeto elaborado em consequência do deslocamento compulsório gerado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; caracterizar os novos processos em função do espaço produzido. Levando sempre em consideração a concepção de Santos (2012b, p. 58), de que “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Isto seria adotar uma metodologia puramente formal, espacista”.

Para alcançar esses objetivos, foram utilizados métodos que envolveram revisões bibliográficas para embasar as concepções teóricas relacionadas ao tema, bem como a realização de pesquisas de campo ao Reassentamento Rural Coletivo km 27 de Vitória do Xingu Pará – RRC, localizado no município de Vitória do Xingu Pará, próximo ao canal de derivação do rio Xingu, observar figura 1, incluindo entrevistas e observações participantes, a fim de obter dados empíricos relevantes. Essa abordagem permitirá uma análise aprofundada das dinâmicas territoriais e das transformações socioespaciais decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e do conseqüente reassentamento das famílias ribeirinhas.

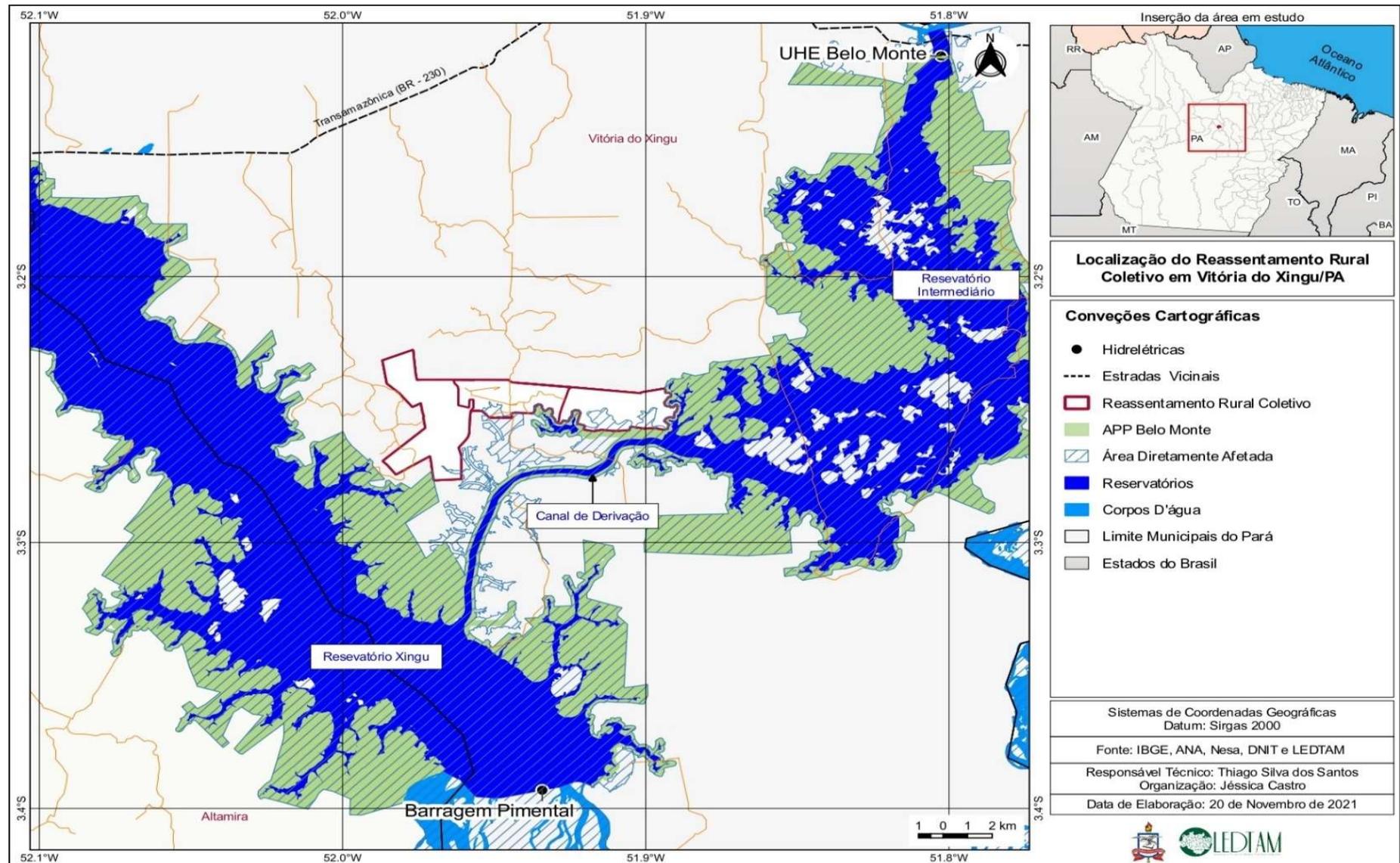


Figura 1: Mapa de Localização do RRC - km 27.

Para o desenvolvimento desta dissertação, foram realizados os seguintes passos:

I: Realizou-se revisões bibliográficas com o objetivo de embasar as concepções teóricas relacionadas ao método, com vistas a operacionalizar o estudo sobre a produção do espaço amazônico. Além disso, foram estabelecidos parâmetros e variáveis relevantes que foram obedecidos para o entendimento desse processo.

II: Durante a pesquisa de campo, foram conduzidas entrevistas abertas semiestruturadas com pessoas-chave do reassentamento, agregando à pesquisa não apenas dados quantitativos, mas também dados qualitativos.

III: A partir da observação do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), foram identificados os hábitos e costumes dos moradores, verificada a apropriação e uso dos recursos naturais, e realizada uma análise do desempenho econômico.

IV: Os dados foram formalizados por meio da organização do banco de dados, sistematização das informações obtidas por meio de leituras e coletadas em campo, além da adoção de controle quantitativo para análise e síntese das informações.

Com as idas a campo, foi possível conhecer diversas famílias do RRC, proporcionando o acompanhamento da vivência dessas famílias reassentadas. Desde o ano de 2017 até 2022, foram realizadas diversas visitas independentes e visitas também organizadas pela Faculdade de Geografia da Universidade Federal e pelo Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM), como pode ser observado na imagem a seguir, referente ao ano de 2021.



Figura 2: Reunião com reassentado, 2021. Foto: LEDTAM.

No quadro 1 apresenta-se a síntese qualitativa de entrevistas coletadas entre os anos de 2017, 2018, 2019 e 2021, números dos lotes (LT), ano da entrevista realizada, informação a respeito se o entrevistado é Reassentado (RT) ou se é Morador Novo (MN) não reassentado pela Norte Energia. É importante ressaltar que todas as informações e fotos coletadas foram autorizadas pelos entrevistados, com base na assinatura do termo de autorização.

LT	Identificação: Proprietário ou familiar	Dados dos anos 2017/ 2018	Identificação: Proprietário ou familiar	Dados dos anos 2019	Identificação: Proprietário ou familiar	Dados do ano 2021/ 2022
1	Joaquim Ne	RT	Joaquim Ne	RT	Não identificado	MN
2	Jão Bezerra	RT	Valdenor Santos	MN	Sr. Marabá	MN
3	Não identificado	RT	Não identificado	MN	Não identificado	MN
4	Antonio Gama	RT	Antonio Gama	RT	Dvair	MN
5	Samuel	RT	Adelice	MN	Adelice	MN
6	Edivania	MN	Iraildo	MN	Iraildo e Edivania	MN
7	Clidiane	RT	Cleidiane	RT	Cleidiane	RT
8	Não identificado	RT	Fabio	MN	Não identificado	MN
9	Manoel	RT	Manoel	RT	Dvair	MN
10	Sebastião de Santana	MN	Sebastião de Santana	MN	Sebastião de Santana	MN
11	Sampaio	MN	Sampaio	MN	Não identificado	MN
12	Jaime Olivera/ Sebastião	RT	Jaime Olivera/ Sebastião	RT	Jaime Olivera/ Sebastião	RT
13	Ariel	RT	Ariel	MN	Ariel	MN
14	Antônio Claudio Costa	RT	Antônio Claudio Costa	RT	Não Identificado	MN
15	Manoel Ferreira e Nagna	RT	Manoel Ferreira e Nagna	RT	Manoel Ferreira e Nagna	RT
16	Raimundo	RT	Raimundo	RT	Raimundo	RT
17	Isabel Soares	MN	Maria e Francisco	MN	Maria e Francisco	MN

18	Maria do Socorro	MN	Maria do Socorro	MN	Maria do Socorro	MN
19	Jurunas	RT	Jurunas	RT	Raimundo/Jurunas	RT
20	Geovane	RT	Geovane	RT	Geovane Gouveia	RT
21	Dalvanira	RT	Dalvanira	RT	Dalvanira	RT
22	Pedro e Neucijane	RT	Pedro e Neucijane	RT	Não identificado	MN
23	Benedita	MN	Benedita	MN	Benedita	MN
24	Ciro Estevam	RT	Ciro Estevam	RT	Cirio Estavam e Rosa	RT
25	Djailson Bolonha	RT	Djailson Bolonha	RT	Não identificado	MN
26	Raimunda e Sidney	RT	Raimunda e Sidney	RT	Raimunda e Sidney	RT
27	Darcy e Dionísio	RT	Darcy e Dionísio	RT	Não identificado	MN
28	Raquel	MN	Raquel	MN	Dvair	MN

Quadro 1: Síntese dos entrevistados durante os anos de 2017 a 2022.

Cada família, casal ou indivíduo mencionado anteriormente foi entrevistado, sendo a maioria deles proprietários ou familiares. As informações coletadas foram fornecidas pelos próprios reassentados ou novos moradores. Apesar de terem sido mencionados no quadro anterior, no texto, os nomes das pessoas nas transcrições serão preservados, identificando suas falas por meio de letras do alfabeto, com o objetivo de organizar as citações.

A tabela 1 demonstra que ao longo dos anos da pesquisa, desde 2017 até 2022, foram coletadas uma quantidade expressiva de entrevistas, permitindo a identificação das famílias ribeirinhas, reassentadas no período de 2015 a 2016 pela Norte Energia, bem como das famílias que não foram reassentadas. A investigação revela uma quantidade significativa de evasão por parte dos reassentados, bem como a adesão de novos moradores que compraram os lotes vendidos pelos reassentados que optaram por sair do RRC.

	2017	2018	2019	2021	2022
Reassentado	14	13	16	7	9
Moradores Novos	2	10	11	2	19
Ausentes	12	5	1	18	0
Total	16	23	27	10	28

Tabela 1: Dados das entrevistas e informações coletadas.

Os dados foram coletados com os proprietários ou familiares presentes nos dias da entrevista, no entanto, algumas informações a parte foram consideradas, como quando os entrevistados(a)s informavam a respeito dos seus vizinhos, elementos como o nome, se era reassentado ou novo morador, justifica-se o termo ausentes quando não foram possíveis a realização de entrevistas ou a coleta de dados a respeito do morador ausente no momento da investigação na pesquisa.

No total foram entrevistados 21 reassentados do ano de 2017 a 2022, entretanto o ano em que mais reassentados encontravam-se no RRC, foi no ano de 2019, como consta a análise do gráfico a seguir.

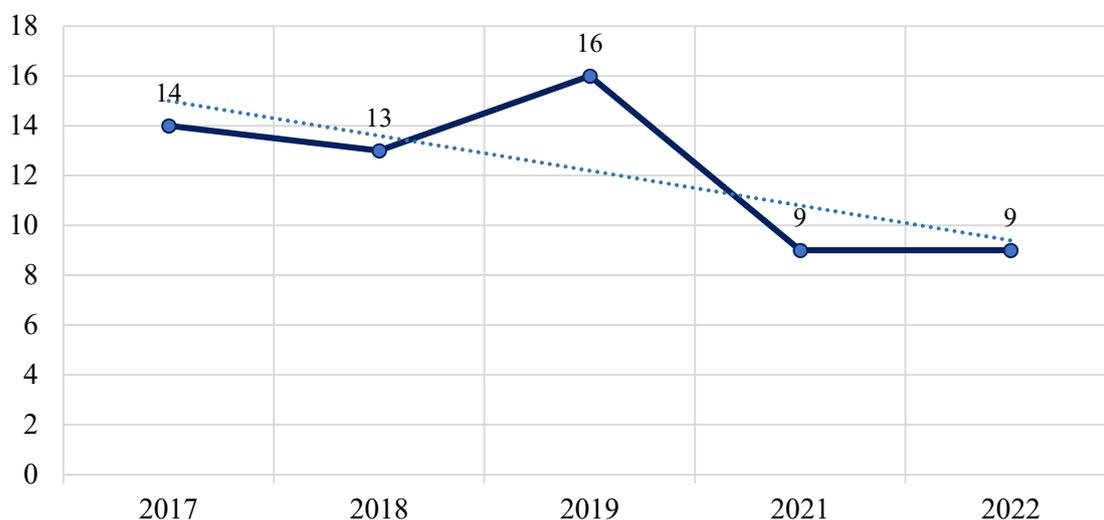


Figura 3: Gráfico - Quantitativo da pesquisa em entrevistas com reassentados.

Vale ressaltar neste momento que a pesquisa teve início em 2017, na graduação e foram possíveis coletar dados desde então, abrangendo momentos ocorridos nos anos de 2017 a 2022. É importante mencionar que não foram realizadas entrevistas nem visitas a campo durante o ano de 2020, devido ao período pandêmico, que inviabilizou qualquer atividade presenciais.

Durante os anos mencionados, a dissertação relata os eventos e acréscimos relevantes relacionados ao tema. A impossibilidade de realizar entrevistas ou visitas a campo em 2020 foi uma consequência direta das restrições e preocupações com a saúde pública ocasionadas pela pandemia. Essa interrupção temporária afetou a continuidade da pesquisa, mas não comprometeu a integridade do estudo.

É fundamental reconhecer que a ausência de dados coletados em 2020 pode ter impactos na análise abrangente do tema facilmente. No entanto, o período pandêmico representa um

contexto excepcional que monitorou-se e cuidou-se para garantir a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos nessa pesquisa.

Considerando as informações mencionadas, a dissertação oferecerá uma análise detalhada dos anos anteriores e posteriores a 2020, destacando as contribuições emitidas durante os momentos de pesquisa ativa e respeitando as limitações impostas pela situação pandêmica.

**1. CAPÍTULO I - PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM OLHAR A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS.**



Este capítulo objetiva promover uma reflexão que seja capaz de dar visibilidade a produção do espaço da Amazônia paraense a partir dos grandes projetos hidrelétricos, evidenciando as configurações espaciais que o capital assumiu na região. As diferentes formas de atividades humanas, como a produção, circulação, consumo e vivência, criam e transformam o espaço em constante interação com as particularidades e aspirações das sociedades e grupos que o habitam. As dimensões físicas e humanas do espaço não podem ser dissociadas, e a análise do espaço geográfico deve levar em conta tanto os aspectos materiais e naturais quanto as práticas e significações sociais que lhe conferem sentido e valor.

Compreender a produção do espaço como categoria central da geografia é fundamental para entender como as sociedades humanas transformam e constroem os lugares em que vivem. A partir desta abordagem, a geografia deixa de ser vista apenas como a descrição de lugares estáticos e passa a ser compreendida como uma ciência social que estuda a dinâmica das relações entre as sociedades humanas e o meio ambiente, bem como as desigualdades e conflitos gerados por essas relações.

Dessarte, tem-se o espaço, como categoria central da geografia, evidente que os espaços não são meros cenários neutros onde as atividades humanas ocorrem, mas sim construções sociais e políticas. As formas como são ocupados, transformados e valorizados estão diretamente relacionadas com os interesses econômicos, políticos e culturais das sociedades que os habitam. Além disso, entender a produção do espaço também permite compreender as desigualdades socioespaciais existentes nas diferentes localidades do mundo. A partir desta perspectiva, pode-se analisar não apenas as diferenças entre as regiões urbanas e rurais, mas também entre países, continentes ou regiões do planeta. A produção do espaço está intimamente ligada às questões de poder e de injustiças sociais.

Em resumo, a compreensão da produção do espaço é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, e permite analisar as relações entre as sociedades humanas e o meio ambiente de forma crítica, reflexiva e transformadora. Destarte, tem-se o espaço como categoria chave para compreender a produção do espaço da Amazônia paraense. Tendo em vista que o conceito de espaço dentro dos debates geográficos tornou-se de suma importância para conjecturar as relações entre o meio e a sociedade como um todo.

### **1.1. Um conceito chave para compreender a produção do espaço da Amazônia paraense.**

Para compreender a produção do espaço da Amazônia paraense é necessário considerar o tempo, os processos, as ações, os objetos e a dinâmica socioespacial, para que assim entenda-se o real sentido da produção do espaço. Santos (2006, p. 39), compreende “[...] o espaço como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, sugerindo assim, um olhar para totalidade e não tão somente das partes.

O espaço não é, como antes considerado, um palco dos fenômenos ou das realizações humanas, é necessário pensá-lo como uma determinação que abrange em sua formação, um conteúdo social realizado pelas relações sociais que se materializam num determinado espaço-tempo, pois o “espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, p. 36, 2014).

A constante reprodução do espaço, no decorrer dos processos geográficos, ocorre em cada fração do espaço-tempo, na história em que encontra-se de modo material, numa reunião de forças de produção, uma relação historicamente criada entre o espaço geográfico e os indivíduos, compreendendo assim a dinâmica socioespacial e a relação geográfica mais simplificada, a “relação homem/terra, cada vez menos determinada pelas características da área e pelo processo direto de produção, e cada vez mais um resultado do processo de organização da produção vista como um todo” (SANTOS, 2006, p. 97).

O espaço necessita ser visto a partir das suas articulações, as quais são fatores sociais, modeladoras dele. Considera-se que o espaço é “[...] um fator de evolução social e não como uma simples condição” (SANTOS, 2014, p. 11-12). Tendo em mente que o espaço é uma intercessão da sociedade, que molda assim como é moldado, que “[...] se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções” (SANTOS, 2012a, p. 153).

A organização dos espaços geográficos e a exploração dos recursos naturais passam a ser intensificados com o discurso de desenvolvimento do país, na Amazônia esse discurso ainda se torna mais terrível, já que desde seus primórdios, é vislumbrada, como um espaço de

produção e reprodução ampliada do capital, condicionando a Amazônia a taxas elevadíssimas de desmatamento e a exasperação da desigualdade social.

Ao longo dos últimos anos, das últimas décadas, o saque da Amazônia, que data já de vários séculos, tem assumido proporções muito mais alarmantes, muito mais graves, revestindo-se de roupagens novas e legitimando pelos mais nobres dos objetivos, todos eles relacionados, no discurso oficial, com a promoção do homem. (HÉBETTE, 2004, p. 58)

As atividades que antes tinham a sua produção e escoamento limitados devido a dificuldades de transportes, feito principalmente via fluvial, foram incentivadas, a partir da década de 1960, com a criação de rodovias que cortam o país de Norte a Sul. Essas atividades, fruto de planos desenvolvimentistas, sempre tiveram como finalidade abrir as fronteiras da Amazônia para o capitalismo externo, usando do discurso de solução para diferentes regiões do país.

Desde 1960, a Amazônia, tinha-se tornado um excelente mercado para a engenharia, as construtoras, os fabricantes de equipamentos; tinha implantado rodovias megamétricas e asfaltado uma fase delas, instalando redes de telecomunicações usando microondas e satélites, criando uma rede de portos e aeroportos modernos alguns dos quais de classe internacional. (HÉBETTE, 2004, p. 63)

As redes de integração ao espaço; superposição dos territórios federais aos estaduais; subsídios de capital para a apropriação de terras; e os incentivos a imigração local, para formação de mão-de-obra rendeu, da ação conjunta desses elementos, na mudança do discurso acerca do desenvolvimento, antes baseado na economia de fronteira passa recentemente a ter como pano de fundo o discurso do desenvolvimento sustentável, para Becker (1988, p. 71) “o desenvolvimento sustentável é, assim, expressão e instrumento de um novo modo de regulação.”

As relações de exploração e o mal-uso dos recursos na Amazônia, geram sérios impactos nas populações locais, causados pela necessidade incessante de crescimento, modernização e ampliação do capital, lapso de um país que beneficia uma minoria. Em consequência, os grandes projetos, desestruturam o espaço amazônico, reorganizando a dinâmica, subsumindo a maioria dos sujeitos do local, distanciando-os dos seus modos tradicionais. “Assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados” (SANTOS, 2001, p. 108).

O avanço da reprodução capitalista é um dos principais dirigentes do ordenamento dos espaços geográficos ao longo dos anos. No Brasil, o desenvolvimento desse sistema abrolha tardiamente, de forma contraditória e desigual, para Diniz e Arraes (2005) “[...] o ponto de

partida pode ser o efeito de como essa distribuição inicial (desigualdade) influenciou o processo de crescimento, ou pode-se verificar como o crescimento afetou a distribuição e, conseqüentemente, a desigualdade”.

Mesmo ao considerar-se o capitalismo como agente principal e difusor do ordenamento territorial, é explícito no caso do Brasil que o Estado é o agente basilar na formação e ordenamento deste espaço geográfico, expondo uma representação da Amazônia, como uma dimensão espacial de políticas, planos e programas de desenvolvimento. Segundo Hébette (2004, p. 62):

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro, sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial e internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital.

Neste sentido, a integração da Amazônia ao restante do país tem-se a interferência principalmente de políticas de desenvolvimento por meio da implantação de grandes projetos, como os ciclos da borracha (1850/1920 - 1945/1950), no qual “[...] em 1912, já são evidentes as medidas inclinadas ao planejamento regional com o objetivo de estimular a colonização da região amazônica e promover a defesa da economia da borracha” (MAGALHÃES, 2012, p. 10. Apud FREITAS, 1991, p. 41).

Para Margarit (2017, p.55) [...] “a estratégia adotada foi incentivar a ocupação por meio de projetos de colonização, recrutando imensos contingentes populacionais, em outras regiões do país” [...], de forma “ora excessivamente autoritário e militarizado, ora mais frouxo e dando certa autonomia para os “colonos” (BRINGEL, 2015, p. 38). Assim como na era varguista, na qual a Amazônia era vista como uma estratégia econômica, e “[...] a valorização do Brasil, interna e externamente, se daria com a exploração, por parte do governo brasileiro, das regiões que não se encontravam ‘congregadas’ à unidade nacional, isto é, regiões que precisavam ser conhecidas e exploradas economicamente” (FERREIRA 1999, p. 36).

A implantação de portos, exploração mineral e a abertura das rodovias como: Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Transamazônica (BR-230), “[...] durante o governo Kubitshek, como decorrência da instalação no país de um grande parque industrial automobilístico [...]”, processos históricos da formação territorial na Amazônia, que derivaram do amplo apoio do Estado, com políticas públicas que visavam a ocupação e o desenvolvimento econômico nacional. Parafraseando Margarit (2017, p.29) foi entre as décadas de 1930 (com o governo de Getúlio Vargas) até a década de 1970, que o Estado se apresentava como grande

promotor e financiador da economia nacional, sendo este, o principal fomentador dos financiamentos agrícolas e fomento tecnológicos.

A imagem da Amazônia paraense foi construída numa perspectiva do maravilhoso, sob as dimensões da ideia de natureza enquanto fonte de recursos inesgotáveis e o vazio demográfico, arraigadas pelos discursos do Estado nos períodos anteriores. A Amazonia, corroborando com Hébette (2004, p. 62) “só interessa ao grande capital em razão de seus abundantes e preciosos recursos: o capital, fala-se, cobiça essas riquezas.”

Essa valorização econômica da Amazônia foi intensificada a partir da década de 1960, sobretudo em 1966 com a operação amazônica, tendo como princípio básico a implementação de leis e projetos pelo Estado brasileiro, no sentido de desenvolver a Amazônia e inclui-la na divisão internacional do trabalho com o intuito de atribuir um sentido para a Amazônia.

Assim, a Operação Amazônia, em 1966, reinventa a Amazônia no século XX. Reinvenção alicerçada no tripé Estado/Mercado/Capital que fomenta a representação de natureza amazônica enquanto fonte de recursos, de espaço enquanto demograficamente vazio, de migrante como força de trabalho nos do capital responsável por trazer o desenvolvimento regional, estabelecendo o papel da região na divisão internacional do trabalho. (NAHUM, 2017, pág. 8-9)

Nestes termos muito mais predominante, tem-se em sua concepção o valor de uso e de troca areal, ou seja, as áreas com maiores potenciais naturais tornam-se objeto de disciplinamento e exploração. Não obstante, a Amazônia com sua proeminente potencialidade paisagística tem-se sua exploração intensificada a partir [...] “das décadas de 60 e 70 do século passado quando essa é atingida fortemente pelo processo de mecanização do seu meio realizado através dos grandes projetos agrários, hidrelétricos e de mineração. De tal narrativa a Amazônia Paraense não diverge” (SILVA, 2017).

Os agentes externos adentram o espaço amazônico, com o intuito da ampliação e circulação do capital através da exploração das fronteiras, seja a fronteira agrícola, a fronteira da biotecnologia, a fronteira sustentável ou a fronteira energética. Neste mesmo sentido, Nahum (2017) afirma que:

Os grandes projetos agropecuários, minerais, rodoviários, hidroelétricos constituem os vetores delineadores do papel da região de fornecedora de matérias-primas para o mundo. Na realização desse propósito edificam-se sistemas técnicos na forma de redes rodoviárias, energéticas, comunicação, grandes próteses espaciais tais como rodovias, portos, aeroportos, eletrificação, correios, telefonia, telégrafos, tudo sob a perspectiva de espaço areal, vazio, sinônimo de oportunidade que clama por investidores e investimentos, atraídos pelos incentivos fiscais regulados pela SUDAM/BASA (NAHUM, 2017, pág. 9).

Os governantes agem como promotores de transformações econômicas, pautando e financiando o largo processo de exploração do potencial paisagístico, o qual, na Amazônia paraense intensificou-se com a ocupação, incentivada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no período da década de 1970 em que [...] “as intervenções do Estado passam a ocorrer no eixo dos financiamentos agrícolas e fomento tecnológicos, como mecanismos de articulação dos interesses agroindustriais ” (MARGARIT, 2017, p.29).

As explorações dos recursos naturais, dadas pelas mais diversas atividades invasivas a natureza, são as principais responsáveis pela transformação do espaço amazônico, estas por sua vez, surgem na conhecida “colonização da Amazônia”, nas atividades como: extração da borracha, extração de madeiras, pecuária, produção agrícola e extração minerais. Essas atividades exploratórias são frequentemente impulsionadas pela busca de lucro e pelo desenvolvimento econômico, muitas vezes em detrimento do equilíbrio ambiental e das comunidades locais. A transformação do espaço amazônico resultante dessas práticas tem efeitos causados , incluindo a perda de habitats naturais, a destruição da biodiversidade, a alteração dos ciclos ecológicos, além de desafios socioeconômicos.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. “Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico”. (SANTOS, 2006, p. 39).

A geração de energia por meio do aproveitamento e barramento dos rios, com a introdução de grandes objetos técnicos que transformam o recurso hídrico em uma mercadoria, tem causado mudanças drásticas nesse espaço, equiparando-se às atividades de colonização. Ao longo da história, desde os acordos de exploração da seringa e abertura de rodovias até os dias atuais, com a construção de grandes hidrelétricas, testemunha-se uma intensificação dessas práticas exploratórias. Nesse sentido, concorda-se com Herrera, Moreira e Bezerra (2016)).

A Amazônia sempre foi vista como espaço de expansão do capital, a exemplo disso, os acordos de exploração de seringa e abertura das rodovias, no entanto, o movimento capitalista mais recente apoiado na lógica de natureza mercadoria tem se apropriado dos espaços por meios de conglomerados econômicos nacionais e internacionais (HERRERA; MOREIRA; BEZERRA, 2016).

Contudo, a exploração paisagística é sequenciada pelas construções de hidrelétricas na Amazônia paraense, as quais, “[...] são frequentemente promovidas pelas autoridades governamentais como uma fonte “limpa” de energia, em contraste com termoeletricas” (FEARNSIDE, 2015, p.76. Apud. SOUZA, 1996). O que a exemplo local, tem-se a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte (UHEBM) corroborando assim, [...] “o Estado de exceção passa a ser o paradigma que contribui para a operacionalização do grande projeto como a hidrelétrica de Belo Monte na atualidade.” (DO NASCIMENTO; DE CASTRO, p. 141)

A produção de novos empreendimentos hidrelétricos na Amazonia paraense, nas últimas décadas, tem revelado a materialização do espaço geográfico de um processo de transformações amplas desde o espaço urbano ao espaço rural. A Amazônia em todos os seus distintos sentidos é sempre apresentada pelo Estado como fronteira, como um espaço vazio ou com pouca densidade demográfica, é possível afirmar que o espaço corresponde a uma área, com suas extensões e delimitações, no entanto, essa não é a definição da natureza do espaço.

Em vista dos argumentos apresentados, o espaço necessita de uma produção social, necessita da condição de existência, este enquanto instancia da sociedade deve ser compreendido “[...] como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho da história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 2012a, p. 153).

Visto a partir das articulações do espaço, as quais são fatores sociais, modeladoras dele. Portanto, o espaço é um produto das ações humanas ao mesmo tempo em que é uma condicionante das ações humanas, ele é produto e produtor, condicionado e condicionador, fato e fator. Entretanto, quando os governantes ressaltam a ideia de fronteira destacam somente uma dimensão do espaço apenas enquanto área, ignorando as temporalidades, as formas societárias, os modos de vidas e as dinâmicas socioespaciais pré-existentes.

## **1.2. Grandes Projetos hidrelétricos na Amazônia Paraense**

A Amazônia em sua totalidade tem um vasto potencial hídrico, o que a torna um atrativo para a edificação de hidrelétricas em toda sua extensão territorial. No que se refere a Amazônia brasileira em específico a sua extensão territorial paraense “historicamente passa por múltiplas transformações socioeconômicas ocasionadas pela especulação e construção de grandes projetos capitalistas.” (MOREIRA; HERRERA, 2013, p. 01). A implantações de grandes projetos hidrelétricos, causam prejuízos tanto ambientais quanto sociais. Neste sentido, é importante mencionar REZENDE (2002, p. 22) ao destacar que, “os projetos de barragens são

guiados pela lógica do mercado, não se contabilizando outros custos advindos da obra, como os ecológicos e os danos pessoais, em suas estimativas”. Desconsiderando as perdas imateriais e os valores culturais e simbólicos que cada comunidade possui.

Os grandes projetos hidrelétricos são apresentados como basilares para o desenvolvimento do país. Segundo Silva (2020) “as usinas hidrelétricas são fundamentais para a geração de energia no país, seu complexo desenvolvimento iniciou na primeira metade do século XX, sendo a partir de então a matriz energética hegemônica”. Dada a lógica capitalista voltada a geração de energia, tem-se a construção de Usinas hidrelétricas na Amazônia paraense, dentre elas a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a qual foi edificada na volta grande do Xingu no estado do Pará.

Grandes obras capitalistas necessitam de territórios que tenham recursos propício a serem explorados, assim como a hidrelétrica de Belo Monte, tem em seu local físico, nas palavras de Fearnside (2015, p.16), “um sonho para construtores de barragens, devido sua queda de 94 m e uma vazão média de 8.600 m<sup>3</sup>/s” tornando o local favorável para sua edificação.”

Essas usinas se tornaram objeto de interesse único dentro do vasto campo do conhecimento humano; tais obras e tudo o que mobilizam, materialmente e simbolicamente, podem também ser registradas na história das civilizações como uma das maiores experimentações feitas pela nossa espécie e o seu "gênio", no ímpeto de domar as forças maiores, as da natureza. (SEVÁ, 2008, p. 01)

A forma como a apropriação dos recursos naturais na Amazônia é feita, sugere-se nos termos de Herrera, Moreira e Bezerra (2016, p. 220) “uma ausência de políticas coerentes e direcionadas à realidade, sobremaneira devido à imposição por parte dos capitalistas que se anunciam responsáveis pela dinamização regional.”

Outrossim, concorda-se que com a penetração do capitalismo na região, a Amazônia é lançada nos cenários tanto da economia nacional, quanto da economia global. Portanto é necessário pensar os espaços a partir dos processos gerados por esses grandes projetos. Os quais serão o foco desta pesquisa e serão analisados com uma abordagem voltada para a compreensão desse movimento contraditório perpetuado na Amazônia sobretudo com a instalação de grandes projetos que desconsideram as lógicas sociais locais.

Assim, estamos imersos em um surto econômico que continua, com usinas em fase de construção e de projeto, e que vai desencadeando situações inéditas em cada local para grupos humanos que ali residem, trabalham, convivem com as obras e as usinas; um surto com efeitos que vão se sobrepondo na dinâmica dos rios e das bacias fluviais. (SEVÁ, 2008, p. 01)

Tem-se com clareza que durante as últimas 60 décadas o governo propôs, fomentou e dispôs a Amazônia como uma mercadoria com fins apenas lucrativos, pouco ou nada levando em consideração a produção do espaço geográfico na Amazônia a partir dos modos de vida. Nestes termos, concorda-se com assertiva de Nahum e Santos (2020) quando destacam [...] “que o grande capital reivindica a terra que o camponês caboclo, ribeirinho, quilombola ou agricultor familiar usava há três séculos e meio, sem nunca se preocupar com a titulação” (NAHUM; SANTOS, 2020). Para, além disso:

[...] o Estado desconsidera que o território da Amazônia paraense, desde seu processo de colonização, estabeleceu-se a partir de “um modelo de produção do espaço de vivência ribeirinha, baseado em adaptações aos ambientes naturais encontrados na região. (CANTO, LÍRIO, FERRÃO, 2009, p.225).

Na mesma perspectiva, segundo Miranda Neto e Herrera (2017, p. 45) destacam que “os grandes empreendimentos hidrelétricos são movidos pela lógica da reprodução das relações de produção à escala local [...]”, o território da Amazônia paraense passa a ser congregado a escala nacional e global, a partir dos interesses dos agentes externos a esse espaço geográfico, visando sempre a exploração dos recursos naturais, ignorando as dinâmicas territoriais da sociedade amazonense.

O território conectado ao mercado internacional torna-se fragmentado diante das alterações nas dinâmicas econômicas locais e no surgimento de novas territorialidades provocadas pelas dinâmicas exógenas ao território. Nesse sentido, a dinâmica territorial acompanha a evolução das transformações no tempo e no espaço, estas provocadas por atores sociais em diferentes níveis, ocasionando ordem e desordem territorial, conectadas em diferentes processos, e inter-relacionadas entre os diferentes usos dos territórios e nas ações provocadas de forma exógena com discurso de desenvolvimento voltada para exportação de commodities, em posição ao desenvolvimento local pautado no usos dos recursos naturais pelas comunidades Amazônidas. (PALHETA DA SILVA; OLIVEIRA NETO, 2018, pág. 357).

Ao passo que, o planejamento de desenvolvimento para o país, e conseqüentemente idealização das grandes Usinas Hidrelétricas, surge durante as décadas de 1950/1980 “num período político bastante conturbado e de extremo autoritarismo, sendo que muitos dos planos e programas especiais foram elaborados e implantados por governos diferentes.” (BORTOLETO, 2001, p. 56). Segundo Hébette (2004, p. 32) [...] havia tempo que o capital estrangeiro pesquisava clandestinamente na Amazonia, levando e mapeando seus recursos.” A projeção energética a partir dos rios surge no governo de Getúlio Vargas:

[...] a partir do qual o estado federal brasileiro, ao sabor da ideologia dominante do momento, sistematicamente incitou o desenvolvimento da hidroeletricidade. Em consonância com um contexto global, a construção de hidrelétricas no Brasil expandiu-se a partir do final dos anos 1950, principalmente depois do regime militar. (OLIVEIRA, 2018, p. 315).

Demonstrando assim, a razão pela qual esse setor no Brasil convida a ampliação e reprodução do capital privado, especialmente o capital estrangeiro, tornando-se para a acumulação via espoliação dos recursos naturais, corroborando com Hébette (2004, p. 62) “a atração ou o interesse do capital nacional ou estrangeiro pela produção Amazônica tem sido muito seletiva.” Na Amazônia, a confluência desses fatores prima por construir um complexo sistema de usurpação e apropriação territorial da Amazônia paraense, especialmente quando se trata de grandes empreendimentos. Segundo Ribeiro (1987, p. 10):

Los proyectos de gran escala son iniciados y promovidos por la planificación. Esta implica la evaluación científica de la viabilidad del proyecto. Pero esta empresa planificada requiere una estructura centralizada que coordine las complejas articulaciones necesarias para transformar planes en realidades. Requiere, en resumen, una poderosa y gran corporación. Es importante la naturaleza política y económica de la corporación pública, privada, nacional, internacional, o una combinación, porque puede significar distintas sensibilidades y respuestas ante las presiones públicas. También puede implicar distintas condiciones de la vida diaria en la zona del proyecto.

Dessa forma, a incorporação de grandes projetos hidrelétricos na escala local está regularizada no discurso de desenvolvimento, a partir da necessidade de maior geração de energia para o Brasil. É um “argumento genérico e abstrato pautado em um suposto benefício público ou bem comum” (DEL MORAL HERNANDEZ; MAGALHÃES, 2011, p. 80). Assim, “[...] a construção de usinas hidrelétricas remete o imaginário coletivo à ideia de progresso, com geração de empregos e produção de energia limpa” (CASTRO, 2009, p. 15), falácias que são postas para ludibriar e passar uma imagem de melhoria para a sociedade como um todo.

Destarte, é a partir do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - criado pelo Governo Federal no ano de 2007 que muitas centrais, complexos hidrelétricos e usinas hidrelétricas saem do campo imaginário e passam a ser materializadas no espaço. O PAC, segundo o Decreto nº 6.025/2007, <sup>1</sup>visa investimentos nas áreas de infraestrutura com a modernização e extensão da infraestrutura do país (rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica) e melhoria na qualidade de vida do cidadão (saneamento, saúde e educação).

Nestes termos, evidencia-se que na Amazônia paraense existem diversas hidrelétricas e complexos barramentos ao longo dos mais diversos e caudalosos rios da Amazônia. A exemplo de algumas Usinas Hidrelétricas implantadas na Amazônia paraense, temos: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a Usina Hidrelétrica Curuá-Uma, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a Usina Hidrelétrica Teles Pires. O destaque das hidrelétricas, indicado aqui, apresenta-se a

---

<sup>1</sup> Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6025.htm)

partir da classificação adotada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sendo em sua classificação três tipos para hidrelétricas: as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), as quais possuem até 1 MW de potência instalada, as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) a partir de 1,1 MW até 30 MW de potência instalada e as Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) acima de 30 MW. Ressalta-se que, neste caso, são levadas em consideração apenas as UHE já implantadas na Amazônia paraense.

Logo, as inserções dessas hidrelétricas no espaço da Amazônia acarretam perigo abruptas na dinâmica espacial das famílias locais, dificultando, por vezes, a reprodutibilidade da relação espacial e até mesmo modificando sua reprodução. A generalização dos modos de vida das famílias, como consequência da homogeneização do capital no território devido à soberania do dinheiro, escamoteia-se a realidade e condiciona a vida humana à reprodução ampliada do capital. Ainda nesta perspectiva, corrobora-se com Santos (2011), no que se refere a antes o território continha o dinheiro.

Hoje, sobe a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática do medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, et al., 2011 p. 19).

Grandes Projetos hidrelétricos são amplos causadores dos deslocamentos compulsórios e impactos socioambientais na Amazônia paraense. Como afirma Cavalcante (2012, p. 67) “os projetos hidrelétricos constituem obras de maior impacto já realizado pelo homem, pois incidem em diferentes níveis, que vai desde o ecológico, ao econômico, o cultural e até ao social.” Logo a construção de tais obras causam a remoção e remanejamento de diversas comunidades tradicionais dos seus territórios de origem, acarretando a alteração dos seus laços sociais, econômicos, culturais e espaciais.

Rocha (2014, p 259. Apud. cf. Elias, 2006) afirma que “[...] a análise dos processos de instalação de usinas hidrelétricas de energia (UHE) merecem ser compreendidas segundo um processo social amplo”. Grandes projetos hidrelétricos desconsideram os processos sociais ao negarem as dinâmicas dos sujeitos que pertencem ao local, desconsideram a organização anterior do território e a sua regulação interna com o meio, desrespeitando “[...] as práticas culturais dos povos andinos-amazônicos os solos, a floresta, os rios, os lagos e as lagoas são condições de vida com as quais tiveram que se haver e com as quais desenvolveram fazeres/saberes enquanto condições materiais de reprodução/criação de sentidos para a vida ” (PORTO GONÇALVES, 2017, p. 16). Os sujeitos que habitam essas regiões são espoliados,

expulsos e/ou exploradores devido à reorganização de seus espaços ou à chegada de novos, conforme destacado por Ribeiro (1987, p. 6), “[...] *existe una considerable producción antropológica sobre los efectos de los proyectos de gran escala, sobre todo de construcción de obras hidroeléctricas, em las poblaciones locales*”. Essa é a realidade vivenciada pelas famílias tradicionais locais diante da construção da UHE Belo Monte.

As populações tradicionais são submetidas a implicações externas que provocam alterações em seus modos de vida, comprometendo a harmonia com o cotidiano e as práticas locais. Nesse cenário, um exemplo recente é a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), cujo planejamento e justificativa são fundamentados em discursos que argumentam a necessidade de o Brasil investir na geração de energia para obter um crescimento “sustentável”. Contudo, é importante ressaltar que esses discursos refletem a opção do Estado nacional em assumir um papel na globalização perversa, caracterizando sua participação dependente nas relações internacionais como mero exportador de matéria-prima.

Essa problemática evidencia-se como resultado de processos que extrapolam os limites locais e se inserem-se em contextos globais de exploração dos recursos naturais, nos quais os tradicionais são garantidos. A implantação de grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, representa uma imposição externa que implica a reconfiguração das dinâmicas socioculturais e de incentivo das comunidades locais. A narrativa em torno do desenvolvimento e da necessidade de expansão da geração de energia no Brasil, sob a justificativa de um crescimento sustentável, desconsidera as vozes e os saberes das experiências vividas, que possuem um conhecimento profundo do ambiente em que vivem.

A imposição de Belo Monte reflete, logo, uma lógica de poder em que o Estado nacional prioriza a herança de capital em detrimento dos direitos e do bem-estar das comunidades locais. Essa dinâmica de exploração predatória dos recursos naturais é parte integrante de um sistema econômico globalizado, em que o Brasil assume o papel de fornecedor de matéria-prima para as nações mais avançadas. Esse posicionamento reflete uma dependência econômica e uma inserção subalterna nas relações internacionais, perpetuando um ciclo de desigualdades e degradação ambiental.

### **1.3. Geração de energia na Volta Grande do Xingu: Usina Hidrelétrica de Belo Monte.**

A edificação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) construída na Volta Grande do rio Xingu, na região Sudoeste do Estado Pará, no ano de 2011, um exemplo de como

o território é usado para garantir a reprodução capitalista do espaço, que apesar de ser materializada no ano de 2011, surge no imaginário muitos anos antes. Pode-se assim montar sua periodização a partir dos seus diferentes tempos e processos.

No ano de 1975 são realizados os primeiros estudos de Inventário hidrelétrico, os primeiros mapeamentos e o projeto de localização de barramentos no rio Xingu. Em 1980 conclui-se o inventário e inicia-se os estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, com as usinas Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW). Neste estudo identificou-se que as usinas exigiriam o deslocamento de sete mil índios, de 12 terras indígenas.

A hidrelétrica de Belo Monte por si só teria uma área de reservatório pequena (516 km<sup>2</sup>) e capacidade instalada grande (11.233 MW), mas a represa de Babaquara que regularizaria a vazão do rio Xingu (aumentando assim a geração de energia de Belo Monte), inundaria uma vasta área (6.140 km<sup>2</sup>).

O impacto de represas provê uma razão poderosa para o Brasil reavaliar as suas atuais políticas, que alocam grandes quantidades de energia na rede nacional para o beneficiamento de alumínio, uma indústria de exportação subsidiada. O caso de Belo Monte e das cinco represas adicionais planejadas rio acima (inclusive a hidrelétrica de Altamira/Babaquara) indica a necessidade de reformar o sistema de avaliação e licenciamento ambiental para incluir os impactos de projetos interdependentes múltiplos. (FEARNSIDE, 2015, p.232)

Em 1989 a então Usina Hidrelétrica de Belo Monte, apesar de assim atualmente ser conhecida, antes era chamada de Usina Hidrelétrica Kararaô. Neste mesmo ano ocorre a conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da UHE Kararaô. No entanto, os indígenas protestam contra a instalação do complexo hidrelétrico no rio Xingu, e exigem a participação dos povos indígenas sobre as decisões tomadas em seus territórios.

Posteriormente as divergências acerca dos impactos socioambientais ocasionados pelo projeto de Kararaô acontece o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, no ano de 1989. Nesse evento a participação indígena contraria à instalação da UHE Kararaô no rio Xingu gera a suspensão do financiamento da obra.

A partir das ações contrárias ao projeto de Kararaô, Belo Monte surge com uma nova roupagem, em 1994 tem-se a revisão dos estudos de viabilidade, com a diminuição da área inundada e garantia de não inundação das terras indígenas. Nos anos de 2002 a 2009 ocorre desde a apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA até a sua conclusão, são realizadas também as vistorias técnicas executadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como o EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA são entregues ao IBAMA.

Apenas em 2010 o IBAMA concede a licença prévia da construção de Belo Monte, contanto que a empresa Norte Energia realizasse 40 exigências de adequação. Entretanto, o órgão impôs ao consórcio responsável pela obra um conjunto de 40 medidas que deveriam ser implementadas para minimizar os impactos negativos gerados pela hidrelétrica. Em cada etapa do processo de licenciamento, as licenças prévia, de instalação e de operação foram concedidas mediante o cumprimento das condicionantes estabelecidas. Entretanto, na prática, há grandes controvérsias em relação ao cumprimento das condicionantes exigidas.

Além disso, a construção de Belo Monte enfrentou resistência de indígenas e ribeirinhos, que denunciaram a falta de consulta prévia e consentimento livre, conforme determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A área em que a hidrelétrica foi construída era considerada sagrada pelos povos indígenas da região e abriga espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção.

Após tanta resistência finalmente no ano de 2011, as obras para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na volta grande do Xingu, entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, foram iniciadas, concedida pelo IBAMA a Licença de Operação nº 1317/2015.0. Na imagem a seguir apresenta-se a localização da UHEBM e o arranjo geral de Belo Monte.

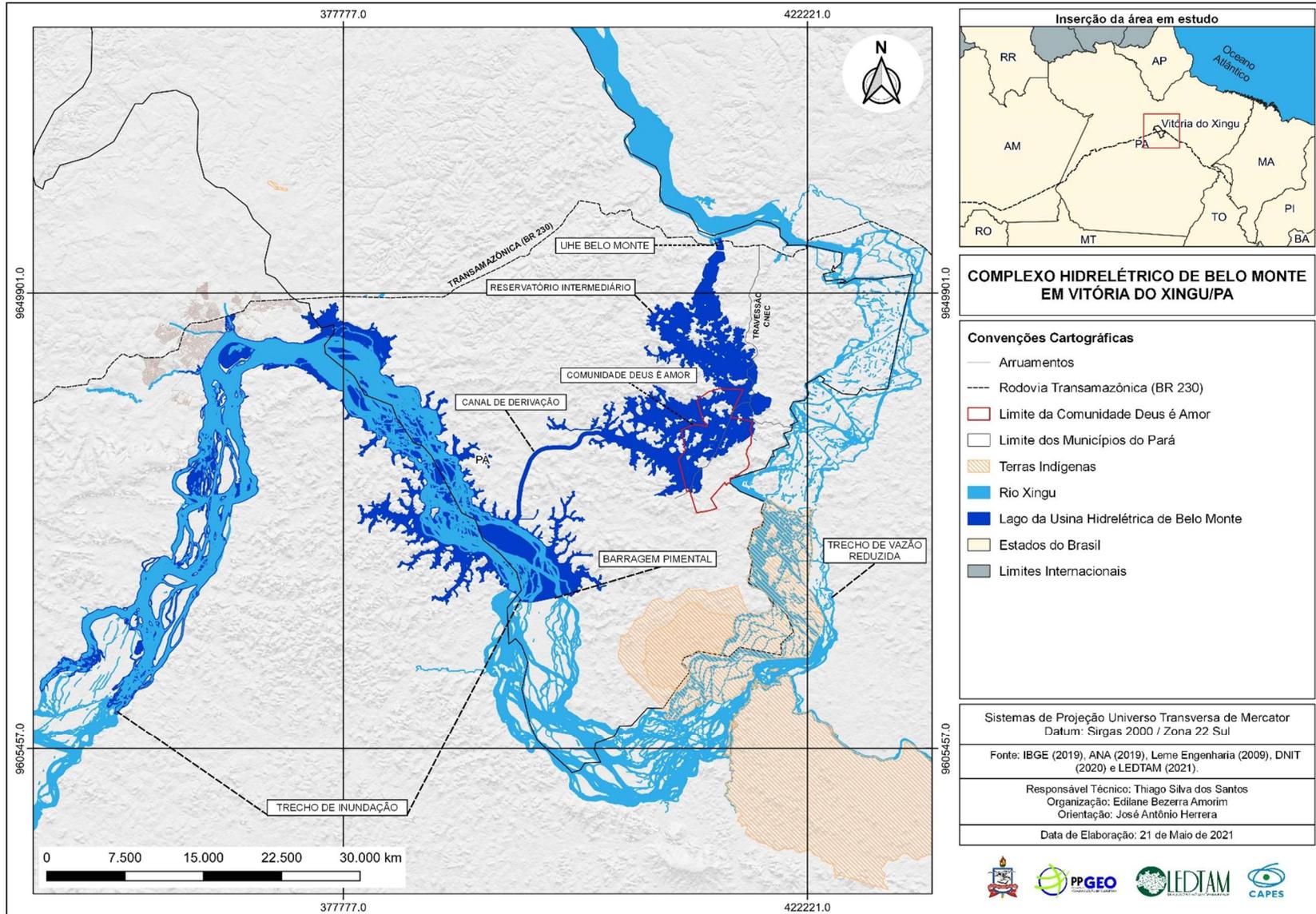


Figura 4: Mapa: Localização da UHE Belo Monte e o Arranjo geral de Belo Monte.

No ano de 2016 conclui-se o enchimento dos reservatórios e inicia-se a operação comercial do empreendimento com liberação das primeiras unidades geradoras das casas de força.<sup>2</sup> A usina começou a gerar energia em 2016, com a entrada em operação do primeiro de seus 18 grupos geradores, gradualmente, os demais grupos foram entrando em operação.



Figura 5:UHE Belo Monte, 2018. Foto: LEDTAM.

Idealizada para se tornar a terceira maior Usina Hidrelétrica do mundo em termos de capacidade de geração conta com uma potência instalada de 11.233 MW. No entanto, Belo Monte é alvo de inúmeras críticas devido ao fato de que a quantidade de energia firme gerada é inferior a metade deste valor, chegando a 4.571 MW, tendo em vista à redução do fluxo de água no Rio Xingu durante a temporada de verão na Amazônia, que ocorre de junho a outubro. Rotulada então como projeto economicamente inviável, já que a energia gerada não seria suficiente para suprir as necessidades energéticas esperadas.

Apesar de estar em operação desde 2016, Belo Monte ainda é uma das hidrelétricas mais controversas, que gerou diversos impactos socioambientais na região. Além disso, a construção da hidrelétrica resultou em deslocamentos compulsórios de comunidades tradicionais e conflitos fundiários na região. UHE Belo Monte, foi planejada para servir ao sistema capitalista, elaborada a partir de uma visão externa, pensada e organizada de fora para dentro, visando atender majoritariamente os interesses dos agentes exógenos. O que implicou diretamente na desorganização da dinâmica socioespacial dos sujeitos e das comunidades endógenas.

---

<sup>2</sup> residente Dilma Rouseff visita as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará.

<https://dialogochino.net/pt-br/mudanca-climatica-e-energia-pt-br/51950-hidreletricas-na-amazonia-voltam-aos-holofotes-em-ano-eleitoral/>

2. CAPÍTULO II – REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 - VITÓRIA DO XINGU PARÁ.



Neste capítulo objetiva-se descrever o Reassentamento Rural Coletivo como um projeto exclusivamente elaborado em consequência do deslocamento compulsório, gerado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, exposto aqui, como uma ação compensatória.

As hidrelétricas podem ser um dos exemplos mais evidentes de como o desenvolvimento econômico muitas vezes é apresentado como a solução para todos os problemas, mas na verdade provoca mais danos do que benefícios. A construção de uma represa para gerar energia hidrelétrica pode trazer impactos ambientais significativos, como a interrupção do fluxo de rios, a perda de habitats naturais e a destruição da biodiversidade. Além disso, as comunidades locais muitas vezes são desalojadas ou forçadas a mudar suas práticas tradicionais de permanência.

O deslocamento compulsório das famílias devido a construção de hidrelétricas é um problema que tem afetado muitas comunidades ao redor do mundo. Os agentes externos ao local, planejam a construção de hidrelétricas em determinadas áreas favoráveis geograficamente, no entanto, são áreas onde geralmente há famílias e comunidades tradicionais que vivem há muitos anos nestes locais.

As empresas responsáveis pela construção de grandes Usinas Hidrelétricas geralmente propõem ações mitigadoras, ofertam valores financeiros e assessoria para realocação das famílias afetadas, entretanto nem sempre isso é suficiente para garantir que as pessoas sejam justamente reparadas e tenham suas necessidades atendidas. Muitas vezes, as comunidades afetadas perdem seu modo de vida tradicional e são forçadas a se adaptar a novas realidades.

Vale ressaltar, que as medidas mitigadoras podem ser classificadas “em preventiva, corretiva, compensatória e potencializadora” (LOPES, 2021, p. 68), neste sentido, existe uma diferença entre ação mitigadora e ação compensatória. A ação mitigadora refere-se a medidas adotadas para reduzir, minimizar ou prevenir os impactos negativos. Essas medidas são implementadas com o objetivo de evitar ou diminuir os danos causados ao meio ambiente, comunidades locais ou outros elementos afetados. As ações mitigadoras são geralmente realizadas durante o planejamento, construção e operação de Usinas hidrelétricas, por exemplo, visando mitigar os impactos adversos.

As medidas mitigadoras podem ser elaboradas e aplicadas em qualquer fase do projeto, mas esse estudo é mais eficiente se aplicado na fase preliminar, ou seja, no período em que o projeto está sendo planejado. Nesta fase essas medidas terão um caráter preventivo. (LOPES, 2021, p. 68)

Por outro lado, a ação compensatória envolve medidas tomadas para corrigir, compensar ou reparar os danos causados pelo empreendimento que já ocorreu e gerou impactos negativos significativos. Essas medidas têm como objetivo restabelecer as condições anteriores ou compensar de alguma forma os danos causados ao meio ambiente, comunidades locais ou outros elementos afetados. As ações compensatórias são implementadas após a ocorrência dos impactos adversos.

Em resumo, a ação mitigadora busca evitar ou reduzir os danos desde o início do projeto, enquanto a ação compensatória busca corrigir ou reparar os danos após eles terem ocorrido. Ambas são necessárias para lidar com os impactos ambientais e sociais decorrentes da construção de grandes objetos técnicos que causam interferências nas dinâmicas socioespacial do local.

A partir de tal desconfiguração e reconfiguração do espaço geográfico deu-se origem aos reassentamentos rurais, os quais são pensados e proposto para as famílias deslocadas compulsoriamente, a saber, o reassentamento rural coletivo Km 27 o qual é uma ação compensatória que foi planejada e implementada após o início das obras da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte).

O reassentamento rural coletivo Km 27 foi uma medida compensatória adotada para realocar as comunidades afetadas pela construção da usina, especialmente aquelas que foram impactadas pela formação do reservatório. Essa ação é uma tentativa de reparar os impactos sociais decorrentes da construção da usina, proporcionando novas possibilidades de moradia, trabalho e renda para as famílias afetadas que deveriam ser equivalentes ou melhores do que as que foram perdidas.

O reassentamento rural coletivo Km 27 consiste na criação de um novo núcleo rural habitacional, com acesso pela rodovia Br230 adentrando no travessão km 27, próximo a cidade de Altamira, no estado do Pará. No entanto, mesmo com a intenção de reparar os impactos negativos, projetos como esse trazem desafios e conflitos, como a perda de contato com o rio, a floresta e a cultura local, gerando o enfraquecimento dos sistemas produtivos tradicionais, dentre outros problemas.

## 2.1. Deslocamento compulsório: Ações mitigadoras ou compensatórias?

Com a criação de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense e a construção dos barramentos e reservatórios, diversas comunidades tradicionais são diretamente afetadas. Um exemplo significativo é o deslocamento compulsório de famílias que residiam nas áreas destinadas à instalação desses empreendimentos, deste modo, “o desenvolvimento capitalista interfere no espaço de modo a configurar as relações sociais e de produção” (HERRERA, 2019, p. 473), causando impactos rigorosos sobre as famílias tradicionais do local.

A construção de barragens e a formação de grandes reservatórios implicam em transformações drásticas no ambiente natural e nas atividades socioeconômicas das comunidades locais. Os impactos socioambientais desencadeados por tais projetos são múltiplos e complexos, abrangendo desde a relocação forçada de famílias atingidas até a perda de território, meios de subsistência e patrimônio cultural. Neste sentido, segundo Pinto (2012):

O conceito de atingido da World Commission on Dams (WCD) refere-se tanto ao deslocado que sofreu deslocamento físico, como aquele que teve deslocado seu modo de vida ou foi privado dele, posicionando assim os atingidos não apenas como os alagados pelas barragens, mas também aqueles que estão a jusante do rio, que não têm direito à compensação e que perdem seus modos de vida e segurança alimentar em consequência do represamento do rio, e que, em função disso, também podem vir a migrar mais tarde. (PINTO, 2012, p.55)

A discussão sobre o deslocamento compulsório gerado pela construção da UHE Belo Monte, se faz necessário para a confrontação das expectativas pensadas pelos agentes hegemônicos com a realidade enfrentada pelas famílias reassentadas. Evidenciando que os modos de vida, tradicionais dos sujeitos do rio, não foram de fato considerados em função dos objetivos exógenos, primando apenas o “desenvolvimento” que não condiz com a realidade amazônica. Os agentes exógenos entendem:

[...] como atingido um grupo social, um grupo familiar ou um indivíduo, que tenha seu modo de vida alterado em decorrência da implantação de empreendimentos ou da realização de intervenções (públicas ou privadas) sobre o território onde vive ou do qual depende para sobreviver. Território entendido como construção da base material onde uma determinada população estabeleceu suas relações econômicas e sociais. O reconhecimento da condição de atingido se faz acompanhar da legitimação de direitos; pois, ao se identificar um dado grupo social, familiar ou indivíduo como atingido, se estará reconhecendo seu direito a algum tipo de indenização e ou reparação, pecuniária ou não. (EIA – PBA – Leme engenharia, 2009, p. 198).

Essa abordagem impôs um limite claro em relação às vivenciadas, congelando a realidade e falhando em interagir com as mudanças que ocorrem no mundo real. A inserção da UHE Belo Monte gerou problemas sociais disseminados pelo território local. Houve, por parte dos agentes externos, uma tendência a reconhecer apenas as relações econômicas com o

território afetado, adotando uma abordagem territorialista e abstrata para lidar com a questão, em detrimento das famílias ribeirinhas, que não tiveram suas necessidades atendidas e perderam o acesso aos recursos naturais essenciais para sua conservação.

A remoção compulsória das comunidades atingidas pelos projetos hidrelétricos representa um desafio para a garantia dos direitos humanos, visto que essas populações tradicionais possuem uma forte conexão com o meio ambiente em que vivem, além de uma profunda relação com suas terras e recursos naturais. A realocação dessas famílias em áreas distintas implica na quebra de laços comunitários, perda de identidade cultural e dificuldades na adaptação a novos contextos socioculturais.

A construção da UHE Belo Monte, “provocou mudanças importantes no modo de viver das comunidades tradicionais ribeirinhas do Xingu. Essas comunidades, formadas por famílias fruto da mistura entre populações locais indígenas e migrantes nordestinos” (GRAÇA; OLIVEIRA, 2019, p. 82), estavam localizadas as margens, a jusante, do rio Xingu no Pará. No entanto, o aporte de Belo Monte ocasionou o deslocamento compulsório de inúmeras famílias alterando os modos de vida dessas famílias, de um lado a:

[...] relação entre as diferentes práticas cotidianas, trabalho, vida familiar, consumo, lazer etc. e, por outro lado, às relações que o conjunto dessas práticas cotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais. Assim, os estudos ligados aos aspectos da vida cotidiana deveriam preocupar-se com o grau de consciência dos atores sobre a condução dos seus destinos, individuais ou coletivos (GUERRA, 1993. Apud. BRAGA; FIÚZA; REMOALDO 2017, p. 372).

Desta forma, a empresa Norte Energia se viu obrigada a desenvolver, ações mitigadoras e compensatórias com o propósito de indenizar as famílias ribeirinhas dado os impactos causados pela implantação do empreendimento. “Quando se trata de empreendimentos, as medidas mitigadoras são ações tomadas pelo empreendedor que objetivam minimizar ou eliminar os impactos negativos oriundos da implantação, operação, manutenção e desativação do empreendimento impactante” (LOPES, 2021, p. 67. Apud. SANCHÉZ, 2008).

Os responsáveis por Belo Monte com o intuito de compensar os impactos gerados sobre as famílias moradoras do entorno do rio Xingu, elaboraram a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Plano Básico de Atendimento (PBA) e conseqüentemente o Plano de Atendimento à População Atingido, ações que amenizassem as perdas materiais e imateriais dos atingidos, definindo que o ato de reparar é:

[...] dar reconhecimento a alguém ou a um grupo social de suas condições materiais e imateriais, objetivas e subjetivas, bem como propiciar aos mesmos

as condições para restabelecer o que foi perdido ou danificado. Nessa perspectiva a noção de reparação caminha na contramão dos processos de exclusão, pois ao reconhecer direitos objetiva restaurar as perdas, senão para propiciar condições iguais à passada, pelo menos para garantir a integridade social de antes. A noção de reparação que orienta o Plano de Atendimento está centrada no exercício de restaurar perdas materiais e imateriais que porventura venham ocorrer quando da implantação do AHE Belo Monte e que interfiram na reprodução dos modos de vida das populações atingidas. (EIA – PBA – Leme engenharia, 2009, p. 198)

Apesar de afirmarem que a reparação estaria centrada na restauração tanto das perdas materiais quanto imateriais o ato de compensação financeira é a que se ressalta quando proposto apenas a realocação ou a indenização financeira para as famílias impactadas pela UHE Belo Monte.

O empreendedor deveria priorizar a implementação de estratégias superiores ou, pelo menos, equivalentes às utilizadas anteriormente, tendo em vista as novas dinâmicas socioespaciais que surgiram como resultado direto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A magnitude e o impacto dessa obra de infraestrutura trouxeram significativas mudanças nas comunidades afetadas, exigindo abordagens eficazes e adaptadas à nova realidade socioeconômica e espacial dessas famílias.

Neste sentido o empreendimento deveria priorizar por implementações de ações mitigadoras preventivas em relação aos impactos ambientais causados pelo empreendimento. As ações mitigadoras preventivas permitem antecipar e minimizar os danos ambientais que ocorrem durante a construção e operação da hidrelétrica. Ações mitigadoras preventivas devem envolver a adoção de medidas técnicas, tecnológicas e operacionais que visem reduzir os impactos negativos sobre os ecossistemas, a biodiversidade e as comunidades locais.

Entretanto as ações compensatórias pós-impactos possuem um caráter reativo, ou seja, são adotadas depois que os danos já ocorreram, como é o caso do Reassentamento Rural Coletivo Km 27. Embora as ações reparadoras sejam importantes para contrapesar os impactos residuais e reparar danos específicos, elas não são capazes de evitar totalmente os prejuízos sociais e ambientais. As ações compensatórias tendem a ser mais dispendiosas e complexas, envolvendo processos de recuperação e restauração que demandam tempo significativo.

Destarte, é fundamental que as ações mitigadoras sejam preventivas e não compensatórias, visando a participação dos atingidos, considerando as demandas e necessidades das comunidades impactadas, bem como os aspectos culturais, sociais e ambientais envolvidos. Além disso, é essencial a avaliação e monitoradas a longo do tempo, a

fim de assegurar a ocorrência das mesmas e garantir que realmente haja contribuição para o registro dos danos e promoção do bem-estar dessas comunidades impactadas.

## **2.2. Projeto de Reassentamento Rural.**

O reassentamento rural consiste na realocação das famílias em uma nova área, com uma nova infraestrutura construída para moradia, as quais segundo a Norte Energia, conta com instalações elementares que garantem a qualidade de vida de seus habitantes, tais como fornecimento de água potável, vias de acesso, saneamento básico e unidade produtiva. Esse projeto foi assegurado pelo Plano de Atendimento à População Atingida por barragens, o qual conforme o agente hegemônico, consiste em um conjunto de medidas que visa garantir a segurança e o bem-estar da população que viviam nas áreas próximas às barragens com o intuito garantir a segurança e a integridade da população atingida por barragens, além de minimizar os danos ambientais e patrimoniais causados.

O Plano de Atendimento à População Atingido é organizado em programas e projetos relacionados especialmente ao espaço rural, a saber: Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural: - Projeto de Regularização Fundiária Rural; - Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias; - Projeto de Reassentamento Rural; - Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes; - Projeto de Reparação. Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais:- Projeto de Apoio a Pequena Produção e Agricultura Familiar; - Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes; - Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais; - Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal; - Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural. Segundo a Norte Energia:

Para proprietários/posseiros que tiverem suas moradias/benfeitorias ou parte das terras afetadas e podem permanecer na mesma propriedade, desde que ela seja viável economicamente. Esta opção também poderá ser utilizada por famílias a serem indenizadas integralmente, ou que fiquem com áreas inviáveis economicamente. Nesses casos, poderão ser remanejadas desde que essas áreas sejam reestruturadas; em área a ser adquirida para o reassentamento rural – A opção por esta modalidade deve resultar da discussão coletiva e será facultada aos pequenos proprietários e posseiros, os minifundistas e demais atingidos que não possuem direitos sobre a propriedade, incluindo aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade social. (PBA – Leme engenharia, 2011, p. 28).

As famílias poderiam ser realocadas desde que as áreas fossem reestruturadas e, portanto, a empresa teve que adquirir as propriedades próximas ao rio. A figura a seguir apresenta a espacialidade das áreas adquiridas pela Norte Energia a partir do Programa de

Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural, inclusive a localização e delimitação do Cadastro Rural – CAR – do RRC, com o intuito de realocar as famílias deslocadas compulsoriamente.

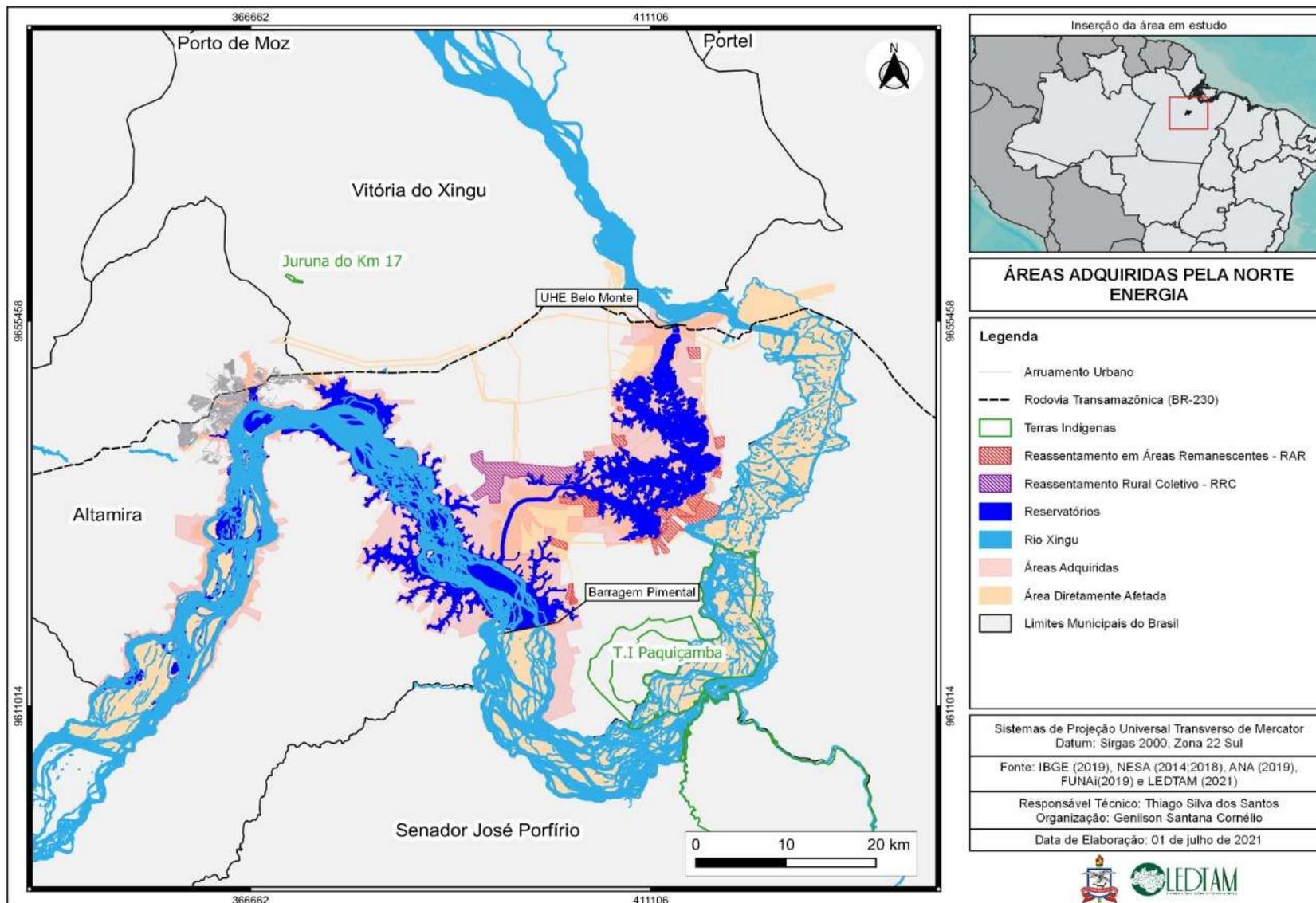


Figura 6: Localização das áreas adquiridas pela Norte Energia

Para as famílias classificadas pelas Norte Energia de trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, arrendatários, ocupantes e famílias agregadas, ou seja, para aqueles que não eram proprietários rurais residentes das áreas diretamente atingidas, foram ofertadas apenas indenizações equivalentes a Carta de crédito e Realocação assistida em reassentamento rural coletivo (RRC) ou individual em área remanescente (RAR), conforme apresentado na tabela 02 a seguir. Indenizações dispostas às famílias interferidas por Belo Monte.

<b>PROJETO DE AQUISIÇÃO DE TERRAS RURAIS - OPÇÕES REALIZADAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
<b>FAMÍLIAS INTERFERIDAS</b>	2,499	100%
<b>RRC - REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO</b>	<b>28</b>	<b>1,12%</b>
<b>RAR - REASSENTAMENTO EM ÁREAS REMANESCENTES</b>	<b>38</b>	<b>1,52%</b>
<b>RELOCAÇÃO URBANA (*)</b>	18	0,72%
<b>CC - CARTA DE CRÉDITO</b>	445	17,80%
<b>INDENIZAÇÃO</b>	1.988	79%

(\*) 7 aquisições urbanas, fora do RUC para moradores da vila Santo Antônio: 5 reassentamentos urbanos coletivos para casos de vulnerabilidade social e 6 áreas institucionais.

Tabela 2: Apresentação Ministério público do Estado do Pará. Norte Energia/11º Relatório consolidado de Andamento do Plano Básico de Atendimento (PBA). Adaptação Arcanjo (2019).

É, portanto, dentro do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural que o projeto de Reassentamento Rural, estabelece a criação do Reassentamento individual em áreas remanescentes (RAR) e o Reassentamento Rural Coletivo - km 27- RRC ambos elaborados – vale ressaltar que a “elaboração do projeto do RRC km 27, surge como necessidade a partir da mobilização das famílias atingidas, auxiliadas pela Defensoria Pública do Estado, em conjunto com a ação do Ministério Público” (ARCANJO, 2019), - com o intuito de dar condições iguais ou melhores para auxiliar no desenvolvimento socioeconômico das famílias realocadas compulsoriamente. A saber o programa teve como objetivo:

Disciplinar os procedimentos a serem adotados no tratamento das questões referentes ao deslocamento compulsório da população atingida; - Definir a melhor opção para cada grupo de atingido, de maneira a atender suas demandas, esclarecendo-o sobre seus direitos; e - Garantir transparência na aplicação dos fundamentos jurídicos e técnicos das indenizações, para que sejam justas. (PBA – Leme engenharia, 2011, p. 18).

A intenção da Norte Energia era fornecer um local de moradia e atividades produtivas para a recomposição de condição de vida, o que implica dizer, novos processos e novas estratégias as quais as famílias realocadas são lançadas a recomeçar tudo o que um dia já haviam efetivado. Embora o Reassentamento Rural não seja a solução perfeita para reparar os danos causados pela construção da usina, ele é uma das ações realizadas pela Norte Energia como forma de indenização para compensar os impactos negativos causados pela construção da usina, e supostamente garantir melhor qualidade de vida para as comunidades locais afetadas.

### 2.3. O Projeto de Reassentamento Rural Coletivo Km 27 – Vitória do Xingu – Pa.

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, envolveu o deslocamento compulsório de diversas famílias das margens do rio Xingu. Parte dessas famílias foram reassentadas em áreas rurais próximas à usina, neste caso no Reassentamento Rural Coletivo km 27, em um processo conduzido pela Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, como indicado na figura a seguir com a placa de apresentação da construção do RRC colocada na entrada do reassentamento no ano de 2015.



Figura 7: Placa do Reassentamento Rural Coletivo – km 27, 2017. Foto: Arcanjo.

De acordo com a Norte Energia, o projeto de Reassentamento Rural Coletivo foi licenciado e obteve a Licença<sup>3</sup> de Instalação LI n° 10/2015 e expedida pela Secretária Municipal do Meio Ambiente e Turismo – SEMAT – de Vitória do Xingu.

A criação do RRC, na visão do empreendedor, tinha a suposta finalidade de garantir aos atingidos condições de moradia e produção minimamente iguais e, ou melhores, das anteriores a implantação do empreendimento. Em consonância com o objetivo do Projeto de Reparação em “reconhecer as perdas materiais e imateriais sofridas e propiciar aos atingidos uma compensação material pelo que foi perdido, contribuindo para a recomposição da integridade de seu modo de vida”, (PBA, Volume II, página 128). Para tal, os agentes exógenos idealizaram um conjunto habitacional rural coletivo para 28 famílias ribeirinhas do rio Xingu.

<sup>3</sup> [Etapas do licenciamento - PNLA - Portal Nacional de Licenciamento Ambiental \(mma.gov.br\)](http://mma.gov.br)

A figura a seguir ilustra a visão do empreendedor ao apresentar o Reassentamento Rural Coletivo como um projeto destinado a restaurar a integralidade do modo de vida das comunidades afetadas.

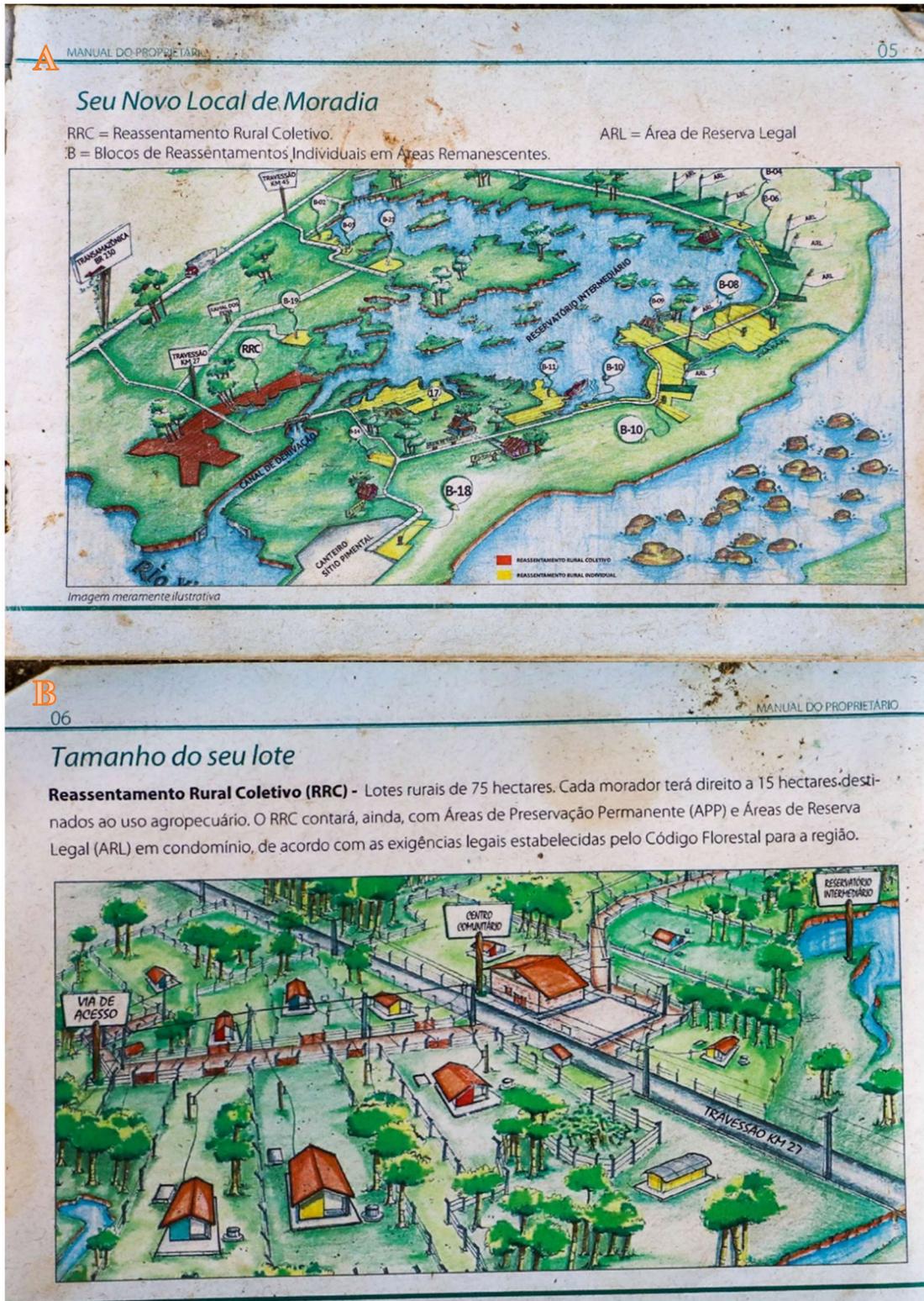


Figura 8: Páginas 5 (A) e 6 (B) do manual do proprietário – Ilustração “seu novo local de moradia”, 2019. Foto: LEDTAM.

A ilustração no manual do proprietário demonstra que o Reassentamento Rural Coletivo e o Reassentamento em Áreas Remanescente foram construídos próximos ao canal de transposição e ao reservatório intermediário, no entanto, os reassentados não podem utilizá-los para qualquer fim, inviabilizando a restauração da completude de seu modo de vida. Mesmo havendo o reconhecimento de que:

Historicamente, a realização de grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil foi marcada por experiências que resultaram na emergência de problemas sociais, que se propagaram em diferentes escalas territoriais. Isso frequentemente decorreu da tradição em reconhecer preferencialmente como atingido o proprietário, privilegiando a concepção territorial patrimonialista para o tratamento dessa questão, e, secundariamente, os não proprietários que, indenizados apenas por suas benfeitorias, perdiam, quase sempre, o acesso à terra, recurso central na composição de suas formas de sustento. (EIA - Vol. 33 – PBA – Leme engenharia, 2009, p. 194)

As ações compensatórias primam por identificar os sujeitos atingidos pelo empreendimento e compensar apenas financeiramente a população impactada diretamente e indiretamente. Embora o empreendedor afirme compreender:

[...] como forma “ampliada” de tratar a condição de atingido, aquela que também reconhece o conjunto de relações sociais determinantes para os modos de vida e sua vinculação com o território afetado e com os recursos naturais e sociais ali presentes. Entendendo que as perdas referentes a essas relações deverão ser também reparadas. (EIA – PBA – Leme engenharia, 2009, p. 197)

Ainda que haja uma afirmação de entendimento por parte do empreendedor a abordagem deveria ser mais abrangente ao tratar a situação dos afetados primando pelo reconhecimento real das relações sociais que influenciavam o modo de vida e a conexão com o rio e a floresta e com as relações sociais existentes. É vital que as perdas nessas relações sejam igualmente recuperadas.

O impacto social da expulsão de pessoas que viveram por gerações em um determinado lugar e cujas habilidades, tais como a pesca, não os torna adequados para outros contextos. O dano é muito maior do que no caso de deslocamento de populações urbanas ou as populações de colonos recém-chegados. (FEARNSIDE, 2015, p.18)

No entanto, ao tratar dos modos tradicionais das famílias ribeirinhas realocadas o empreendedor anula as relações produzidas com os seus territórios anteriores, pois ao realocar as famílias que tinham uma relação típica com o rio e reassentá-las em um local que não possuem condições iguais, semelhantes ou melhores que a anterior, no que tange, propiciar ou reparar as perdas referentes a essas relações com o rio, o empreendedor, entra em contradição com aquilo que ele apresenta. Neste sentido concorda-se com Cruz (2008, p. 57) ao afirmar que é preciso:

[...] igualmente reconhecer outras temporalidades e espacialidades, aquelas dos sujeitos não hegemônicos, ou subalternizados, a partir da recriação de singularidades culturais próprias de cada lugar através dos diferentes modos de vida, dos ritmos vividos cotidianamente que implicam em experiências, vivências, identificações com o espaço. (CRUZ, 2008, p. 57)

Ao considerar os não proprietários e oferecer-lhes uma nova terra, essa ação pode parecer extremamente satisfatória na perspectiva dos agentes externos, uma vez que essas pessoas não possuíam, do ponto de vista jurídico, o território onde viviam anteriormente, pois estes eram, conforme os relatórios, trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, arrendatários, ocupantes e famílias agregadas. No entanto, o empreendedor ao priorizar apenas a reparação econômica momentânea das famílias ribeirinhas realocadas, em resposta à interferência de um empreendimento de tamanha magnitude como Belo Monte, invalida não apenas as temporalidades, mas também as conexões ancestrais e a cultura das comunidades que tradicionalmente estavam intrinsecamente ligadas ao rio.

Para fins de se pensar uma (nova) categoria jurídica que não se restrinja à escolha excludente dos atingidos entre a categoria “Reassentamento Rural Coletivo” ou “Reassentamento Urbano Coletivo”, deve-se considerar como pressuposto o reconhecimento do território tradicional, respaldado pelo Decreto 6.040/2007 e Convenção n. 169 da OIT, respeitando as formas de uso e ocupação, com reconhecimento da territorialidade com mobilidade (padrão de residência bilocal), imprescindível para manutenção do modo de vida ribeirinho com dignidade, respeitando-se a integridade física e cultural e a vivência coletiva dos/as ribeirinhos/as atingidos/as pela UHE Belo Monte. (MAGALHÃES; CUNHA, 2017, p. 73)

Neste sentido o Reassentamento Rural Coletivo km 27 foi elaborado, construído e estruturado com a proposição de fornecer, a partir do olhar dos agentes exógenos, condições e/ou melhorarias de vida para famílias ribeirinhas, entretanto, uma ideia ilusória com expectativas irreais para famílias tradicionais ribeirinhas. Em relação a estrutura física do local, o RRC conta com Áreas destinadas a Reserva Legal (ARL); Preservação permanente (APPs); Lotes (AUAS); Centro Comunitário; Serraria; Reserva Técnica da Norte Energia, estradas e Sítios Arqueológicos. Conforme apresenta-se a tabela a seguir:

<b>ESTRUTURAS</b>	<b>ÁREA (há)</b>
<b>Área Total do Projeto</b>	<b>2.474,6417</b>
Área de Reserva Legal (ARL)	1.770,6600
Área de Preservação Permanente (APPs)	194,5600
Área dos Lotes (AUAS) – 28 áreas com 15 há cada, aproximadamente.	440,4543
Área do Centro Comunitário	3,0957
Área do IBAMA	3,0200
Área da Serraria	6,5798
Reserva Técnica (Norte Energia)	29,1419
Estradas	4,2300
Sítios Arqueológicos	22,9000

Tabela 3: Estrutura do Reassentamento Rural Coletivo – RRC, 2019. Adaptação: Arcanjo. Fonte: Defensoria Pública do Estado do Pará. Plano de Atendimento à População Atingida, 2015.

Ao descrever o Reassentamento Rural Coletivo, em relação a sua geografia física, o mesmo é dividido pela via principal km 27, estrada esta, que se conecta a rodovia Transamazônica (BR 230), e serve ao empreendimento hidrelétrico e por isso possui boas condições operacionais, diferente das vias de acesso ao RRC, que permitem acesso a área I e a área II e as unidades agrícolas, as quais somam pouco mais de 4,2300 hectares, do lado esquerdo com 12 unidades e do lado direito as outras 16, que não são asfaltadas e tão pouco possuem boas infraestruturas. A figura 09 apresenta as entradas do RRC com indicação da Área I e Área II.



Figura 9: Entradas para o RRC, área I a esquerda e área II a direita, 2017. Foto: Arcanjo.

Próxima a entrada da área II, dentro do Reassentamento Rural Coletivo, há uma área reservada ao Posto de Fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Serraria, figura a seguir, apesar de localizadas dentro do RRC essas áreas são restritas ao reassentados.



Figura 10: Placa do posto de fiscalização do IBAMA (A) e Serraria (B), 2017. Foto: Arcanjo.

Pode-se mencionar ainda, que o RRC, segundo os relatos dos reassentados, contaria com uma escola e uma unidade de saúde básica dentro do reassentamento.

Aí eles prometeram casa, a casa entregaram, a terra entregaram, agora muitas coisas aqui não foi cumprida, porque aqui nós era pra ter colégio, postinho de saúde, é, campo de futebol, essa estrada aqui era pra ser asfaltada com bueiro com tudo. Até hoje tá aí, agora essas coisas de escola, postinho de saúde que é o necessário nunca foi feito. (Entrevistado, A, 2021)

Além das declarações, o manual do proprietário também contém uma ilustração que apresenta as melhorias que seriam disponibilizadas para os reassentados, conforme demonstrado na figura 11.

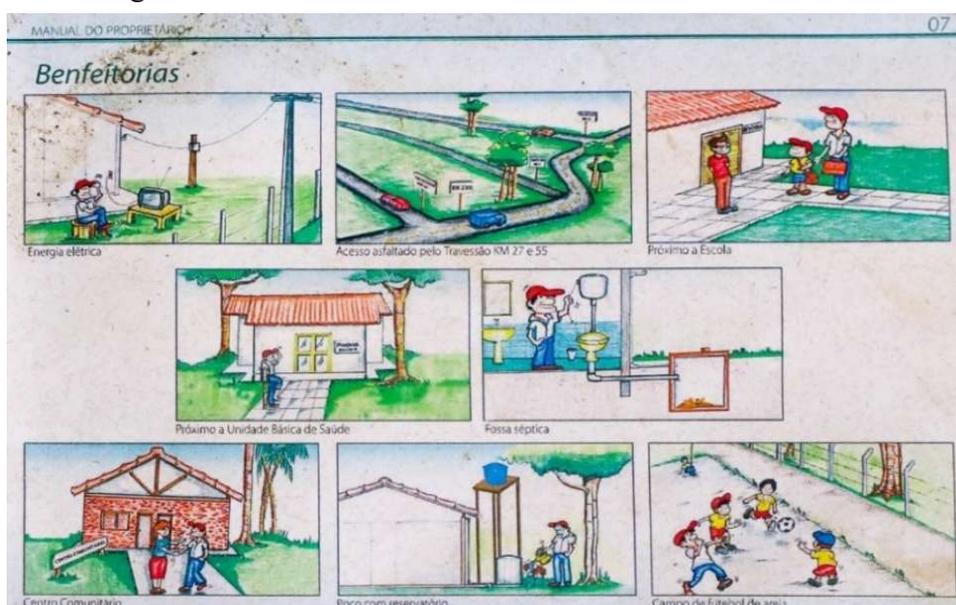


Figura 11: Página 07 do manual do proprietário - Ilustração das benfeitorias, 2019. Foto: LEDTAM.

No entanto, o que tem-se na realidade, são escolas e unidades de saúde distantes do RRC, os reassentados precisam se deslocar pelo km 27 em direção a localidade conhecida como baixada ou deslocam-se para a comunidade Leonardo da Vinci km 18 próximo ao município de Altamira.

Aqui, vai fazer 6 anos que eu moro aqui e nunca, fui em Vitória em reunião. Mas pra mim assim o negócio sobre problema de doença, problema de das coisas só em Altamira mesmo. (Entrevistado, B, 2021)

Embora o RRC esteja localizado no território de Vitória do Xingu-Pa, os reassentados mantem vínculo maior com o município de Altamira-Pa, por ofertar serviços diversificados principalmente na comercialização dos produtos cultivados nas propriedades, assim como realizam compras e buscam por atendimento médico na rede pública e particular dessa cidade, tendo em vista que a distância percorrida é menor.

Em relação aos espaços coletivos, o Reassentamento conta com um Campo de Futebol e um centro comunitário. A figura a seguir ilustra a estrutura física do centro comunitário.



Figura 12: Centro comunitário (A e B), 2018 e 2021. Foto. LEDTAM.

O centro comunitário, por vezes, é utilizado pela própria Norte Energia, pela Prefeitura de Vitória do Xingu ou pela atual Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES - TRETA+ durante reuniões com os reassentados. **NO** entanto, de acordo com relatos dos reassentados, o galpão permanece inutilizado e abandonado por meses. Diante da ausência da criação de um posto de saúde, os próprios reassentados sugeriram que o galpão poderia ser utilizado para atendimentos médicos, uma vez que suas instalações são viáveis.

Era muito bom se tivesse uma escola também né, porque o que que tá faltando também é o negócio de postinho de saúde, falta só mais um, um milímetro pra botar uma enfermeira aqui dentro do nosso centro comunitário já foi levado já, o nosso secretário de saúde lá ele viu que é um excelente lugar pra botar um postinho de saúde. Porque aqui utiliza uma vez por reunião e o um salão é grande, tem o que tem já, lá tem dois quartos, tem pia, então o que que falta é o básico. (Entrevistado, C, 2021)

aqui foi que prometeram muita coisa pra nós, postinho de saúde tudo enquanto aqui pra nós. Então quem é que não queria. (Entrevistado, D, 2019)

Em relação a outra estrutura coletiva implantada no RRC, o campo de futebol é pouco utilizado pelos reassentados, uma vez que há uma baixa interação entre os moradores como comunidade. As crianças do RRC preferem brincar em seus próprios lotes e raramente utilizam o campo comunitário, principalmente devido à distância entre alguns lotes da área II, onde há uma maior concentração de crianças. Além disso, como o reassentamento é dividido em duas áreas, torna-se mais complicado para as crianças da área II se deslocarem para brincar no campo comunitário.

Figura a seguir – lado esquerdo A e lado direito B do campo – localizado na entrada da Area I



Figura 13: Campo de futebol comunitário (A e B), 2018. Foto Arcanjo.

Espaços como esses representam estruturas fundamentais propostas para as famílias reassentadas, desempenhando um papel crucial na manutenção da sociabilidade e coesão social dessas comunidades. No entanto, a falta de manutenção e o abandono desses espaços comunitários comprometem seriamente a intenção original de fomentar a reprodução das relações comunitárias. A ausência de um cuidado contínuo com essas infraestruturas essenciais resulta em uma lacuna significativa entre a intenção e a realidade, minando os esforços para fortalecer os laços sociais e a identidade coletiva dessas famílias reassentadas.

Devido este reassentamento rural ser coletivo, a Norte Energia impôs que fosse criado uma associação, até então apresentada como Associação dos Produtores do Reassentamento Rural de Belo Monte (APRRBM), formada até o ano de 2022 por apenas 09 reassentados restantes.

Outra proposta, desde o início do reassentamento, foi a criação da cooperativa que deveria auxiliar os reassentados na organização coletiva com o intuito de prover movimentação do sistema produtivo do RRC, com a comercialização das mercadorias e recebimento da Assessoria técnica. No entanto, o custo para a abertura da cooperativa é alto e os reassentados não possuem esse valor, como observa-se na fala do entrevistado, a seguir:

Meu amigo aqui nós já entremo em contato no tempo dessa firma da Equilíbrio, trouxeram um pessoal pra mexer com cooperativa, mas só pra fazer a inscrição da cooperativa é muito caro. Nós não tinha nada, nós tava no começo só pra abrir a cooperativa é 20 mil reais, e nós aqui vocês sabe agora não graças a Deus melhorou um pouquinho, pouco a pouco tá melhorando, de primeiro a gente não tinha nada. Aqui a gente não tem como trabalhar da diária de ninguém, aí tem que tirar daqui como é que vai pagar 20 mil reais pra pagar uma cooperativa? Como eu falei isso aqui eu não vou aceitar, eu não sei os

outros, mas eu mesmo não aceito porque eu tô com 15 anos com mais de 15 anos que eu sou associado na colônia de pesca eu sei o que que é uma associação, e uma cooperativa nós vamo fazer o que? Só se for pra vender capim, é só o que nós tem agora. (Entrevistado, E, 2021)

Até o ano de 2022, a cooperativa não foi concretizada, pois os reassentados solicitaram a empresa terceirizada, TRETA+, a ajuda financeira da Norte Energia para que a empresa arque com os valores para registrar a cooperativa perante o cartório, entretanto, a Norte Energia recusou-se.

Convém atentar que a Assessoria técnica era feita anteriormente pela empresa EQUILÍBRIO nos anos de 2015 a 2019 a empresa terceirizada atuava com atendimentos e ações reparadoras para os reassentados, entretanto, a partir do ano de 2020 a Norte Energia contratou a empresa terceirizada TRETA+, uma empresa de consultoria econômica e ambiental, contratada pela Norte Energia para a Supervisão ambiental, para dar seguimentos aos atendimentos e ações reparadoras aos reassentados, no entanto, com a chegada da pandemia da COVID-19, todas as atividades que fosse necessário contato social foram suspensas por determinações das autoridades sanitárias, impossibilitando a continuidade das atividades, apenas a partir do ano de 2021 é que esta empresa, recomeça com os atendimentos no RRC.

As ações de reparação com o público das áreas rurais, aplicada pela TRETA+, retomadas no ano de 2021, retorna com um novo Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, com o objetivo de identificar a percepção, das famílias realocadas, sobre as contrafações ocasionadas pela inserção da UHE Belo Monte. Visando as alterações passíveis de compensações, que estavam relacionadas as práticas culturais nos modos de produção; aos hábitos alimentares das famílias; aos laços e vínculos sociais; as formas de organização e as tradições religiosas na nova localidade. Apesar da tentativa em retomar a assessoria caminha a passos lentos.

**3. CAPÍTULO III – PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO REASSENTAMENTO  
RURAL COLETIVO KM 27 PELAS FAMÍLIAS REALOCADAS.**



Este capítulo tem como objetivo caracterizar os novos processos em função do espaço novo produzido, a partir da estruturação organizada inicialmente pela empresa Norte Energia e concomitantemente pelos reassentados.

O RRC foi planejado, construído e estruturado pelos agentes exógenos com o intuito de ofertar condições de moradia e de trabalho para as famílias realocadas. Foram criados lotes com unidade de produção agrícola para cada família, tendo como objetivo que as 28 famílias pudessem se adaptar à nova realidade com o intuito de garantir, a partir da agricultura familiar, e outras atividades produtivas nos lotes, uma condição econômica para auxiliar na renda familiar e reparar seus modos de vida.

O reassentamento previa a implantação de serviços públicos essenciais, como escola, posto de saúde e outros equipamentos, para atender às necessidades dos reassentados. No entanto, críticas foram direcionadas à condição do reassentamento por algumas famílias realocadas. Essas críticas destacaram problemas como deficiências na assessoria técnica, ausência do posto de saúde e da escola, distância considerável em relação à cidade de Altamira e de Vitória do Xingu, ausência de transporte público adequado, fornecimento de energia elétrica com tarifas elevadas, má qualidade da água, tamanho inadequado dos lotes, fragilidade do solo e inúmeros outros desafios relacionados à produção e comercialização dos produtos agrícolas.

As transformações ocorridas nas dinâmicas socioespaciais, produtivas e principalmente nas relações cotidianas dos sujeitos do local, derivaram, segundo Herrera (2019) “[...] da interferência do capital ao se apropriar das potencialidades, impondo-se em busca do lucro e da acumulação” (HERRERA, 2019, p. 475), tendo em vista que as famílias ribeirinhas se viram obrigadas a se reorganizarem em um novo espaço como consequência do determinismo do grande objeto técnico que aportou no território.

Antes da construção da usina, as famílias ribeirinhas mantinham uma conexão intrínseca e interdependente com o Rio Xingu. O rio desempenhava um papel vital em suas atividades cotidianas, como pesca e lazer, além de servir como meio de transporte entre diferentes localidades. Nesse contexto, essas famílias podem ser identificadas como ribeirinhos sem rio, um termo que ecoa as referências de Katz e Oliveira (2017) ao “pescador sem rio”. No entanto, a noção de famílias ribeirinhas sem rio transcende a caracterização de “pescador sem rio”, abarcando uma dimensão mais ampla da relação dessas famílias com o rio, a afinidade que possuíam com o rio era uma conexão cultural e afetiva, que constituía parte essencial de suas tradições e crenças, não se limitando apenas à identificação como pescadores.

### **3.1. Reassentamento Rural Coletivo: Reestruturação das famílias reassentadas, uma nova dinâmica socioespacial.**

Ao realizar a reestruturação para as famílias reassentadas em reassentamentos rurais, é essencial garantir a estruturação de um novo espaço adequado e funcional, que permita o desenvolvimento de atividades produtivas e a melhoria da qualidade de vida. É necessário que a empresa responsável tome medidas importantes nesse processo.

É primordial avaliar as necessidades dos atingidos pelos impactos causados pelos grandes projetos energéticos na Amazônia paraense. Antes de iniciar o atendimento, é fundamental realizar uma avaliação das necessidades das famílias a serem reassentadas. Isso envolve identificar os recursos disponíveis, como terra, água e infraestrutura pré-existentes e a serem implantadas, além de entender as habilidades e conhecimentos das famílias em relação às atividades produtivas. Essa análise ajuda a orientar o planejamento e a implementação das medidas necessárias.

No que tange ao planejamento do novo espaço, a proposta de realocação das famílias ribeirinhas para o Reassentamento Rural Coletivo emerge com o propósito de viabilizar a redistribuição de terras e aprimorar a qualidade de vida das famílias compulsoriamente deslocadas, configurando-se como uma medida adotada para enfrentar as repercussões decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. É relevante salientar que o Reassentamento Rural Coletivo, desde sua concretização em 2015, atravessou múltiplas etapas, abrangendo desde a finalização de sua construção e estruturação até a efetiva realocação das famílias diretamente afetadas pelo empreendimento de Belo Monte.

Cabe ressaltar que a Norte Energia também providenciou, para cada uma das famílias reassentadas, lotes com uma extensão total de 75 hectares (ha), sendo que 15 ha foram designados para atividades agrícolas de interesse das famílias, enquanto os restantes 60 ha foram destinados à reserva legal, os quais não podem, de forma alguma, ser utilizados pelos reassentados. Ademais, cada lote possui uma residência construída pela Norte Energia, bem como de infraestruturas básicas, incluindo rede elétrica, fossa séptica e poço artesiano. A espacialização dos lotes no Reassentamento Rural Coletivo (RRC) é apresentada na figura 14, a seguir.

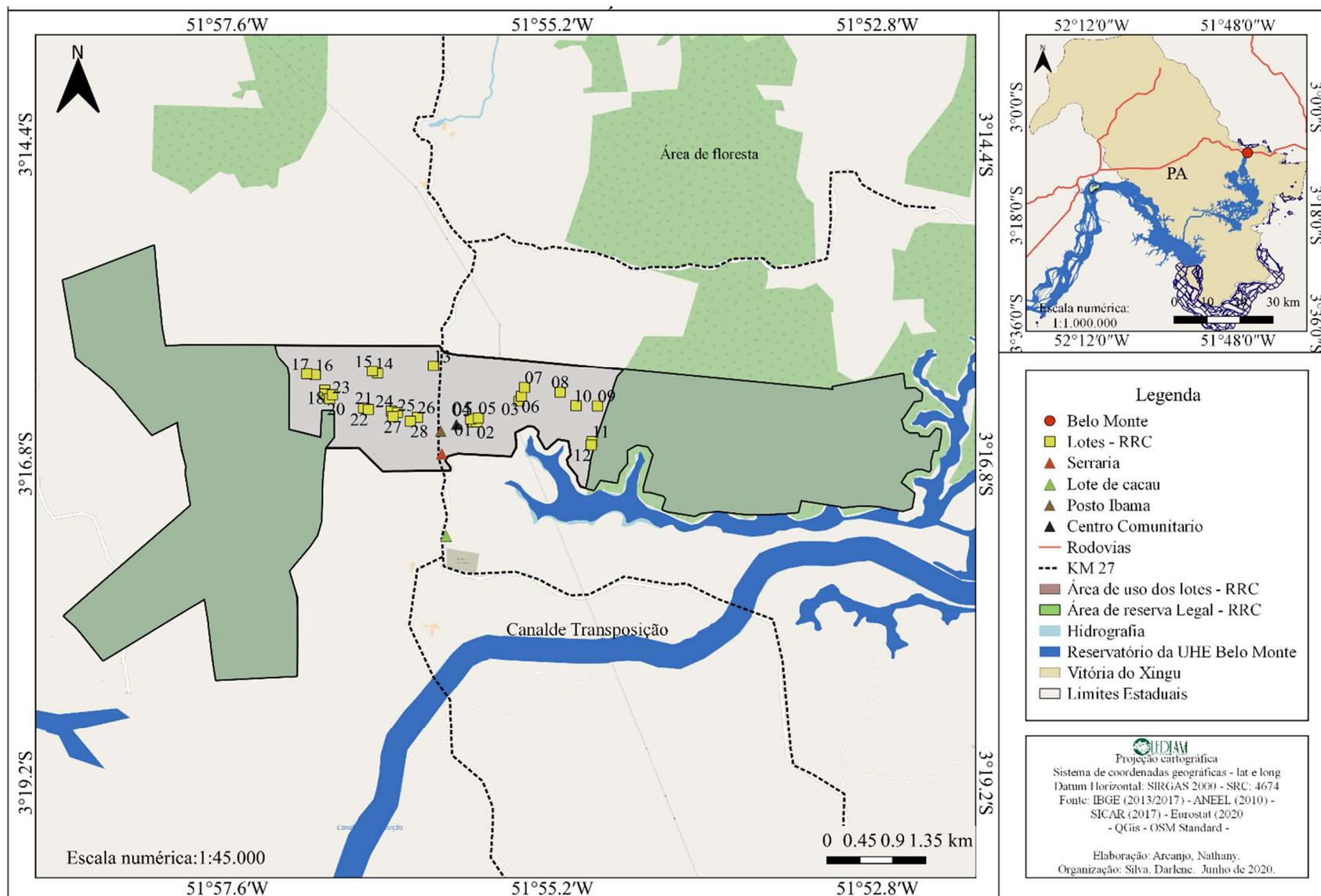


Figura 14: Espacialização dos lotes no Reassentamento Rural Coletivo - km 27.

Após a finalização da construção do RRC, as famílias tiveram a Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, inicialmente. As ações oferecidas pela ATES eram previstas por três anos e prorrogáveis por mais dois anos. Além disso, as famílias antes de serem reassentadas no RRC receberam a verba mensal de R\$1.800,00, sendo R\$900,00 a título de aluguel social e R\$900,00 a título de manutenção provisória, condição esta, que deveria assegurar essas famílias pelo menos até a relocação definitiva delas.

Em relação as estruturas dispostas no RRC, tem-se, na figura 14 (A, B, C), as casas padronizadas entregue para cada uma das famílias reassentadas, em relação a estrutura física as casas são de alvenaria e possuem três quartos, sendo um suíte, sala e cozinha conjugada, um banheiro social e área de serviço.



Figura 15: Casas (A, B e C) padronizadas pela Norte Energia, 2017 e 2018. Foto: LEDTAM.

As casas padrão disponibilizadas pela Norte Energia, para cada família reassentada, eram completamente distintas das moradias anteriores que se estabeleciam às margens do rio Xingu. Com a chegada do estranho e a imposição de uma nova dinâmica socioespacial ocorre uma [...] “ruptura dos padrões de organização territorial existente e o estabelecimento de novos arranjos” (CAVALCANTE, p. 139, 2012), corroborando ainda com Silva (2020) ao elucidar que:

[...] parte da ótica do capital privado através do olhar da empresa construtora que substitui as antigas comunidades tradicionais por condomínios rurais na

Amazônia, padronizando casas de alvenaria, cercas que dividem o terreno e portaria de identificação, perdendo, assim, o caráter das moradias caboclas da floresta amazônica, dificultando o acesso aos recursos naturais, principalmente ao rio (SILVA, p. 66, 2020).

No que tange, a estruturação das moradias conferidas pela Norte Energia, na concepção do empreendedor, visa oferecer melhor qualidade de vida para as famílias reassentadas, no entanto, a percepção que se tem é que melhores condições em estruturas físicas podem ou não estar relacionadas a viver melhor. A norte Energia neste mesmo intuito de proporcionar melhores condições de vida, atribuiu aos reassentados sistemas produtivos dispostos nos lotes nos anos de 2015 a 2018, expostos na figura 16: tanques para criação peixes (A); galinheiros (B) ou estufas (C).



Figura 16: Atividades produtivas, (A, B e C) 2018. Fotos: LEDTAM.

Um aspecto a ser observado em relação às atividades a serem adotadas pelos reassentados, uma vez que eles eram orientados a escolher entre uma atividade ou outra. Por exemplo, se um reassentado optasse por receber o sistema produtivo de aves, não poderia se envolver com a atividade de piscicultura. Além disso, eles eram compelidos a aceitar a alegação do empreendedor de que a geografia local não era favorável, corroborando com o relato do entrevistado a seguir:

Nós escolhemos o tanque, mas disseram que onde que era para ser o tanque não podia fazer, que era uma tal APP, nós queríamos fazer bem aí, perto do canal. Aí eles disseram “Não, aí perto não pode porque todo mundo vai roubar, todo mundo vai mexer” e falamos, já que tem a água lá embaixo vamos jogar a água encanada, demos essa ideia, entraram de acordo, depois pegou e mudou disse que não, que não podia (Entrevistado, F, 2017).

Nós tivemos o tanque, infelizmente a gente não teve muita sorte, teve um tempo que a água veio e levou todo o tanque, levou tudo, ai ficamo nesse empate, da assistência que disse que voltava pra concertar e ai que nunca voltou. (Entrevistado, G, 2021)

Ao não priorizar a preferência do reassentado, o empreendedor não forneceu o auxílio adequado às necessidades do mesmo. Além disso, a assessoria não foi assídua, o que dificultou o desenvolvimento satisfatório dos sistemas produtivos. A implantação de tanques perfurados na terra, doações dos alevinos, das estufas e dos galinheiros estavam inclusos no projeto de reparação rural e foram efetivados nos primeiros anos primeiros anos (2016-2017) do RRC, além das estruturas foram ofertadas para famílias 100 unidades de frangos, ração, sementes (figura 17 A e B), mudas de cacau e outras culturas, ressalta-se que as entregas de sementes, mudas e ração para os animais foram entregues apenas no primeiro ano (2016).



Figura 17: Sementes entregues ao reassentados pela Norte Energia, A e B, 2018. Foto: LEDTAM.

As atividades produtivas foram implantadas para consumo e para venda na tentativa de auxiliar na renda familiar. Enfatiza-se que essas atividades demandam investimentos e conhecimentos prévios. Os cuidados necessários para criação de frangos, por exemplo, incluem a escolha das raças, higiene, investimento e monitoramento da alimentação. Assim como para criação de peixes em tanques, é deve-se considerar a qualidade da água, alimentação, saúde dos peixes, a escolha da espécie ideal para o tipo de tanque e clima local, a preparação adequada do terreno e a construção de estruturas adequadas. Deste modo, deveria haver um planejamento estratégico e conhecimento técnico para obter sucesso na produção dessas atividades. No entanto, a piscicultura, a avicultura e as unidades agrícolas integradas em seus terrenos não progrediram conforme o esperado, devido à falta de investimentos prolongado, tempo e condições adequadas para estabelecer o consumo e venda desses produtos, levando em consideração, que as captações dessas atividades produtivas foram escassas ou inexistentes, não fornecendo recursos suficientes para auxiliar na renda familiar como previa a ATES.

A idealização do Reassentamento Rural Coletivo, pela Norte Energia, era pautar o uso do solo em atividades agrícolas. Levando em consideração toda a estrutura implantada no RRC e o Projeto de Apoio a Pequena Produção e Agricultura Familiar implementado para as famílias reassentadas. Mesmo que os reassentados possuam outra fonte de renda ou outras atividades em seus lotes como a piscicultura e a criação de animais (Galinhas, patos, porcos, outros), 85% das famílias entrevistadas assumiram a agricultura como a atividade mais exercida dentro do RRC.

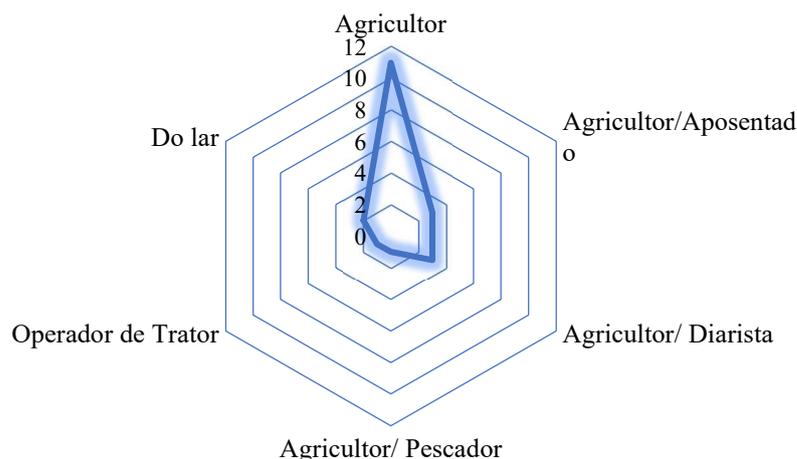


Figura 18: Gráfico Profissão dos reassentados. 2017 a 2019.

Entretanto, nos anos em que ocorreram as pesquisas a campo, examinar que algumas dessas famílias abandonaram essas atividades, conforme exposto na figura 19, principalmente devido às dificuldades que encontraram em se adaptarem à nova realidade. Alguns dos reassentados não possuíam experiência aprofundadas com as práticas agrícolas, enquanto outros, não conseguiram organizar suas atividades de maneira adequada, em decorrência da ausência de dedicação necessária para o bom desenvolvimento da produção em seus lotes.



Figura 19: Estufas abandonadas (A e B) respectivamente, 2018 e 2019. Fotos: LEDTAM.

Ressalta-se que 70% dos reassentados não tinham habilidades com agricultura e tiveram que aprender a lavar a terra, neste sentido admitem que “os desafios aqui é plantar colher,

capinar, roçar é tudo, a gente para se não se mata né” (Entrevistada H, 2019). Quando as famílias reassentadas assumem a atividade agrícola como a principal atividade exercida dentro do RRC, não a fazem porque possuíam conhecimentos, ou porque era específico do seu cotidiano anterior, as atividades agrícolas foram atribuídas aos reassentados como uma atividade que supostamente possibilitariam a ter um auxílio na renda familiar, no entanto, fatores como a falha na ATES, a idade avançada e a ausência de aptidão foram fatores susceptíveis para o abandono das unidades agrícolas. Como exposto nas falas a seguir:

Na nossa idade é cansativo mexer com a terra, e eu já trabalhei muito nessa vida, tem dia que a gente num dá conta de trabalhar, dói as costa né, (risos), a gente até tem a ajuda dos menino, mas eles estuda também, né. (Entrevistado, H, 2019)

A dificuldade é maior um pouco, cansa mais né, mas, porque assim, se a gente tivesse um conhecimento maior seria mais fácil, porque eu não tinha esse costume de mexer, na minha explicação né. (Entrevistado, I, 2019)

Aprendi a mexer com cacau aqui, outro negócio é banana, banana não é em todo o canto que a gente consegue fazer ela reproduzir, então a gente vai precisar de mexer, também precisa de um pouco de adubo, assim se nós tivesse assistência técnica, assim de um engenheiro agrônomo pra passar qual é o tipo de adubo de mexer, né, e tudo isso aqui a gente não tem né, se a gente quiser tem que fazer por conta própria, se a gente quiser né tem que ir na casa agropecuária pra pedir informação. (Entrevistado, J, 2018)

A assessoria técnica estava prevista a ser ofertada por cinco anos, auxiliando na manutenção da produção agrícola com adubos e veneno para controlar o capim, bem como na manutenção da criação de galinhas e peixes. No entanto, o que os reassentados relatam é que não aconteceu uma assessoria consolidada.

Eles quando foi pra trazer a gente pra cá, havia a assistência era por cinco anos. Quando foi com três eles pararam, prometeram mundo e fundos. (Entrevistado K, 2019).

Eles prometeram mundos e fundos e não deram nada, disseram que aqui só ia pagar energia depois de 5 ano, eles disseram que a nossa manutenção ia até 5 anos, o dinheiro por mês, né, que era 900,00 contos por mês, eles disseram que ia, por 5 ano também, energia elétrica por 5 ano, assistente social e um bando de coisa que eles dizia por 5 ano também (Entrevistado L, 2019).

Infelizmente, as famílias enfrentaram falhas na assessoria técnica, o que comprometeu sua capacidade de seguir com atividades produtivas e garantir a permanência de muitas famílias no RRC. Alguns dos problemas mais comuns incluem a carência de capacitação para lidar com a nova realidade ambiental e produtiva, a insuficiência de insumos e equipamentos adequados bem como a ausência de suporte frequente para lidar com as demandas de produção.

Ninguém nem vê, tem mais de dois anos que eu não vejo ninguém da Norte Energia. Quando nós entramos, todo dia tinha gente da Norte Energia aqui, tira foto tira foto tira foto, agora eu fiquei nem venha, não tiro foto e nem dou entrevista, pra mim não tá resolvendo nada. Vinha e fazia um monte de

pergunta, o pessoal da EQUILÍBRIO, quanto que ganha, quanto que gasta de gasolina, eu falei moça vocês não tão esquecendo de nada, não querem o número da minha conta pra depositar o dinheiro que eu tô gastando? Porque pra mim não tá resolvendo, “vocês perguntam, perguntam, perguntam, não, porque se vem ao caso precisar a Norte Energia vai dá”, mas como que a minha irmã tá lá no RAR e não tem renda, vocês nunca foram lá? Então eu não dou mais, venha mais não que eu não dou entrevista. (Entrevistado, M, 2021)

A carência de um planejamento adequado é uma das principais razões para a deficiência na assessoria técnica. Muitas vezes, projetos como reassentamentos rurais são implementados de maneira apressada, sem levar em consideração as características específicas da região e as habilidades pré-existentes das famílias reassentadas. Em relação a qualidade, 76%, dos entrevistados afirmam estar insatisfeitos com a assessoria técnica oferecida pela Norte Energia, como aponta o gráfico a seguir.

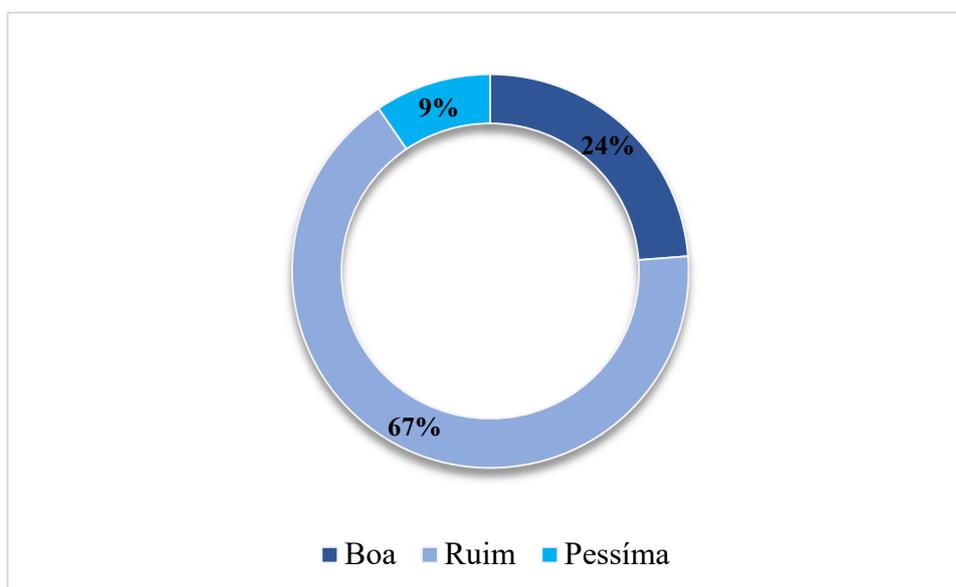


Figura 20: Gráfico Qualitativo - Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATEAS. 2017-2021.

A ausência de assessoria técnica também pode gerar impactos negativos amplos, como a perda de áreas cultiváveis e a erosão do tecido social das comunidades reassentadas. Sem as condições necessárias para manter suas atividades produtivas, muitas vezes essas famílias são obrigadas a buscar alternativas, como migrar para áreas urbanas ou depender de programas assistenciais. Isso resulta em programas genéricos que não atendem às necessidades individuais, dificultando o progresso e a produtividade nas atividades agrícolas ou outras compreendidas.

A seguir, são apresentados excertos de entrevistas realizadas ao longo do ano de 2019, os quais esboçam as adversidades enfrentadas pelos reassentados.

Falta água, locomoção, falta atenção do poder público, foi difícil a mudança da realidade social. A terra é muito pequena e não tem nem como transformar em pasto para alugar (Entrevistada N, 2019).

Ficou tudo dificultoso, né, é difícil, lá nós tinha quatro, cinco transporte, aqui nós só tem um, e nenhum de nós dois sabe pegar no bicho, lá onde nós morava nós tinha uma balsa, um barco, tinha um rabetinha, qualquer um, até as crianças, sabia pegar e saí pra qualquer canto, na hora que você queria comer uma carne, uma coisa você tinha aqui é difícil, se você não tiver o real você come só o feijão com arroz e se criar só galinha você enjoa (Entrevistada O, 2019)

Os trechos de entrevistas, evidenciam que as formas compensatórias, dispostas pela Norte Energia, não foram suficientes para a reparação das famílias, dificultando a reprodução espacial. As dificuldades em se adaptarem ou criarem estratégias para produzir o espaço do RRC são manifestadas nas vivências e corroboradas nas falas dos reassentados. Mesmo propondo reparações e suporte para realocação dos membros da família, a abordagem oferecida não assegurou uma satisfação justa e que suprisse as demandas dos reassentados, ademais as comunidades prejudicadas perderam seu costume de vida ancestral e se veem compelidas a se ajustar a novas circunstâncias.

É importante ressaltar que a natureza não é apenas um recurso a ser explorado e monetizado, mas sim um sistema complexo e interconectado do qual fazemos parte. É imprescindível que qualquer projeto de desenvolvimento leve em consideração os impactos ambientais e sociais e busque sustentabilidade e a equidade.

Além da deficiência na Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) e da ausência de aptidões apropriadas para as práticas agrícolas, a fragilidade do solo no Reassentamento Rural Coletivo também se configurou como um elemento que dificultou a permanência de determinadas famílias no local e o progresso positivo das atividades propostas pela Norte Energia. Tendo em vista, que a área em questão é uma área de fazenda que costumava ter seu uso e cobertura pautado apenas na pastagem, o que tornou a implantação das atividades agrícolas ainda mais desafiadora. Pode-se observar na figura a seguir o mapa de uso e cobertura do Reassentamento Rural coletivo no ano de 2020.

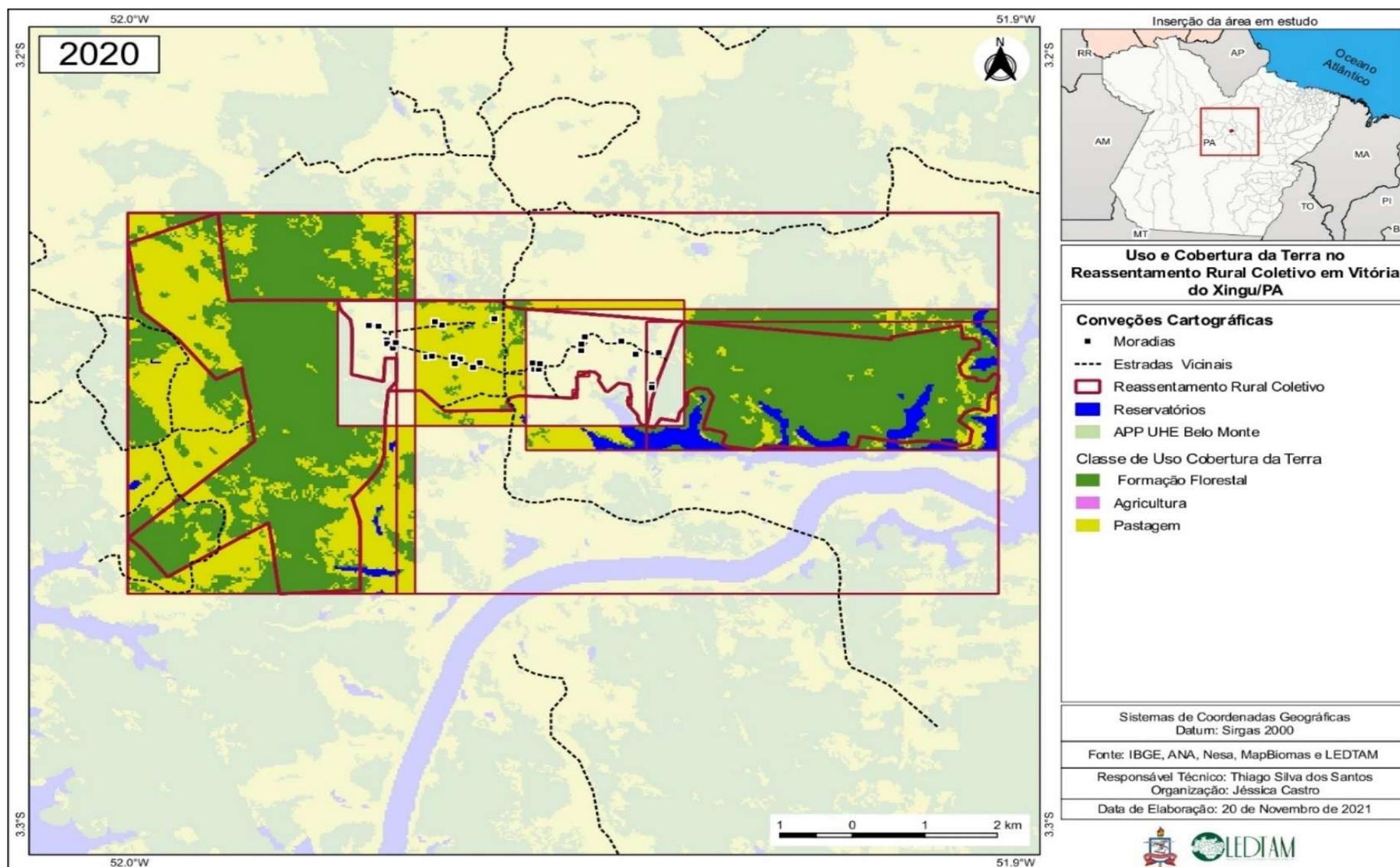


Figura 21: Mapa de Uso e cobertura do RRC km27.

Conforme o mapa anterior, o solo do RRC apresenta um histórico de uso intensivo em pastagem, indicando que é fragilizado fisicamente, haja visto que a criação de gado traz consigo problemas ambientais como a compactação física do solo, o que dificulta a absorção de água e aeração da terra, assim como o acúmulo de fezes e urina desses animais que pode levar à acidificação do solo, reduzindo também suas propriedades físicas e químicas. Além disso, o capim utilizado na alimentação do gado, é conforme afirmação dos reassentados um capim comum na região conhecido como Braquiária (*Brachiaria*<sup>4</sup>). Como pode-se observar nas imagens (figura 22, A e B) a seguir:



Figura 22: Áreas de antiga pastagem, A e B. 2018 e 2019

O crescimento excessivo de capim nas áreas agrícolas é um desafio enfrentado pelas famílias reassentadas. O capim, muitas vezes, compete por nutrientes e espaço, comprometendo a produtividade das culturas e dificultando a obtenção de colheitas satisfatórias. Essa

---

<sup>4</sup> Capins do gênero *Brachiaria* - <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31795514/braquiaria-muito-alem-da-alimentacao-animal>

interferência do capim exige um esforço adicional, por parte das famílias reassentadas, para controlar o crescimento do capim e para garantir o sucesso de suas atividades agrícolas.

Portanto, o solo utilizado intensamente para criação de gado pode não ter mais as características ideais para o crescimento de determinadas espécies de plantas e pode exigir correções e ajustes antes de ser usado para a agricultura. Para tal afirmação, foi observado, durante as pesquisas de campo um grau significativo de compactação desse solo, demonstrando que este sofreu diversos processos antrópicos, instituindo fatores negativos no estabelecimento das atividades agrícola.

Quando questionados sobre a qualidade da terra para plantio, principalmente do cacau, os reassentados classificam o solo, em sua maioria, como ruim para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, 67% dos reassentados declaram não estar contentes com a qualidade do solo do Reassentamento Rural Coletivo. Conforme, observa-se o gráfico a seguir.

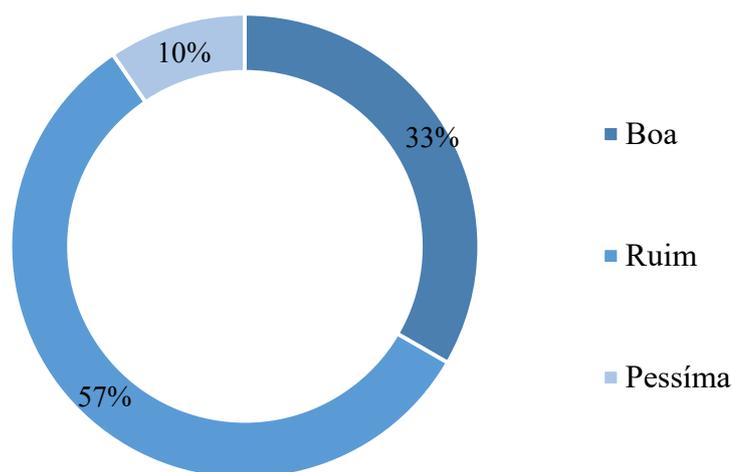


Figura 23: Gráfico: Qualidade do solo para plantio de acordo com os reassentados, 2017-2019.

Neste sentido, os entrevistados reassentados, informaram que suas plantações de cacau morreram antes mesmo de se estabelecerem. Essa alta taxa de mortalidade do cacau ocorreu principalmente durante o período de estiagem, evidenciando a necessidade urgente da implantação de um sistema de irrigação para garantir a sobrevivência das plantações. Pois, é de suma importância fornecer condições satisfatórias de umidade, para que essas plantas possam se desenvolver de forma saudável e produtiva. Ademais, fica evidente na fala de alguns reassentados que a terra não possui boas qualidades para as atividades agrícolas que foram estimulados a praticar.

A terra é ruim e mesmo com adubo os pés de cacau morrem, plantei arroz, mas não prestou, nem milho (Entrevistado P, 2019).

A terra é muito seca, as mudas de cacau morrem antes de começar a produzir, falta água, uma irrigação para as plantações, porque a gente planta no inverno, mas quando chega o verão as mudas de cacau morrem (Entrevistado Q, 2019).

Tem cinquenta mudinhas aí pra gente replantar, a gente vai plantando de pouco, sempre a gente vai replantando, porque todo ano morre (Entrevistado R, 2021).

A seca, menino, agora esses três anos agora, tem dado até..., parou mais de morrer, mas logo no começo, morria demais, meu vizinho dizia assim, “veja nossa situação, planta no inverno, morre no verão (risos). (Entrevistado S, 2021).

A seca representa uma ameaça significativa para a agricultura nestas comunidades reassentadas. A falta de chuvas adequadas e a economia de recursos hídricos associados a má qualidade do solo dificultam o cultivo de culturas sustentáveis. Nos lotes, a falta de acesso a água suficiente para irrigação agrícola adequada pode levar à perda de safras e dificultar a subsistência das famílias reassentadas.

Para as práticas agrícolas no RRC, o solo necessita ser reequilibrado com os fatores físicos (grau de compactação, água) e químicos (adubação, matéria orgânica, fertilidade). Neste sentido, é de suma importância uma análise química, que poderia ser realizada pela assessoria técnica, tendo em vista que os reassentados não disponibilizam de conhecimento ou valores financeiros para compreender tecnicamente da condição deste solo e assim podendo avaliar sua acidez, disponibilidade de nutrientes e teor de matéria orgânica. Algumas medidas reparadoras foram adotadas como a calagem<sup>5</sup> para corrigir a acidez do solo, entretanto, essas medidas não são suficientes, pois ocorre uma disputa entre as culturas com o capim.



Figura 24: Agricultura em meio ao capim. 2019. Foto: Arcanjo.

<sup>5</sup> Conforme a EMBRAPA a calagem é a prática indicada para corrigir a acidez. <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/feijao/producao/calagem>

Perceptível como em diversas áreas do Reassentamento Rural Coletivo não há as melhores condições para certas produções agrícolas, principalmente para lavoura cacaueteira, considerando que essas são plantas exigentes em nutrientes e mesmo com o uso de calcário as plantações disputam espaço com o capim, tais afirmações são averiguadas na figura anterior e na fala do reassentado, a seguir:

[...] então bora fazer uma roça aqui, mas só que aí o capim ele falava mais alto, quando chegava o verão a gente não ia dá conta. É porque muitas vezes o trator vinha, porque quem mexe com trator de esteira tira muito solo da terra. A terra vai ficar lavada, e a gente não, a gente tem uma roçadeirainha, roça um pedaço, vai na cidade compra um veneno pra dar uma aliviada ali no capim. (Entrevistado, T, 2021)

O RRC km 27, ter sido edificado em uma antiga área de fazenda de uso exclusivo pastoril, somado a inconstância da assessoria técnica e a ausência de um sistema de irrigação, promoveram as dificuldades dos reassentados em se estabelecerem economicamente, o que consequentemente dificultou também na consolidação das redes sociais no novo espaço.

Ao entenderem que o Reassentamento teve uma considerável desistência dos lotes e das unidades agrícolas, a assessoria técnica, na tentativa de mais uma ação compensatória, em consonância com a Norte energia, visaram atender as solicitações dos reassentados em algo que pudesse de fato auxiliar na renda familiar, para tal, disponibilizou somente aos 12 reassentados, que até então permaneciam no RRC no ano de 2018, áreas de lavoura cacaueteira em desenvolvimento fora do RRC, conforme apresenta-se na figura 25.

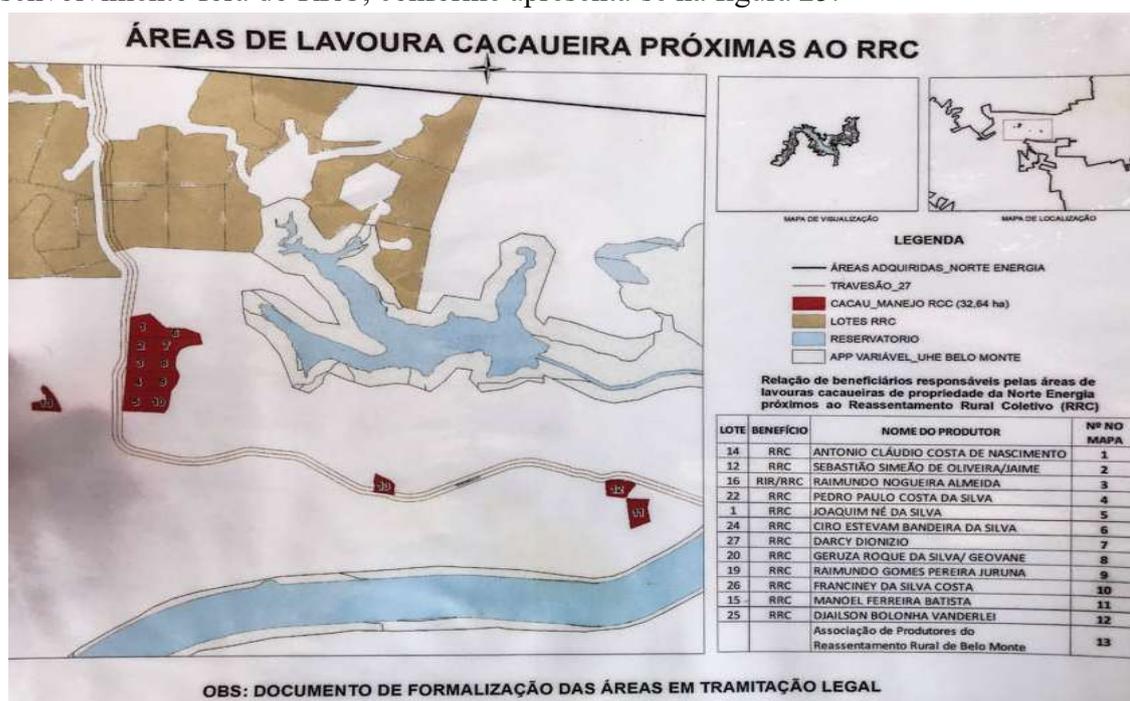


Figura 25: Cartografia das áreas de lavoura cacaueteira, 2018. Foto: LEDTAM.

No entanto, as áreas de lavoura cacaueteira são aproximadamente 5km, distante das unidades agrícolas que ficam dentro do RRC, o que trouxe uma série de complicações para as famílias reassentadas. Primeiramente, o acesso diário às plantações torna-se um desafio, uma vez que os reassentados precisam percorrer uma distância considerável para trabalhar em suas lavouras e nem todos possuem transporte para o deslocamento diário. Isso implica em custos adicionais de transporte, seja para quem possui veículo próprio ou para aqueles que precisam utilizar transporte pago.

Além disso, a distância pode impactar a produtividade das famílias reassentadas em suas unidades agrícolas no RRC, pois os reassentados se dividem entre os dois locais. O tempo gasto para chegar à área de lavoura e retornar aos lotes é um tempo que poderia ser dedicado à própria produção agrícola no RRC. Essa limitação de tempo pode resultar na insuficiência de manutenção das plantações, afetando a qualidade e a quantidade da colheita, tanto das suas unidades agrícolas dentro do RRC quanto das áreas de lavouras recebidas fora do RRC.

Outro aspecto desafiador é a dificuldade de monitoramento e supervisão das áreas de lavoura cacaueteira pelos reassentados. A distância pode dificultar uma visita regular às plantações, tornando mais complicado identificar problemas, como pragas ou doenças, e implementar medidas corretivas a tempo. Isso pode comprometer a saúde das plantas e, conseqüentemente, a produtividade e a renda das famílias.

Diante desses desafios, é fundamental que a assessoria técnica e a Norte energia considerem alternativas para compensar os impactos negativos. Medidas como o fornecimento de transporte adequado, incentivos financeiros para cobrir os custos de deslocamento e implementação de movimento de suporte técnico mais acessível podem contribuir para amenizar essas dificuldades. É essencial que haja um diálogo contínuo com as famílias reassentadas para compreender suas necessidades e buscar soluções que promovam de fato uma melhor qualidade de vida e uma produção agrícola sustentável.

### **3.2. Famílias Ribeirinhas Reassentadas: a Produção forçada de um novo espaço para viver.**

Os discursos políticos afirmam que as hidrelétricas podem trazer benefícios significativos, como a salvação da economia, a integração no mundo e a segurança do progresso para um país ou região. Esses são símbolos que, à primeira vista, podem nos levar a aceitar a lógica racional do empreendimento, porém, na realidade, as hidrelétricas têm o potencial de destruir a relação primária com a natureza e impor relações sociais desiguais. É necessário, portanto, considerar cuidadosamente os impactos socioambientais desses projetos antes de assumir que representam automaticamente soluções positivas para o desenvolvimento. A construção da UHE Belo Monte, neste sentido, expropriou as famílias ribeirinhas de seus espaços de vivência, rompeu seus laços com o rio causando aquilo que Santos (2013) anunciava em relação a geração de energia:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 2013, p.107)

Devido ao deslocamento compulsório, muitas famílias que viviam às margens do rio Xingu foram remanejadas para áreas distantes do rio e de suas comunidades originais. Essa mudança profunda nas relações com o ambiente e nas atividades tradicionais impactou significativamente o modo de vida tradicional. De acordo com Santos (2014, p. 63-64) uma consequência:

À tendência à “desculturização” da área, na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante longo tempo e que se vêem, de chofre, substituídas por novas relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil. (SANTOS, 2014, p. 63-64)

Essa transformação acelerada tem um impacto profundo na cultura local e nos modos de vida das comunidades afetadas, levando à perda de elementos culturais essenciais e à adaptação forçada a relações estranhas ao contexto original. A realocação involuntária trouxe dificuldades na adaptação dos reassentados ao novo espaço. As condições desse novo local não foram aceitas para a adaptação de algumas famílias realocadas. Além disso, houve uma ruptura desses indivíduos com suas comunidades, a floresta e, principalmente, o rio Xingu, ocorreu em

um desenraizamento cultural. Essa situação gerou uma série de desafios para as famílias ribeirinhas, que tiveram que se adaptar a uma nova realidade imposta pelo estranho, sem outra alternativa.

Para os que saem a situação é mais dramática porque são deslocados de uma posição social, política ou empregatícia cuja estabilidade se criou através do tempo (e até mesmo por herança) e cuja existência tinha uma certa comunhão com as condições da área a qual estavam intimamente ligados e de onde se veem de uma hora para outra, obrigados a um êxodo que os põe diante de um novo espaço, uma nova economia, uma nova sociedade, onde vão ter grande dificuldade para desempenhar um papel novo. (SANTOS, 2014, p.64)

Durante muitos anos, as famílias estabeleceram-se e fortaleceram seus modos de vida nas proximidades do rio. Elas mantiveram uma relação direta com a natureza, expressa por meio das atividades que realizavam na floresta e no rio, como a coleta de recursos naturais, a caça e a pesca.

Embora essas atividades tenham influenciado principalmente a origem de subsistência ou complemento da renda familiar, era através dessa interação direta com o ambiente que ocorriam as trocas entre as famílias e o espaço geográfico. Nesse contexto, as famílias se configuravam pelo espaço e, por sua vez, eram influenciadas por ele, caracterizando-se assim como famílias ribeirinhas ou ribeirinho enquanto sujeito isolado.

[...] E aquele que vê na diversificação da produção, em que ocorre a combinação da agricultura, criação de gado, extrativismo, pesca e a cultura de alto consumo e alto – sobrevivência. Esta concepção pode ser utilizada para caracterizar o ribeirinho que mora isolado [...] (CANTO, 2007, p. 18).

Essa abordagem abrangente permite ao ribeirinho suprir suas necessidades básicas, garantir sua subsistência e criar estratégias de sobrevivência adaptadas às peculiaridades de seu ambiente. Através dessa diversificação, o ribeirinho estabelece uma conexão profunda com o meio ambiente, aproveitando os recursos disponíveis e explorando as potencialidades do espaço geográfico onde vive. Essa visão se torna uma representação significativa do modo de vida dos ribeirinhos.

O RRC, mesmo distante do rio Xingu, está localizado próximo ao canal de transposição. No entanto, a proximidade com o reservatório, diques e ao canal de transposição é irrelevante, considerando que essas áreas são proibidas para lazer, pesca ou banho. Apesar disso, o rio continua a ser um elemento de grande importância cultural e espacial para os ribeirinhos, pois para o ribeirinho o rio “[...] é utilizado como via de transporte, lazer, referencial simbólico através de suas lendas e divindades que ali estão e a obtenção para a sua subsistência e para a reprodução social de todas as comunidades ribeirinhas.” (SANTOS; SALGADO; PIMENTEL,

p. 13). Apesar de não conviver as margens do rio o ribeirinho agora reassentado, não deixa de lembrar da relação de pertencimento com rio Xingu.

A retirada desses sujeitos causou rupturas culturais, considerando a diversidade de origem espacial dos reassentados, os quais provinham de ilhas, comunidades ou lotes próximos ao rio, como pode-se observar no gráfico a seguir.

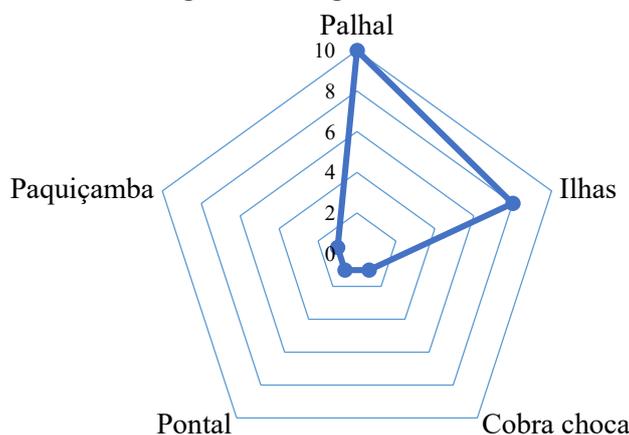


Figura 26: Gráfico da Distribuição Espacial Anterior das Famílias Realocadas para o RRC, 2017-2019.

Conforme apresentado no gráfico acima, as famílias do Reassentamento Rural Coletivo originavam-se do entorno do Rio Xingu e sustentavam suas atividades a partir de práticas tradicionais de exploração do meio ambiente, como a pesca, caça, coleta de frutas, pequena agricultura e criação de animais. Essas famílias mantinham uma relação direta com o território ribeirinho, onde o rio desempenhava um papel fundamental como rota de transporte, o peixe era uma fonte abundante de alimento e as embarcações, como barcos e canoas, eram frequentemente utilizadas como meios de locomoção.

Ao serem questionados sobre a continuidade do uso do rio e da prática da pesca após ir para o reassentamento no RRC, a maioria das famílias afirma não pescar mais. No entanto, os reassentados demonstram melancolia e manifestam a expectativa de um dia poderem retomar suas relações diretas com o rio.

[...] depois que eu vim pra cá eu não fui mais pescar não. É porque logo que saí de lá, peguei meus barcos e vendi, fui obrigado a vender, motor, fui obrigado a vender e assim acabar tudo né, aí eu fui e parei. Mas eu tenho vontade de voltar de novo pra beira do rio que a Norte Energia me ofertou uma terra na beira do rio lá no Palhal, então eu to esperando eles me chamarem que é pra me entregarem essa outra terra, aí de lá eu vou poder fazer, continuar de novo minhas pescarias. (Entrevistado U, 2021)

Os reassentados são influenciados pelo novo espaço do RRC à medida que o vão adaptando por meio de suas interações, seja no âmbito do trabalho ou das relações sociais. Contudo, persiste neles a nostalgia em relação ao rio e à prática da pesca. Alguns expressam o

desejo de retomar a pesca como uma atividade recreativa e para consumo próprio, manifestando a intenção de obter licenças para pescar nas proximidades do canal.

O gráfico a seguir, demonstra que 82% das famílias que foram entrevistadas no decorrer da pesquisa (2017 a 2022), tinham uma relação intrínseca com o rio, prioritariamente voltada para a prática da pesca, seja para consumo ou para fins financeiros, mediante a venda do pescado na cidade de Altamira.

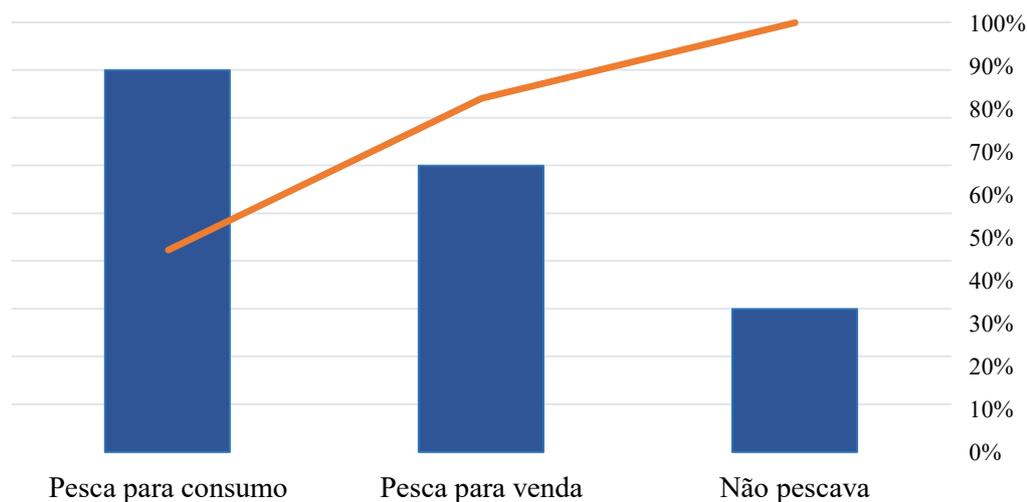


Figura 27: Gráfico da Dinâmica da Pesca no Território anterior, 2019.

O sentimento de pertencimento é uma necessidade inerente ao ser humano, que busca se sentir conectado a algo maior do que si mesmo. Esse sentimento de pertencimento pode surgir a partir da vivência em uma comunidade, de uma cultura, de uma tradição ou de um lugar específico, sendo a relação com a natureza parte integrante desse processo. As famílias que foram retiradas do entorno da volta grande do rio Xingu possuíam uma conexão profunda com o ambiente natural, sendo essa conexão mais intrínseca para algumas pessoas do que para outras, devido à variação ocorrida e prática da relação com o rio.

A dificuldade no novo espaço é acompanhada por um profundo sentimento de saudade do rio. Diversos reassentados explicaram que estar distante do rio torna ainda mais desafiadoras as atividades cotidianas que antes eram realizadas em sua proximidade. Essa distância do rio afeta não apenas as práticas rotineiras, mas também a conexão emocional e o senso de identidade que essas pessoas tinham em relação ao rio, no gráfico a seguir, destaca-se a representação entrevistados que assumem ter saudades do rio.

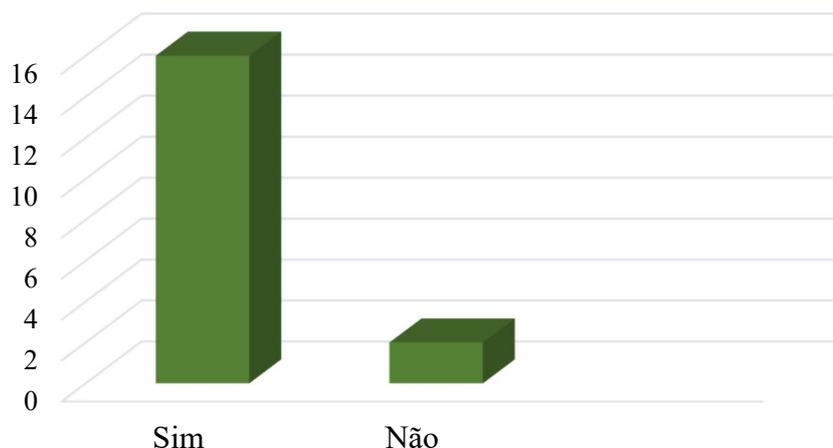


Figura 28: Gráfico de representação dos moradores que sentem falta do rio.

Para algumas famílias impactadas por Belo Monte o rio Xingu era como um ser vivo, com sua própria personalidade e vontade, essa alteração na dinâmica socioespacial gerou uma sensação de desconexão e tristeza, que é expressa no sentimento de saudade dos modos de vida anterior.

Me deixou saudades de comer ovos de tracajá, pacu gordo... Saudades de andar de barco, pescar só para comer mesmo. Eu ainda tenho vontade de ter minhas coisinhas, meu barco, meu motor, passear no rio, pescar, tomar banho, pegar uma praia (Entrevistado: V, 2017).

O que não tem aqui é um rio pra nós banhar, a não ser aquelas pontezinhas que vocês viram ali, mas... Hoje nós não temos, sabe o que que é, a mudança? ... aqui ... não tem aqui é um igarapé pra cada pessoa, igual nós tínhamos uma barragemzona lá e aqui nós não temos” (Entrevistado: W, 2017).

A melancolia em relação à conexão com o rio é evidenciada nas entrevistas conduzidas com os ribeirinhos deslocados. Uma entrevistada, quando indagada sobre sua localização anterior, relata que embora não residisse em uma proximidade imediata do rio, ao menos não enfrentava restrições para pescar ou tomar banho em suas águas quando desejava.

Era longe, mas quando nós queríamos comer peixe nós íamos lá, pescava o tanto que queria e trazia para casa, e passava de semana comendo peixe, quando acabava nós íamos lá novo. (Entrevistada X, 2021).

O colapso dessa relação com o rio causado pela construção da UHE Belo Monte, gerou um sentimento de privação no cotidiano dos reassentados. Ao serem realocados próximos ao canal de transposição, havia a esperança de retomar o contato com as águas do rio Xingu. No entanto, a Norte Energia proíbe a entrada das pessoas nas proximidades do canal, o que impede os reassentados de tomarem banho nos diques ou no próprio canal de transposição atualmente.

No começo nós banhava lá no canal, dava uma vontade de ir tomar um banho, “bora lá no canal tomar um banho” – escondido – agora, como é que vai, agora? Eles não deixam nem banhar, e se a pessoa insistir, o povo disse que eles atiram para cima. (Entrevistada Z, 2021).

Contudo, como restabelecer essa relação em um ambiente desprovido dessas condições?

Dentro do RRC, a resposta é simples: não é possível restaurar integralmente as condições de vida em um espaço diferente do anterior. O reassentamento rural coletivo representa um novo espaço com novas condições de vida. Portanto, conforme expressa Graça e Oliveira (2019, p. 83) [...] “é importante compreender como as famílias estão percebendo essas transformações que ocorreram no meio natural; o “novo” meio natural traz características diferentes das quais essas famílias não têm tanto conhecimento e mediante as quais precisam se adaptar”.

As famílias, que antes eram conhecidas como ribeirinhas devido ao seu vínculo com o ambiente anterior, agora são denominadas pelas novas dinâmicas socioespaciais como famílias reassentadas, pois tiveram que abandonar a conexão com o rio, agora são famílias ribeirinhas sem rio, ou enquanto sujeitos individuais são mencionados como ribeirinhos sem rio. No entanto, mesmo diante dessa nova realidade, essas famílias ainda carregam o desejo e ânsia de preservar suas tradições, que estão emocionalmente presentes em cada família e sujeitos reassentados.

Neste mesmo sentido, aborda-se as características das residências anteriores das famílias ribeirinhas. Muitas delas foram construídas com materiais como a madeira, devido a uma combinação de fatores. Primeiramente, a disponibilidade de madeira nas regiões ribeirinhas é maior do que outros materiais de construção, tornando-a uma opção mais acessível e econômica para as comunidades locais.

Entretanto, no contexto do reassentamento, a construção das novas moradias segue diretrizes específicas, buscando adequar-se às normas e padrões. Assim, é comum que as novas residências sejam construídas com materiais mais duráveis, como tijolos, telhas e concreto. Essas mudanças refletem as novas exigências e demandas do ambiente do reassentamento, onde as condições e os recursos disponíveis são diferentes daqueles encontrados nas áreas ribeirinhas.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o conforto térmico fornecido pelas estruturas de madeira nas residências ribeirinhas. Essas habitações tendem a manter uma temperatura mais amena em comparação com materiais como concreto ou alvenaria. Conforme relatado pelos próprios reassentados, as casas do RRC possuem uma estrutura que absorve muito calor, o que pode gerar desconforto térmico.

Diante dessa situação, os reassentados buscam amenizar a sensação térmica construindo novos cômodos utilizando materiais de madeira, que ajudam a regular a temperatura interna, proporcionando um ambiente mais agradável e fresco.

Além das questões práticas, a escolha da madeira como material de construção possui uma dimensão cultural e histórica significativa. A expansão das habitações em madeira vai além de simplesmente adicionar espaço habitacional. Muitas comunidades ribeirinhas têm uma tradição ancestral de construção em madeira, transmitida ao longo de gerações, o que reforça a preferência por esse tipo de moradia.

Essa prática evidencia a importância da utilização da madeira não apenas como uma opção acessível, mas também como uma solução para o conforto térmico nas novas moradias do reassentamento. A observar a figura 29 (A, B).



Figura 29: Casas do RRC modificadas pelos reassentados. A- 2018 e B - 2019. Fotos: LEDTAM

No contexto do reassentamento, algumas das famílias optam por construir novos cômodos em suas casas ou até mesmo uma estrutura menor adjacente à casa principal, semelhante a uma varanda, mas localizada do lado de fora da residência. Essa extensão representa uma conexão com o passado, remetendo a uma experiência vivida, onde painéis são penduradas, um filtro de barro está presente, o jirau para ariar as painéis, e um fogão a lenha é utilizado. Esses elementos recriam um ambiente que evoca memórias e resquícios de tradições passadas. A ser observada a figura 30 (A, B, C).



Figura 30: Extensões de diferentes casas dos reassentados. A - 2018, B e C - 2019. Fotos: LEDTAM.

Essa captura do ambiente doméstico demonstra a importância do resgate cultural para as famílias reassentadas, que buscam manter viva a herança e a identidade ribeirinha mesmo em um novo contexto espacial. A presença desses elementos tradicionais nas casas do reassentamento reforça o culto da madeira não apenas como uma opção construtiva, mas como um elemento que preserva e valoriza as raízes culturais dessas comunidades.

Os reassentados tentam conciliar o sentimento de saudade ao passo que se encontram em um novo espaço. A tentativa na repetição do cotidiano vivido anteriormente não é possível dada a situação intrínseca do RRC. Apesar disso, os reassentados assumem o papel de sujeitos do meio rural, adaptando-se às novas circunstâncias e construindo uma nova realidade. Os reassentados se reconfiguram parcialmente, na aspiração da reprodução das características dos lugares anteriores, quando estes por vezes modificam o padrão imposto pelos agentes externos ao local. É possível evidenciar a tentativa de reprodução das particularidades concebidas pelo espaço-tempo nas relações imbricadas ao modo de vida anterior, à medida que são materializadas no novo espaço.

Algo que chama atenção é a ausência da necessidade de construção de passarelas de madeira no chão para permitir o deslocamento das pessoas dentro do reassentamento. No entanto, de acordo com relatos de um morador, a construção das pontes teve como objetivo evitar possíveis encontros com animais venenosos. A partir dessa observação, é possível compreender que os reassentados estão buscando reproduzir no novo ambiente as condições de trânsito que tinham em suas antigas moradias as localizadas às margens do rio. Conforme evidencia-se na figura 31 (A e B) a seguir.



Figura 31: Pontes construídas pelo reassentado em seu lote. A e B - 2018. Foto: LEDTAM.

Nas habitações ribeirinhas anteriores, a construção de pontes era uma prática comum para lidar com os períodos de cheias e alagamentos que ocorriam nos terrenos. No entanto, no reassentamento RRC, que está localizado a uma certa distância do rio Xingu, a ocorrência desses eventos é pouco provável. Portanto, a construção de pontes no novo espaço não tem a mesma intenção de adaptação às condições naturais, mas sim a intenção de recriar um elemento familiar e proporcionar um senso de continuidade e familiaridade aos reassentados.

Essa atitude evidencia a importância monitorada das pontes como elementos que transcendem a sua função estrutural, servindo como um elo entre o passado e o presente dessas famílias reassentadas. A construção das pontes no reassentamento RRC é uma expressão do desejo de manter uma conexão com o ambiente ribeirinho e recriar um senso de pertencimento ao seu antigo modo de vida, mesmo em um contexto espacial diferente.

A finalidade da estrutura do tanque de peixe, de acordo com o empreendedor, era fornecer um suporte para as famílias reassentadas ao possibilitar o desenvolvimento da pesca como uma fonte mínima de renda. No entanto, para aqueles reassentados que mantinham um contato direto com o rio em seu local de moradia anterior, o tanque de peixe assumiu um significado mais profundo, além de ser uma fonte de renda. A ser observado figura a seguir.



Figura 32: Tanque de peixe reorganizado pelo reassentado. 2018. Foto: Arcanjo.

A realocação dessas famílias para áreas distantes do rio resultou em uma transformação significativa em seu modo de vida. A distância do rio, que antes era um elemento central de sua identidade e práticas alcançadas, gerou um sentimento de perda e afastamento. Nesse contexto, o tanque de peixe assumiu um valor simbólico relevante, representando uma tentativa de recuperação, de certa forma, a conexão com o ambiente ribeirinho e o modo tradicional de permanência. Para essa família em particular, o tanque simboliza uma tentativa de resgatar parte das relações passadas e reconectar-se com a vida ribeirinha que foram obrigados a abandonar. Os tanques se tornaram um meio para manter viva a cultura da pesca e para reafirmar a identidade dessas famílias, mesmo diante das adversidades impostas pela realocação.

Há uma alteração sistêmica no ritmo da vida, na forma de encontrar pessoas, no pertencimento, e sobretudo no reconhecimento conferido pelos pares. Assim, entende-se que “pescador”, nas margens do Xingu, define um modo de vida e de pertencimento. “Pescador sem rio” quer dizer de um sujeito sem a contingência que regula seu pertencimento. (KATZ; OLIVEIRA, 2017, p. 228-229).

Neste caso, há concordância com Herrera e Santana (2016, p. 254) “A memória é construída por elementos em conjunto e de forma indissociável, pelas pessoas em grupo, em

família ou em meio aos amigos, surgindo espontaneamente, nascendo um enredo de situações, dentro de um território, produzindo cultura”.

Essas famílias buscam de diversas formas expressar, no novo espaço, suas experiências. A forma como vão produzindo o espaço do RRC aos seus modos, apresenta-se como uma forma de produzir forçadamente um espaço que não possui características idênticas aos seus antigos lugares de moradia. A observar figura a seguir.



Figura 33: Áreas de lazer e produção de farinha, A, B e C - 2018. Fotos: Arcanjo.

A maneira pela qual os ribeirinhos deslocados se adaptam ao espaço do Reassentamento Rural Coletivo é reveladora de suas relações socioespaciais em constante transformação. A produção de farinha de mandioca que é um elemento cultural que transcende a esfera econômica. O ritual de produção, realizado em tachos artesanais pelo reassentado, reúne a família em torno do córrego, onde a água necessária para o processo é obtida. O descanso, em suas redes, após um dia de trabalho árduo é garantido. No entanto, é importante reconhecer as dificuldades enfrentadas por aqueles que foram deslocados compulsoriamente e buscaram alternativas inclusão que puderam auxiliá-los na reconstrução de suas vidas e identidades, mas não conseguiram e partiram do novo espaço.

A produção forçada de um novo espaço para viver por ribeirinhos sem rio revela os desafios enfrentados por esses sujeitos na reconstrução de suas vidas após a realocação no RRC. Essas famílias, cuja existências estavam intrinsecamente ligadas ao rio, foram obrigados a se adaptar a um ambiente distante e desprovido das características naturais que antes definiam seu modo de vida. A perda do rio como elemento central em suas práticas cotidianas evoluiu em uma reconfiguração profunda de sua identidade e formas de permanência. A conexão com o rio, seja por meio da pesca, lazer ou transporte, não era apenas uma atividade econômica, mas também um componente cultural e afetivo que permeava suas tradições e crenças.

A realocação dessas famílias para áreas distantes do rio representou uma quebra abrupta com seu passado, obrigando-as a construir um novo espaço de vida. Esse processo envolveu a adaptação a novos ambientes, onde a proximidade com o rio já não era mais uma realidade. A produção desse novo espaço é desafiadora, pois impõe a necessidade de redefinir práticas, criar formas de permanência e estabelecer novas relações com o ambiente.

A busca por alternativas para suprir a perda do rio levou aos reassentados estratégias criativas, como suas próprias organizações, materializando no novo espaço resquícios do antigo lugar de vivência, seja expresso nas alterações das casas, nas pontes construídas no chão seco, ou nos tanques de peixe, os quais não representam apenas uma tentativa de auxílio na fonte de renda, mas também uma tentativa derivada do anseio em reconectar-se com o modo de vida ribeirinho. Aqueles que partem enfrentam uma situação especialmente delicada, pois são retirados de uma posição social, política ou profissional que havia sido estabelecida com o passar do tempo (e, em alguns casos, até mesmo por herança) e que estava intimamente ligada às condições da região em que viviam. De repente, eles se encontram em um êxodo forçado para um novo espaço, com uma nova economia e uma nova sociedade, onde vão encarar grandes desafios para se adaptar a um novo papel.

### **3.3. A contradição da permanência no Reassentamento Rural Coletivo**

Os indivíduos que foram deslocados compulsoriamente tiveram que enfrentar uma transformação drástica em sua dinâmica socioespacial. Eles foram retirados de um modo de vida que havia sido gradualmente estabelecido ao longo do tempo, muitas vezes uma conexão ancestral, e que estava em harmonia com as condições locais em que estavam inseridos. No entanto, com a chegada da UHE Belo Monte em seu território, foram obrigados a partir e confrontar um novo espaço, uma nova economia e uma nova sociedade. Essa transição foi marcada por dificuldades na adaptação e na definição de um novo papel.

A realocação forçada desses indivíduos implicou em uma ruptura abrupta com sua história e suas raízes. As relações construídas ao longo do tempo com a terra, o rio e a comunidade foram repentinamente interrompidos, gerando a busca por uma criação de novos vínculos e a busca por uma identidade renovada.

Ao se depararem com esse novo espaço, enfrentaram desafios para se adaptarem às novas dinâmicas socioespaciais. As habilidades e conhecimentos antigos adquiridos em seu modo de vida anterior precisaram ser reavaliados e adaptados a uma realidade completamente diferente. Essa transição muitas vezes gerou dificuldades em conseguir um novo papel na sociedade, uma vez que suas habilidades e experiências prévias não eram necessariamente valorizadas nesse contexto atual.

Além disso, a introdução de uma nova economia e estrutura social implicou na necessidade de aprender novas formas de permanência e de se inserir em uma nova teia de relações. A adaptação a novos sistemas de trabalho, educação, saúde e governança representam um desafio adicional para esses indivíduos, que se viram em um ambiente desconhecido e muitas vezes desfavorável.

É importante ressaltar que o processo de adaptação a esse novo espaço foi desafiador para as famílias reassentadas, pois envolveu a necessidade de reconstruir sua relação com o meio ambiente e suas tradições culturais em um contexto diferente. Mesmo diante dessas mudanças, o espírito de preservação e a manutenção das tradições eram fundamentais para essas famílias, representando uma importante forma de resistência e resgate da identidade ribeirinha. No entanto, essas tentativas foram perdendo força com o passar dos anos, e muitos reassentados deixaram o RRC.

O abandono por parte das famílias reassentadas favoreceu a emergência de uma nova categoria de moradores no Reassentamento Rural Coletivo (RRC), os não reassentados ou novos moradores. Esses novos moradores já possuíam certa tradição em práticas agrícolas e, principalmente, agropastoris. Considerando que o RRC possui uma estrutura mais propícia para a criação de gado, devido à sua origem como área de fazenda, esses indivíduos passaram a comprar os lotes das famílias reassentadas que optaram em deixar as unidades agrícolas propostas pela Norte Energia.

Essa nova dinâmica resultou em uma condição que tem provocado alterações na organização socioespacial previamente estabelecida no RRC para reassentados e concomitantemente pelos reassentados. A presença dos não reassentados interferiu nos novos

fluxos, relações e práticas no RRC, impactando o andamento da tentativa de tornar este reassentamento rural em coletivo de reassentados, no sentido da identidade comunitária, modificando a estrutura social do reassentamento. Essa transformação da organização socioespacial do RRC aponta para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as consequências dessas mudanças e seu impacto nas dinâmicas de convivência e identidade dos reassentados.

No gráfico a seguir, tem-se a representação da saída dos reassentados entre os anos 2017 e 2022, e notadamente observa-se uma tendência crescente, chegando em 2022, o número acumulado, de 19 famílias tendo vendido seus lotes no reassentamento.

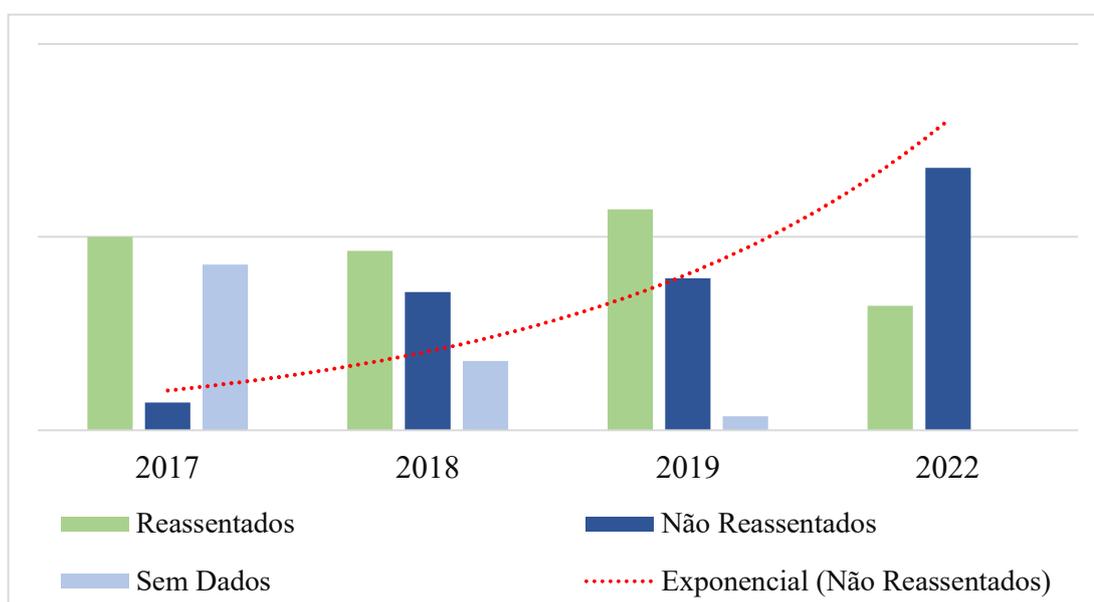


Figura 34: Gráfico exponencial da retirada das famílias reassentadas.

As relações com os antigos modos de vida somados a outros fatores como a falta de posto de saúde, escola e melhor acesso a cidade explicam a evasão de 19 famílias do Reassentamento Rural Coletivo. Bem como a relação com rio em alguns casos, em que os reassentados venderam seus lotes para tentar voltar para próximo do rio.

Até o ano de 2022, existem no RRC (Reservatório da UHE Belo Monte) nove famílias reassentadas que ainda residem na área. Embora essas famílias tenham mantido suas práticas agrícolas, elas enfrentam uma série de desafios e dificuldades, especialmente relacionadas à seca e à interferência do capim, que muitas vezes disputam o espaço com a produção agrícola.

Além desses desafios específicos relacionados à agricultura, as famílias também enfrentam diversas outras dificuldades no RRC. Entre elas, podem ser mencionadas a falta de infraestrutura básica adequada, como serviços de saúde, educação e transporte, o que afeta diretamente sua qualidade de vida. A ausência de fontes de emprego e oportunidades de geração de renda também pode resultar em dificuldades financeiras para essas famílias reassentadas. Como pode-se observar no gráfico abaixo:



Figura 35: Gráfico Dificuldades enfrentadas no RRC.

No entanto, contraditoriamente ocorre a permanência dessas 9 famílias no RRC, as quais, afirmam que ainda não residem no reassentamento por falta de opções viáveis. Quando questionados se sentiram saudades do rio e do antigo espaço, cerca de 95% dos preparados responderam afirmativamente. No entanto, ao serem indagados se gostariam de voltar para o local anterior, a resposta na maioria das vezes é "não" pois no RRC eles possuem um pedaço de "chão".

Sinto saudades do rio, de pescar e tomar banho, mas não voltaria, pra lá, porque aqui a terra é minha. E lá eu dividia a terra que era da minha irmã. (Entrevistado: A, 2019).

O reassentado demonstra sentir saudades do rio, da experiência de pescar e tomar banho nas águas do rio Xingu. No entanto, ao refletir sobre sua situação atual no reassentamento, o reassentado percebe que não possui o desejo de retornar para a sua localização anterior.

O motivo para essa escolha é simples: a terra que ele possui no reassentamento é sua propriedade, conferindo-lhe uma sensação de segurança e posse. Para os reassentados que buscam se estabelecerem nas unidades agrícolas, a segurança de ter um “um pedaço de chão”, é o principal argumento de permanência. Conforme expõe-se no gráfico a seguir.

De forma contraditória, as nove famílias que continuam em seus lotes amparam-se no principal argumento da posse da terra, em favor da permanência. Além disso, as entrevistas realizadas revelaram outros fatores que indicam para essa decisão, incluindo a esperança de



Figura 36: Gráfico Argumentos de Permanência.

uma melhoria das condições de vida, o progresso na produção agrícola e o aumento da renda proveniente das atividades agrícolas. Portanto, esses argumentos e fatores identificados nas entrevistas reforçam a decisão dessas famílias de permanecerem em seus agricultores, apesar dos desafios enfrentados. A partir da análise da Figura 37 – (A) produção de banana, pitai-a e cacau e (B) pé de cacau produzindo – é possível observar o progresso na produção agrícola de alguns reassentados, que, após seis anos, conseguiram alcançar um pequeno desenvolvimento em suas unidades agrícolas.



Figura 37: Unidades agrícola em desenvolvimento, A e B. 2019. Fotos: LEDTAM.

A perspectiva de dias melhores se traduz na crença de que, ao persistirem, poderão superar as adversidades e alcançar um padrão de vida mais forte. Além disso, a melhoria na produção agrícola e o conseqüente aumento da renda constituem um fator crucial, pois fornecem condições mais seguras para o sustento das famílias. Em determinadas unidades agrícolas do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), localizadas em áreas mais próximas às Áreas de Preservação Permanente (APPs), e nas quais os reassentados dedicaram mais empenho às suas produções, é possível observar os resultados positivos de seus esforços e dedicação. Nesses locais, os reassentados agora estão colhendo os frutos de seus trabalhos, alcançando resultados satisfatórios em suas atividades produtivas.

A produção agropecuária constitui a base das atividades primárias no Reassentamento Rural Coletivo (RRC), envolvendo tanto o cultivo de plantas quanto a criação de animais. Entre as práticas agrícolas adotadas pelas famílias reassentadas, destaca-se o cultivo de amêndoas de cacau, uma atividade vital para a subsistência da maioria dessas famílias. A produção de cacau ocorre em dois períodos: a safra, quando a produção é mais expressiva, e a entressafra, com uma produção reduzida. Além disso, algumas famílias também se dedicam à criação de aves (A), suínos (B e C) e bovinos (D), visando tanto a venda quanto o consumo próprio. Exposto a seguir na figura 38:



Figura 38: Criação diversificada de animais, A, B, C e D - 2019. Fotos: LEDTAM

No reassentamento, as famílias relataram não ter acesso a nenhum produto beneficiado para fins comerciais. Durante a conversa, mencionaram que a atual empresa terceirizada de assessoria técnica mencionou a possibilidade de estabelecer uma farinheira comunitária, de modo que todos reassentados pudessem ter acesso e utilizar de forma consciente e lucrativa. É importante lembrar que no Km 27, conhecido como baixada, existe uma casa de farinha comunitária, no entanto os reassentados alegaram não utilizar coletivamente devido à distância e à falta de veículos próprios. Eles afirmaram que teriam mais facilidade de acesso se tivessem essas instalações dentro do próprio reassentamento.

Cerca de 95% das famílias anteriormente ribeirinhas possuíam uma relação limitada com a produção agrícola, concentrando-se principalmente no cultivo de mandioca para a produção de farinha. Além disso, é uma atividade comum, que representa traços dos modos de vida característicos dos ribeirinhos da Amazônia paraense. Esses padrões persistem entre as famílias que resistem no RRC e buscam constantemente melhores estratégias de adaptação. A observar, plantação de mandioca (A) e casa de farinha (B).



Figura 39: Produção de mandioca - A, e B - casa de farinha, 2019. Fotos: LEDTAM.

A produção de farinha é uma atividade que tem sido uma das mais bem adaptadas nos lotes dos nove reassentados que permanecem no RRC. Essas famílias encontraram nas suas unidades agrícolas um ambiente propício para cultivar a mandioca, matéria-prima essencial para a produção de farinha. Através de técnicas tradicionais e conhecimento adquirido ao longo dos anos, esses reassentados têm obtido sucesso na produção de farinha, contribuindo para sua permanência e fortalecendo os laços com sua cultura e tradição ribeirinha.

Além das atividades agrícolas que estão desenvolvendo em seus lotes, os 9 reassentados restantes estão buscando outras maneiras para permanecerem no RRC. Neste sentido tem-se a busca pelo elo parenta. A estima pela aproximação entre pessoas por meio do elo parental é uma característica intrínseca à natureza humana. A relação familiar é uma das formas mais

antigas e fundamentais de conexão entre indivíduos, oferecendo um senso de identidade, pertencimento e suporte emocional.

O elo parental pode promover laços afetivos e fortalecer os vínculos entre os membros da família, contribuindo para o desenvolvimento de relacionamentos significativos e duradouros. Além disso, a busca pela aproximação por meio do elo parental pode ter um impacto positivo na construção de redes de apoio, na transmissão de valores e tradições familiares, e na troca de experiências e aprendizados. No entanto, é importante reconhecer que cada pessoa tem diferentes experiências familiares e que as relações familiares também podem apresentar desafios e complexidades.

A aproximação pelo elo parental é um aspecto importante na vida das pessoas, mas também é essencial considerar a diversidade de experiências e formas de conexão interpessoal que podem contribuir para o bem-estar e o senso de comunidade.

É neste sentido que a busca pela conexão familiar é evidente no RRC. Alguns reassentados optam por permanecer no local, adquirindo os lotes daqueles que escolheram sair, possibilitando que familiares não reassentados se estabeleçam mais próximos e mantenham um vínculo estreito com a antiga comunidade. Um exemplo disso é a história de um reassentado que incentivou sua sogra a comprar um lote no RRC, proporcionando à esposa a proximidade com a mãe. Outros exemplos incluem famílias reassentadas que construíram casas em seus lotes para seus filhos ou mães que não foram incluídas nas indenizações.

Embora alguns moradores optem por permanecer no RRC, eles enfrentam diversas dificuldades. No entanto, paradoxalmente, muitos relutam em se desfazer de suas terras. Uma reassentada, quando questionada se já havia tentado vender sua terra, respondeu: “Já um bocado de gente aparece aí, aí eu digo, não, está vendo alguma placa de venda aí? Não tem placa de venda não.” (entrevistada D, 2019). Essa fala evidencia a relutância dos reassentados em se desfazer de suas propriedades.

É perceptível que aqueles que permanecem no RRC buscam se adaptar, à medida que começam a atribuir nomes aos seus próprios lotes. - “Pai e Filho”, “Sítio Dois Irmãos”, “Sítio Nova Vida”, “Boa Esperança”. Quando os reassentados dão nomes aos seus lotes, isso demonstra um senso de apropriação e identificação com o novo espaço, além de uma busca por estabelecer um senso de pertencimento e familiaridade criando laços com o novo espaço, reorganizando e refazendo suas vidas.

De certo que as 09 famílias reassentadas se veem compelidas a aceitar aquilo que os agentes externos propuseram para as mesmas e assim passam a criar estratégias para permanecer no RRC, algumas na tentativa de firmarem laços com as suas novas terras dão nomes aos seus lotes, lutam para manter a produção agrícola, mesmo com todas dificuldades, desde o solo que não facilita em nada o desenvolvimento da agricultura, como também a idade, que cada ano que passa dificulta ainda mais a sobrevivência a partir da terra, devido as assimetrias do espaço/tempo, e dos modos de vidas das famílias realocadas, as mesmas não se apropriaram deste espaço como o empreendimento almejava.

Caracterizando assim, o RRC em um espaço de acomodação, um espaço produzido e em produção, o qual foi idealizado a partir de uma perspectiva, mas com uma realidade distinta do planejado, o RRC é um espaço em mutação, que passa pelo processo de metamorfose, por um processo de construção identitária, tendo em vista que o espaço condiciona as relações sociais e produtivas desses sujeitos. Os demais realocados que permaneceram, possuem fatores que os condicionam em ainda residir no RRC, como a esperanças de dias melhores, da produção evoluir, da renda melhorar, mas principalmente o que condiciona os reassentados a permanecerem no RRC é o fato de terem uma terra para chamar de sua.

A imposição de uma produção forçada nesse novo espaço revela elementos contraditórios que ressaltam a importância de levar em consideração tanto os aspectos subjetivos quanto os objetivos envolvidos no processo de reassentamento. As famílias reassentadas enfrentam um desequilíbrio delicado entre o apego emocional ao seu antigo local e a busca por melhores condições de vida e oportunidades futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço da Amazônia paraense, merece uma análise complexa que considere os processos, ações, objetos e as dinâmicas socioespaciais. O espaço não é apenas um palco para fenômenos humanos, mas é determinado pelas relações sociais e sua materialização no espaço-tempo. No contexto da Amazônia paraense, a construção de usinas hidrelétricas, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, causam impactos significativos nas comunidades tradicionais locais.

Projetos como Belo Monte, resultam no deslocamento forçado de comunidades inteiras. Essa realocação provoca uma série de consequências emocionais e sociais devastadoras para os sujeitos tradicionais do local, como a perda de comunidades, desintegração de redes sociais, desestruturação familiar e até alterações emocionais relacionadas a saúde mental. Ignorar tais danos pessoais é negligenciar a necessidade de cuidar do bem-estar humano e do tecido social das comunidades.

Desta forma, a edificação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Volta Grande do rio Xingu é um exemplo de como o espaço é apropriado para a reprodução capitalista, com o objetivo de dominar a natureza. Entretanto, a insuficiência de políticas coerentes e direcionadas à realidade da região reflete a forma inadequada como a apropriação dos recursos naturais é feita na Amazônia como um todo.

Como resultado direto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o empreendedor deveria dar prioridade à implementação de estratégias superiores ou, no mínimo, equivalentes às utilizadas anteriormente, considerando as novas dinâmicas socioespaciais geradas com o aporte de Belo Monte no local. A magnitude e o impacto dessa obra de infraestrutura, ocasionaram mudanças drásticas nos modos de vida das famílias ribeirinhas residentes as margens do rio Xingu anteriormente, exigindo abordagens eficazes e amoldáveis à nova realidade socioeconômica e espacial dessas famílias.

O empreendimento deveria focar a implementação de medidas preventivas mitigadoras em relação aos efeitos sociais provocados pela obra. As medidas preventivas permitem antecipar e reduzir os danos ambientais ocorridos durante a construção e operação da usina hidrelétrica. Essas medidas devem abranger a adoção de ações técnicas, tecnológicas e operacionais que tenham como objetivo diminuir os efeitos negativos nas comunidades locais.

No entanto, as medidas compensatórias pós-impacto têm um caráter reativo, ou seja, são integradas após os danos já ocorridos, como exemplificado pelo Reassentamento Rural Coletivo Km 27. Embora as medidas reparadoras sejam importantes para equilibrar os impactos residuais e reparar danos específicos, elas não conseguem evitar completamente os prejuízos sociais e ambientais. As medidas compensatórias tendem a ser mais custosas e complexas, envolvendo processos de recuperação e restauração que exigem um tempo significativo.

Deste modo, o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), como um projeto desenvolvido em resposta ao deslocamento compulsório, buscou realocar as famílias em novas áreas, oferecendo moradia e atividades produtivas, como a agricultura familiar, piscicultura e avicultura. No entanto, a implementação desse reassentamento apresentou desafios e dificuldades, pois as famílias tiveram que se adaptar a novas condições do espaço do RRC e novos modos de vida.

Apesar das tentativas de compensação e suporte por parte da empresa responsável, as medidas mitigadoras compensatórias não foram suficientes para garantir a satisfação justa e atendimento adequado às demandas de todas as famílias reassentadas. As dificuldades de adaptação, a falta de infraestrutura adequada e a fragilidade do solo no reassentamento foram alguns dos diversos desafios enfrentados pelas famílias reassentadas.

É possível verificar uma distinção entre os realocados para o Reassentamento Rural Coletivo, entre aqueles que eram ribeirinhos, pescadores, aqueles que possuíam uma relação mais forte com o rio, não conseguiram permanecer, dado que o espaço do RRC não possui as mesmas condições ou melhores que os anteriores. Diferente para aqueles que apesar de terem uma relação com o rio, eram meeiros, agricultores ou caseiros, esses permaneceram e buscaram estratégias para permanecer e reorganizar suas novas condições de vida, tendo em vista que agora eles obtiveram a posse da terra.

Além das atividades agrícolas em seus lotes, 09 reassentados restantes buscam formas de permanecer no RRC. A busca por laços familiares é uma característica humana intrínseca. A relação familiar oferece identidade, pertencimento e suporte emocional, fortalecendo os vínculos entre os membros da família. Essa busca também pode promover redes de apoio, transmitir valores e tradições, e proporcionar trocas de experiências.

Na tentativa de adaptar-se os reassentados dão nomes aos seus lotes, demonstrando apropriação, identificação, pertencimento e familiaridade com o novo espaço. Apesar das dificuldades, eles lutam para manter a produção agrícola, mesmo com limitações do solo e da

idade avançada. As famílias reassentadas se veem compelidas a aceitar o que foi proposto externamente e criam estratégias para permanecer no RRC.

Neste sentido considera-se o RRC como um espaço em constante produção e reprodução, passando por processos de metamorfose e construção identitária. Apesar das imposições de sua produção forçada, é essencial considerar os aspectos subjetivos e objetivos envolvidos no reassentamento. Os reassentados que permanecem, até o presente ano, enfrentam um delicado desequilíbrio entre o apego emocional ao local anterior e a busca por melhores condições de vida e oportunidades futuras. As famílias ribeirinhas mantinham uma conexão cultural e emocional com o rio, que fazia parte de suas tradições e crenças, não se limitando apenas à identificação como pescadores, pois as relações com o rio iam para além de uma única atividade. Portanto assevera-se que esses sujeitos estavam ligados por suas relações afetivas e identitárias e permanecem conectados para sempre, mesmo que se encontrem a quilômetros de distância de seus territórios anteriores, continuarão a ser reconhecidos como ribeirinhos mesmo sem rio.

Materializa-se, deste modo, a condição humana como uma parte integrante que, ao nascer e se estabelecer em um determinado espaço geográfico, adquire ao longo da vida uma familiaridade e domínio sobre esse espaço de vivência. Essa aquisição está intrinsecamente ligada à essência individual, às relações socioculturais e econômicas, que se manifestam por meio de modos de produção operantes e solidificados nesse contexto específico. Uma interrupção abrupta dessas relações, ocasionada pelo deslocamento compulsório, resulta na reintrodução de um indivíduo desorientado a um novo espaço, onde, em algum momento, ele se depara fisicamente com uma nova realidade. É importante considerar que esse indivíduo necessita de ações que estejam em consonância e atendam aos anseios de seu cotidiano mais recente.

Há uma necessidade em uma abordagem mais participativa e inclusiva na tomada de decisões relacionadas a projetos de desenvolvimento na região. É fundamental que as comunidades afetadas tenham voz e sejam envolvidas ativamente no processo de planejamento, implementação e monitoramento desses projetos. Isso inclui garantir seu consentimento livre, prévio e informado. Além disso, é necessário desenvolver políticas e programas específicos para apoiar as comunidades afetadas, proporcionando assessoria técnica que sejam assíduos e efetivos, assim como sejam assistidas com acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e oportunidades econômicas sustentáveis. Isso envolve investimentos em infraestrutura

adequada, capacitação profissional e desenvolvimento de atividades econômicas que estejam em harmonia com o meio ambiente e as tradições culturais das famílias ribeirinhas.

A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia paraense é apenas um exemplo dos desafios enfrentados pelas comunidades do local em meio aos processos de desenvolvimento. É crucial que essas questões sejam abordadas de forma abrangente, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas primordialmente as dinâmicas socioespaciais, culturais e ambientais.

## BIBLIOGRAFIA

ARCAJO, Nathany Melo Machado. Produção do Espaço do Reassentamento Rural Coletivo km27 Vitória do Xingu/ PA.2019.36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira

ARCANJO, Nathany Melo Machado. COSTA, Darlene Silva Da, HERRERA, José Antônio. HIDRELÉTRICA BELO MONTE: Reestruturação Social e Econômica Dos Reassentados Do RRC/Travessão 27- Vitória Do Xingu /Pa. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Nov. 2017 ISSN 1980- 4555.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. **Fronteiras. Brasília: Editora UnB**, p. 60-89, 1988.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIÚZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO; Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, no 45, mai/ago 2017, p. 370-396.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudoeste do Pará / recife: o autor. Orientador: Prof. Dr Cláudio Ubiratan Gonçalves. **Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia 2015.**

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos impactos. *Geografares*, 2001.

CANTO, O. **Várzeas e Varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CANTO, O.; LÍRIO, A.; FERRÃO, E. Ribeirinhos do Mapuá. **Caminhos e lugares da Amazônia: Ciência, natureza e território, GAPTA/UFPA, Belém**, p. 225-236, 2009.

CASTRO, Bruno Leonardo Gonçalves. Critérios socioambientais de reposição de perdas e realocação para atingidos por barragens: um estudo sobre o povoado de Palmatuba-TO. 2009.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente. Tese (doutorado)–Universidade Federal do Paraná-UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG. –Curitiba, 2012.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

Defensoria Pública do Estado do Pará. Plano De Atendimento À População Atingida. 4.1.2 Programa De Negociação E Aquisição De Terras E Benfeitorias Na Área Rural 4.1.3. Projeto De Reassentamento Rural. Disponível em:<<http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/anexos/File/BeloMonte/PBA/Volume%20II%20>

[-%20Item%2004/VOL%20II%20-%204%20-%20plano%20atend%20pop%20atingida.pdf](#)  
Acesso em: 20 out. 2018, 22:12:42.

Diniz, Marcelo Bentes, and Ronaldo de Albuquerque Arraes. “Desenvolvimento econômico e desigualdade de renda no Brasil.” Fórum BNB de Desenvolvimento/Encontro Regional de Economia, 2005.

DEL MORAL HERNÁNDEZ, Francisco; MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 1, 2011.

EIA. Diagnóstico ADA, Estudo de Impacto Ambiental, volume 33, 2009.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras** / Philip M. Fearnside. - Manaus: Editora do INPA, 2015. v. 2: il. ISBN: 978-85-211-0143-7 (impresso), ISBN: 978-85-211-0151-2 (on-line).

FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, n. 20, p. 33-40, 1999.

HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia Belém: EDUFPA, 2004. v. 03.

HERRERA, José Antônio. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO AMAZÔNICO. **Geosul Florianópolis**, v. 34, n. 71 - Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 473-499, 2019.

HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, 2016. ISSN: 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>.

HERRERA, José Antônio; MOREIRA, Rodolfo Pragana; BEZERRA, Tássia Stéfany Lima. A AMAZÔNIA: EXPANSÃO DO CAPITAL E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS José. *Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento regional*, v. 12, n. 2, 2016.

Instituto socioambiental. Parecer técnico completo do Ibama – PARECER n.º 02001.003622/2015-08. Origem: COHID/IBAMA. Disponível em:<[https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/pt\\_3622\\_2015\\_-\\_analise\\_da\\_solicitacao\\_de\\_lo\\_-\\_anexo.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/pt_3622_2015_-_analise_da_solicitacao_de_lo_-_anexo.pdf)> Acesso em 02 dez. 2019, 13:34:55.

Katz Considerações sobre os impactos em saúde, no contexto do deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. **Relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. São Paulo: SBPC, 2017.

LOPES, Alessandra Cunha. 9-MEDIDAS MITIGADORAS E ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. **Avaliação de Impactos Ambientais: perguntas e respostas**, p. 67-73. 2021.

MAGALHÃES, MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS. Políticas Governamentais para a Amazônia Brasileira-1964/1985. **Textos e Debates**, v. 1, n. 7, p. 10-21, 2012.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da. A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte. **Relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). São Paulo: SBPC**, 2017.

Margarit, Eduardo. **Fronteira agrícola na Amazônia: capitalismo e circuitos produtivos** – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2017.

MOREIRA, Rodolfo Pragana; HERRERA, José Antônio. A expansão do capital por grandes projetos: desafios ao ordenamento do território no município de Altamira-Pará. **Revista Geonorte**, v. 4, n. 12, p. 1315-1330, 2013.

NAHUM, J. S. GDEA. **Formação Territorial e Rural da Amazônia**. NAHUM, J. S. (Org.). Belém: Faculdade de Geografia e Cartografia, 2017.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Leonardo Sousa dos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Formação da dendeicultura na Amazônia Paraense. **Mercator** (Fortaleza), v. 19, 2020.

DO NASCIMENTO, Sabrina Mesquita; DE CASTRO, Edna Ramos. Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte. **Territórios em transformação na Amazônia**, p. 139, 2017.

NORTE ENERGIA. 11º Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes. Brasília, fev. 2017.

NORTE ENERGIA. 7º Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes. Brasília, fev. 2015.

Norte Energia. Apresentação Ministério público do Estado do Pará. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/MinistErio%20Publico%20do%20Estado%20do%20ParA-ApresentaCAo%20dia%2014Agosto2015-Final.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2018, 9:32:12.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, v. 34, p. 315-346, 2018.

Oliveira Neto, Adolfo. A dialética e a problemática espacial: alguns elementos para a análise - Geografia na Amazônia paraense: análises do espaço geográfico. P / Christian Nunes da Silva, João Marcio Palheta da Silva, Clay Anderson Nunes Chagas, Organizadores. 1. ed. - Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

PALHETA DA SILVA, J. M.; OLIVEIRA NETO, A. C. Por uma outra territorialização na Amazônia paraense. **REVISTA NERA** (UNESP), v. 42, p. 354-372, 2018.

PINTO, Laura Coutinho. **Os projectos hidrelétricos como causa dos deslocamentos populacionais: Migrações forçadas em nome do desenvolvimento**. 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PORTO GONÇALVES. Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhadas civilizatórias: tensões territoriais em curso** / 1 ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo económico**, p. 3-27, 1987.

REASSENTAMENTO - Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, 2008. Disponível em: <http://www.srh.ce.gov.br/reassentamento/>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

Relatório Técnico – Rt – Superintendência Socioambiental e de Assuntos Indígenas – Sai - Projeto Básico De Recomposição Do Modo De Vida Das Famílias Ribeirinhas Interferidas Pela Usina Hidrelétrica De Belo Monte (“Projeto Básico”) UHE Belo Monte – Empresa Norte Energia. 2019. Disponível em: [http://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2020-08/309011-00184-RIB-GER-RT-003\\_CR.pdf](http://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2020-08/309011-00184-RIB-GER-RT-003_CR.pdf) Acesso em: 10 de julho de 2021.

REZENDE, L. P. **Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. Curitiba: Juruá, 2002.

ROCHA, Humberto José da. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social**, v. 26, p. 259-280, 2014.

Santos, CRG dos, Salgado, MS & Pimentel, MA da S. (2012). Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza. Em V Encontro da Rede de Estudos Rurais. Recuperado de <https://rederural5.wordpress.com/>. Acessado em 25 de abril de 2022.

Santos, Luiz Carlos Bastos. 2019. Desenvolvimento Capitalista E Condição De Vida De Famílias Deslocadas Compulsoriamente Para Reassentamento Rural Coletivo Em Vitória Do Xingu, Estado Do Pará. **Tese** (Doutorado em Geografia) - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.

SANTOS, MILTON... [et al.]. **Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial** – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011 3. Ed. ISBN 978- 8598271-42-2.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / - 4°. Ed. 2. Reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. – 6° ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. – 5°. Ed. 2. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. – 6°. Ed. 2. Reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. – 1°. Ed. 2. Reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. Ed, 1. Reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SEVÁ, Oswaldo. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 3, p. 44-50, 2008.

SILVA. Alan de Azevedo. **FORMAÇÃO TERRITORIAL E RURAL DA AMAZÔNIA: Período e Meio Geográfico Natural na Amazônia Paraense**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT V – Políticas públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo. Nov. 2017. ISSN: 1980-4555.

SILVA, Darlene Costa da. 2020. A (Des)territorialização e as estratégias de reassentamentos rurais ocasionados por Hidrelétricas: uma análise a partir de Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA) /. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia.